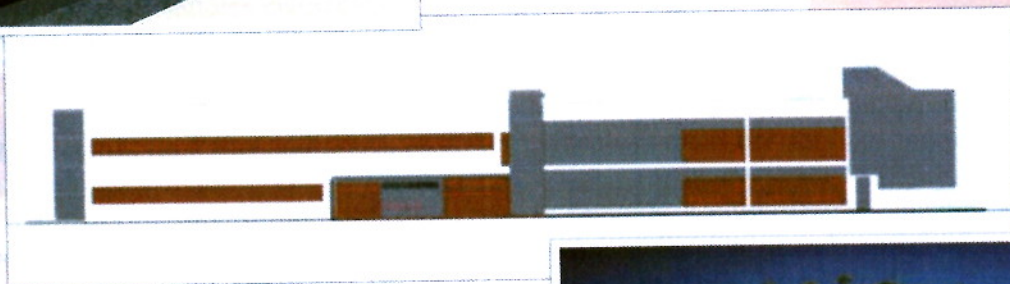




# Orçamento 2015



CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL  
Apresentado à reunião celebrada  
em: 31.10.2014  
A c.d.p. maior, aprovar a  
presente proposta.  
Mais d.p.u. submeter à  
Assembleia Municipal.  
(minuta)



---

## RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2015

### 1 - Introdução

A elaboração do orçamento do Município de Pombal para 2015, tem por base, designadamente as regras que decorrem da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, do POCAL, conjugadas ainda com as normas que decorrem da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais.

Em conformidade com as competências dos órgãos das autarquias, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respectivas revisões.

### 2 - Enquadramento

Pese embora as previsões macroeconómicas para 2015 apontem no sentido da evolução favorável da economia nacional, tendo por base o orçamento municipal de 2014, o orçamento para 2015 traduz uma diminuição considerável da receita prevista, condicionando deste modo a previsão de despesa a executar.

Tendo em conta que não se encontra ainda publicada a regulamentação prevista no artigo 47.º da Lei n.º 73/2013 de 12 de Setembro, o Município de Pombal perspectivou apenas o quadro plurianual de despesa subjacente às Grandes Opções do Plano, cingindo-se a previsão de receita apenas ao ano de 2015. Na definição das opções orçamentais, orientou-se por princípios de rigor e prudência nos pressupostos de projecção de receita, acomodando a esta a previsão de despesa a executar, a qual norteou as opções tomadas em matéria de novos investimentos.

Nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, o Orçamento Municipal para 2015 inclui nomeadamente, os seguintes elementos:

- a) Relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes;
- b) Mapa resumo das receitas e despesas da autarquia local, que inclui, no caso dos municípios, de forma autónoma, as correspondentes verbas dos serviços municipalizados, quando aplicável;
- c) Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica, a que acresce, de forma autónoma, o dos serviços municipalizados, quando aplicável.
- d) Articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental.

O orçamento municipal inclui, para além dos documentos já mencionados, os seguintes anexos:

- a) Orçamentos, das entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo município, de acordo com o artigo 75.º. Quanto a este anexo, sendo esta, uma imposição com efeitos na gestão do sector local, introduzida pela primeira vez com a actual Lei 73/2013, que nos termos do artº 45º antecipa o momento da apresentação do documentos previsionais para o mês de Outubro, não foram atempadamente remetidos ao Município, os orçamentos da empresas participadas a que se refere o artº 46º.



- b) Mapa das entidades participadas pelo município, identificadas pelo respectivo número de identificação fiscal, incluindo a respectiva percentagem de participação e o valor correspondente.

### 3 - Previsão da Receita

Condicionam as previsões de arrecadação de receita, por um lado as transferências para os municípios previstas na Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015, ainda as deliberações da Assembleia Municipal relativas às taxas a arrecadar de impostos municipais e outras taxas, no ano de 2015.

Para além das rubricas de receitas a estimar em conformidade com as regras previsionais definidas no POCAL, foi também considerada a arrecadação de receita proveniente de fundos comunitários, sendo de salientar, que o volume a inscrever se cingiu aos valores a executar até ao encerramento financeiro do QREN 2007-2013.

Tendo em conta o horizonte de tempo ainda a decorrer até ao início do próximo ano, procedeu-se à avaliação do ponto de situação da execução financeira e física do conjunto das operações ainda não encerradas, ponderados os necessários pedidos de reprogramação, prevendo-se como receita de 2015 os saldos ainda a executar no âmbito das referidas operações.

De salientar, que o presente orçamento reflecte a actual realidade, no que toca à potencial captação de fundos de financiamento comunitário no âmbito da Estratégia “Portugal 2020”, uma vez que ainda se aguarda a publicação dos respectivos regulamentos de acessos aos mesmos.

A receita total prevista para 2015, ascende a Eur. 42.751,902,00, discriminada de acordo com as seguintes origens:

	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	Em Eur.
<b>01</b>	IMPOSTOS DIRECTOS	9.390.362,00
<b>02</b>	IMPOSTOS INDIRECTOS	149.804,00
<b>04</b>	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	448.157,00
<b>05</b>	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.142.725,00
<b>06</b>	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.643.640,00
<b>07</b>	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5.865.297,00
<b>08</b>	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	301.828,00
	<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>31.941.813,00</b>
	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	
<b>09</b>	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	97.486,00
<b>10</b>	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.712.593,00
<b>13</b>	13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10,00
	<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>10.810.089,00</b>
	<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>42.751.902,00</b>

#### Notas ao Orçamento da Receita:

- O capítulo 01 reporta aos impostos municipais que, se prevê, o Estado venha a cobrar e transferir para o Município (IMI, IMTI, IUC e Derrama).
- Os capítulos 06 e 10 incluem a participação do Município nos impostos do Estado (FEF, FSM e IRS) que, de acordo com a proposta da LOE para 2015, é de Eur. 13.098.994,00.
- Também o Capítulo 10 contempla a comparticipação comunitária aprovada para os projectos co-financiados e que, para 2015, se prevêem ser de Eur. 9.533.730,00.



#### 4 - Previsão da Despesa

A previsão de despesa teve como principais linhas orientadoras, a previsão de despesa inerente ao funcionamento da autarquia; ainda a despesa estimada decorrente de compromissos já assumidos e não pagos de projectos que ainda se encontram em curso; e ainda um conjunto de projectos criteriosamente selecionados, baseado na avaliação da respectiva viabilidade económica, tendo em vista o contributo para a garantia do desenvolvimento sustentável, mantendo o controlo do stock da dívida, assim como a garantia da verificação do equilíbrio corrente.

A despesa total prevista para 2015, ascende a Eur. 42.751,902,00, discriminada da seguinte forma, por capítulos:

	<b>DESPESA CORRENTE</b>	Em Eur.
<b>01</b>	DESPESAS COM PESSOAL	7.526.539,00
<b>02</b>	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6.775.940,00
<b>03</b>	JUROS E OUTROS ENCARGOS	63.000,00
<b>04</b>	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.023.000,00
<b>05</b>	SUBSIDIOS	160.000,00
<b>06</b>	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	267.073,00
	<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>16.815.552,00</b>
	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	
<b>07</b>	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	23.574.050,00
<b>08</b>	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.006.500,00
<b>09</b>	ACTIVOS FINANCEIROS	297.800,00
<b>10</b>	PASSIVOS FINANCEIROS	1.000.000,00
<b>11</b>	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	58.000,00
	<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>25.936.350,00</b>
	<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>42.751.902,00</b>

**Notas ao Orçamento da Despesa:**

- O capítulo 01 contempla todas as despesas com pessoal, incluindo custos com os encargos sociais e os contratos de avença.
- As dotações inscritas no capítulo 07 reportam ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) no valor total de 23.574.050,00.
- As dotações inscritas nos capítulos 03 a 05 e 08 a 10 reportam ao Plano de Actividades Municipais (PAM) que ainda incluem verbas inscritos no capítulo 02 que pela sua importância merecem estar inscritas no Plano (aquisição de bens e serviços para a promoção de toda a actividade cultural, desportiva, educacional e turística, recolha de RSU, análises de água, transportes escolares) totalizando 7.232.540,00.
- As Grandes Opções do Plano, no valor total de 30.806.590,00, agregam o PPI e o PAM.



Ao nível da despesa corrente, destacam as despesas com Pessoal e Aquisição de Bens e serviços.

#### **4.1 - Despesas com Pessoal**

Tendo em conta a actual solidez do Município de Pombal em termos de equilíbrio corrente, quer do ponto de vista da distância que se verifica entre a dívida total nesta data e o limite à mesma estabelecido na lei, com a publicitação do Projeto da Lei do Orçamento de Estado para 2015, abriu-se uma janela de oportunidade para repor, parcialmente, os recursos humanos que foram reduzidos nos últimos 3 anos, também devido aos sucessivos Orçamentos de Estado que a isso obrigaram.

Assim, no art.º 62.º do referido projeto-lei, podemos enquadrar o Município de Pombal. Aquele artigo prevê a possibilidade de contratação de pessoal, tendo como única limitação que a autarquia não despenda, em 2015, um valor superior a um quinto da diferença entre 35% da Receita corrente Líquida dos últimos 3 exercícios e a despesa com a rubrica 01 relativa a 2014. Com esta margem, ainda que não definitiva por terem de ser estimados, face à data em que nos encontramos, os valores que constituem a “fórmula” de cálculo atrás referida, poderemos repor uma quantidade de RH’s que se aproximará dos níveis de 2011 e garantirá uma melhor prossecução do serviço público e das obrigações que vinculam o Município.

Optou-se por dar prioridade aos postos de trabalho destinados à execução de tarefas relacionadas diretamente com os interesses das populações e nos quais o “relevante interesse público” resulta claro, sem prejuízo de cuidar de acautelar o provimento de postos de trabalho cujo deficit de trabalhadores era também evidente e começava já a colocar em causa o bom desenrolar das atividades municipais a eles associadas.

De referir ainda o impacto orçamental decorrente do aumento do salário mínimo nacional, cujos recrutamentos ocorridos em 2011 para a categoria de Assistente Operacional, muitos foram os trabalhadores que viram ser-lhes atribuído esse montante como remuneração base devido às imposições legais que vigoram desde 2010 e que ainda se mantêm à data de hoje para todos os recrutamentos que ocorram ou venham a ocorrer em 2015 para a categoria de Assistente Operacional. Assim, o aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida para 505€, operado pelo Decreto-Lei n.º 144/2014, de 30 de setembro, terá algum impacto no orçamento das despesas com pessoal, cifrando-se em cerca de 43.000€/ano, abrangendo 128 trabalhadores do Município.”

#### **4.2 - Aquisição de Bens e Serviços**

Quanto a aquisição de bens e serviços, que garantem o regular funcionamento da Autarquia, destacam-se as despesas com combustíveis, encargos de instalações designadamente electricidade e gás, comunicações, iluminação pública e os encargos com a cobrança de receita.



## 5 - Grandes Opções do Plano

### 5.1 - PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Ao nível das Grandes Opções do Plano que integram o Orçamento Municipal, para o PPI que ascende em 2015 a Eur. 23.574.050,00, relevam a conclusão dos investimentos financiados pelo Fundo de Coesão, no âmbito do ciclo urbano da água; a conclusão das obras de regeneração urbana, da área da educação, da área da saúde, das áreas de acolhimento empresarial e de coesão local, todas financiadas pelo FEDER; ainda algumas obras no campo da acção social, designadamente a Casa Abrigo e a construção da sede da Associação de Pensionistas e Reformados de Pombal. A par destes, há a considerar os investimentos em novos centros escolares, alguns projectos de carácter estruturante em matéria de saneamento básico, como sejam o emissário de Carnide – Ilha – Louriçal, as redes de saneamento na zona poente da cidade de Pombal à Estrada de Soure e ainda a rede de saneamento de Outeiro do Louriçal e Foitos. No abastecimento de água, salienta-se a preocupação com a eficiência do serviço, prevendo-se a inscrição de dotações necessárias à beneficiação e remodelação das condutas existentes, que já esgotaram o respectivo período de vida útil, com vista à redução de perdas de água e deste modo conducentes à poupança de recursos, incluindo energéticos.

A valorização urbanística assume também alguma expressão nos documentos previsionais para o próximo quadriénio. As principais obras aqui consideradas, dizem respeito à construção de arranjos urbanísticos e passeios em algumas sedes de freguesia, a 2.ª fase da requalificação do Centro Histórico de Pombal, as obras de Requalificação urbana da EN 237 desclassificada (Alto Cabaço / Barco). É ainda reconhecida, neste documento, a necessidade de perspectivar intervenções na construção de passeios no CM 1054 (Pombal – Mouriscas), na Requalificação Urbana de Governos – Vinagres e ainda na Requalificação urbana de Flandes- Parque Verde e desportivo.

Considerando as imposições decorrentes da aplicação da Lei dos solos, n.º 31/2014, [publicada](#) em 30 de Maio, a criação de infraestruturas urbanísticas carece de demonstração do interesse económico das mesmas e da sustentabilidade financeira das respectivas operações. É pois de referir que dada a importância destes projectos para a qualidade de vida das populações, os mesmos encontram-se já previstos no Programa de Execução e Plano de Financiamento da 1.ª Revisão do Plano Director Municipal, aprovada em Assembleia Municipal de 28.02.2014 e publicada em Diário da República sob o Aviso n.º 4945/2014, de 10 de Abril, sendo por isso, inequívoco o respectivo interesse económico e seu contributo para a valorização dos centros urbanos, a criação de melhores acessibilidades, maior segurança rodoviária e de circulação pedonal, quer ainda do ponto de vista da criação de condições à fixação de população.

Considerando que as infraestruturas em causa se podem assumir como externalidades positivas para os seus utilizadores, pelas razões atrás invocadas, potenciarão a fixação de pessoas e por esta via, entre outras, o aumento de receita de impostos municipais, acréscimo de prestação de serviços do município ao acréscimo de população potenciada pelas referidas infraestruturas; que num horizonte temporal adequado, se admite possam vir a suprir os potenciais gastos de conservação e manutenção, uma vez que ao nível do investimento, na maioria das intervenções não sofrem amortizações.

Das intervenções previstas no PPI, sublinha-se ainda a inclusão da construção da Rotunda do Alto Cabaço, do acesso à Zona Industrial de Meirinhas a partir do IC2, a variante sudeste à Vila do Louriçal, a requalificação da EN 109 na Guia e a construção do CIMU-SICÓ.



## 5.2 - PAM – Plano de Actividades Municipal

No Plano de Actividades Municipal (PAM), que em 2105 ascende a Eur. 7.232.540,00, encontra-se plasmada a orientação Municipal, que consiste no reforço da colaboração com as Juntas de Freguesia, na promoção da Educação com especial enfoque no pré-escolar e no primeiro ciclo do ensino básico, na promoção cultural e turística, no reforço do associativismo e da prática desportiva, bem como na solidificação da rede municipal de acção social.

As Juntas de Freguesia constituem-se como um dos principais parceiros na prossecução da actividade municipal, encontrando no PAM para 2015 uma importante expressão financeira, que garante o cumprimento dos Acordos de Execução e dos Contratos Interadministrativos já celebrados com as Freguesias em 2014, que delegam nestas autarquias um relevante conjunto de competências em vários domínios da actividade municipal.

Na Educação é de destacar a manutenção do “investimento” na Componente de Apoio à Família, na Acção Social Escolar, no Programa de Generalização de Refeições, no Programa de Actividades de Enriquecimento Escolar, nos Transportes Escolares e no reforço do Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar “Pombal 2020 – Sucesso Escolar 100%”.

A formação integral da pessoa humana, prossegue-se também pela cultura que no documento em apreço mantém dotações para a promoção pelo Município das actividades culturais que anualmente constituem a diversificada oferta municipal nas várias artes; bem como para o apoio às associações e instituições, que no concelho desenvolvem uma inestimável actividade cultural, artística e etnográfica.

A actividade desportiva, cada vez mais, é reconhecida por todos, como uma valência importante no equilíbrio e no bem-estar do nosso dia-a-dia. Nos últimos anos a acção municipal centrou-se na edificação das mais diversas infraestruturas de apoio, disponibilizando um leque de ofertas desportivas cada vez mais diversificado, sendo este um dos principais factores para que o nosso Município, em termos distritais, registre o maior número de praticantes nas mais distintas modalidades. Sucesso não só mensurável em termos quantitativos, mas também nos exemplos recentes de vários títulos registados a nível nacional.

No ano de 2015 pretende-se ir mais longe e captar o cidadão anónimo para a prática desportiva informal. Este será forçosamente um objectivo importante para acção municipal: promover hábitos de vida cada vez mais saudáveis, associados à fruição dos nossos espaços públicos.

Assumem também uma parcela importante do PAM, as verbas destinadas ao apoio às entidades associativas de âmbito desportivo, cultural e recreativo, cívico, religioso e juvenis, IPSS's e à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Pombal.

Em 2015, a afirmação turística do concelho continuará assente nas ofertas ligadas ao Turismo Cultural, ao Turismo de Natureza e ao Turismo Religioso; promovendo o património cultural edificado, potenciando a herança pombalina e realçando as inigualáveis condições naturais, que nos são oferecidas pela Serra de Sicó e pela Praia do Osso-da-Baleia.

Também patente nos documentos previsionais do próximo quadriénio está a protecção do meio ambiente e conservação da natureza, através da continuidade dos projectos de sensibilização



educativa e ambiental – ECO XXI, RIOS, Agenda 21 – Pombal; bem como dos programas de planeamento e prevenção florestal destacando-se os programas referentes à prevenção da floresta contra incêndios.

O estímulo à actividade económica é também um objectivo que consta deste orçamento. A exemplo da muito bem sucedida criação do Projecto Porta Aberta, pretende-se dinamizar a instalação de jovens em espaços comerciais, bem como continuar as políticas de dinamização da zona comercial do centro histórico da cidade de Pombal. Relevará especial importância, o apoio ao investidor e a dinamização de estratégias para o fomento da fixação de empresas no concelho de Pombal.

O histórico da actividade municipal na área da acção social define 2015 como um ano para tornar mais sólida a rede municipal de acção social, que conjuga as ofertas camarárias com a intervenção de um vasto conjunto de IPSS's que, pelo reforço da sua actividade e dos meios ao seu dispor, continuará a fazer do Concelho de Pombal, um dos municípios que possui uma melhor rede de acção social preparada para acudir cada vez melhor a quem tem menos meios ao seu dispor.

O Plano de Actividades Municipal (PAM), inclui também uma verba considerável destinada à recolha, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos urbanos, bem como à limpeza, manutenção de edifícios, infraestruturas e espaços municipais.

Igualmente previstos no PAM encontram-se os encargos com empréstimos bancários de médio longo prazo.

Relativamente à determinação de encargos com as amortizações de capital e juros, partiu-se das taxas de juro aplicáveis a cada empréstimo, vigentes para a próxima prestação, cujos montantes a inscrever no orçamento de 2005 se encontram no mapa de Empréstimos de Médio e Longo Prazo, que integra o conjunto dos documentos que constituem o orçamento.

A marcar ainda o Plano de Actividades Municipal, aparece este ano pela primeira vez a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, criado nos termos do artigo 62.º da Lei 73/2013 e regulamentado pela Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto, cujo valor a inscrever pelo Município de Pombal até ao ano de 2020 foi já comunicado pela DGAL, nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 53/2014.

O valor total a capitalizar no horizonte em causa ascende a 1.727.599,12, sendo o valor já inscrito para o orçamento de 2015, de 246.800,00.

## **6 - Compromissos Plurianuais**

Determina a alínea c) do n.º 1 do Art.º 6.º da Lei 08/2012 de 21/02 (LCPA), que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.

O Art.º 12.º do DL 127/2012 de 21/06, que veio regulamentar a LCPA, estabelece que para efeitos de aplicação dessa alínea, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente, poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Nestes termos, foi submetida proposta ao Órgão Executivo no sentido de deliberar solicitar ao Órgão Deliberativo, autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais dos Projectos e Acções inscritos nas Grandes Opções do Plano, aquando da sua aprovação para o quadriénio 2015/2018, de modo a agilizar a contratação da respectiva despesa plurianual.



## 7 – Regras Orçamentais e de Dívida

### 7.1 - Equilíbrio Corrente

No que diz respeito ao cumprimento das regras orçamentais previstas no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, conjugada com o artigo 83.º da mesma lei, o orçamento proposto cumpre com a referida norma, prevendo-se a geração de uma poupança corrente de Eur. 9.872.906,24, conforme quadro abaixo:

		Eur.
Média da receita corrente bruta cobrada nos exercícios de 2011, 2012 e 2013	(a)	27.629.982,53
Despesa Corrente prevista:	(b)	16.815.552,00
Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo	(c)	941.524,29
<b>Poupança Corrente</b>	<b>(d) = (a) - (b) - (c)</b>	<b>9.872.906,24</b>

### 7.2 - Dívida Total

O limite da dívida total dos municípios, estabelecida no n.º 1 do artigo 52ª da Lei 73/2013 de 03/09, corresponde a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (2011, 2012 e 2013). Para o Município de Pombal, o limite da dívida total estabelecido para 2014 é de Eur. 41.444.974,00, que resulta da média de Eur. 27.629.982,53 vezes 1,5.

A dívida total do Município, reportada ao 3º Trimestre de 2014, resulta no montante de Eur. 8.720.216,29, que inclui o valor empréstimos de médio e longo prazo, todos os débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, bem como a dívida proveniente das entidades que relevam para efeitos de limite da dívida total, nos termos do Artº 54º da mesma Lei, conforme se demonstra no quadro seguinte, extraído da aplicação SIAL da DGAL.

Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	Excluindo dívidas não orçamentais
(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)=(3)-(4)
10.739.674	453.318	11.192.992	2.472.776	8.720.216

Prevendo-se que o Município venha a manter durante o ano de 2015, em termos de dívida total uma folga aproximada à que hoje se verifica, caso os pressupostos de arrecadação de receita sigam o ritmo espectável e a execução de despesa tenha um ritmo em conformidade com o planeado.



## **8- Conclusão**

No ano de 2015, manter-se-á a orientação da acção municipal para a prossecução das atribuições fundamentais, com capacidade de investimento, sem descuidar a solidez financeira da gestão em sintonia com as populações e com as Juntas de Freguesia, verdadeiros parceiros de serviço público.

Pombal, 29 de Outubro de 2014

O Presidente da Câmara,

\_\_\_\_\_  
(Luis Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, Dr.)



**ANEXOS AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2015**

- 1. Orçamento da Receita**
- 2. Orçamento da Despesa**
- 3. Resumo do Orçamento.**
- 4. Resumo das Receitas e das Despesas**
- 5. Orçamento da Despesa com e sem Plano**
- 6. Resumo das Grandes Opções do Plano**
- 7. Resumo do Plano Plurianual de Investimentos**
- 8. Resumo do Plano de Actividades Municipal**
- 9. Empréstimos a médio/longo prazo**
- 10. Mapa das entidades participadas pelo Município**

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	<b>R E C E I T A S C O R R E N T E S</b>	<b>31.941.813,00</b>
<b>01</b>	<b>IMPOSTOS DIRECTOS</b>	<b>9.390.362,00</b>
<b>01.02</b>	<b>OUTROS</b>	<b>9.390.362,00</b>
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	6.155.199,00
01.02.03	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	1.383.079,00
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANS. ONEROSAS DE IMÓVEIS	1.182.842,00
01.02.05	DERRAMA	654.762,00
<b>01.02.07</b>	<b>IMPOSTOS ABOLIDOS</b>	<b>14.480,00</b>
01.02.07.01	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	38,00
01.02.07.02	IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA	14.442,00
<b>02</b>	<b>IMPOSTOS INDIRECTOS</b>	<b>149.804,00</b>
<b>02.02</b>	<b>OUTROS</b>	<b>149.804,00</b>
<b>02.02.06</b>	<b>IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS</b>	<b>149.804,00</b>
02.02.06.01	Mercados e Feiras	739,00
02.02.06.02	Loteamento e Obras	73.803,00
02.02.06.03	Ocupação de Via Pública	9.104,00
02.02.06.05	Publicidade	19.323,00
02.02.06.06	Saneamento	350,00
<b>02.02.06.99</b>	<b>Outros</b>	<b>46.485,00</b>
02.02.06.99.01	Tx Municipal de direitos de passagem	9.585,00
02.02.06.99.02	Tx de deposito da ficha técnica de habitação	23,00
02.02.06.99.99	Outros	36.877,00
<b>04</b>	<b>TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>	<b>448.157,00</b>
<b>04.01</b>	<b>TAXAS</b>	<b>351.505,00</b>
<b>04.01.23</b>	<b>TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS</b>	<b>351.505,00</b>
04.01.23.02	Loteamento e Obras	219.974,00
04.01.23.05	Caça, Uso e Porte de Arma	914,00
<b>04.01.23.99</b>	<b>Outras</b>	<b>130.617,00</b>
04.01.23.99.01	Tx de deposito da ficha técnica de habitação	124,00
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo	537,00
04.01.23.99.99	Outras	129.956,00
<b>04.02</b>	<b>MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:</b>	<b>96.652,00</b>
04.02.01	JUROS DE MORA	56.086,00
04.02.02	JUROS COMPENSATÓRIOS	25.347,00
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	8.537,00
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	6.682,00
<b>05</b>	<b>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</b>	<b>2.142.725,00</b>
<b>05.02</b>	<b>JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS</b>	<b>8.049,00</b>
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	8.049,00
<b>05.07</b>	<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</b>	<b>24.058,00</b>
05.07.03	EMPRESAS PRIVADAS	24.058,00
<b>05.10</b>	<b>RENDAS</b>	<b>2.110.618,00</b>
05.10.02	ACTIVOS NO SUBSOLO	42.180,00
05.10.04	EDIFÍCIOS	3.330,00
05.10.99	Outros	2.065.108,00
<b>06</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>13.643.640,00</b>
<b>06.01</b>	<b>SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</b>	<b>62.410,00</b>
06.01.02	PRIVADAS	62.410,00
<b>06.02</b>	<b>SOCIEDADES FINANCEIRAS</b>	<b>18.813,00</b>
06.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	18.813,00
<b>06.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>	<b>13.554.045,00</b>
<b>06.03.01</b>	<b>ESTADO</b>	<b>12.000.345,00</b>
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	9.887.845,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	833.948,00
06.03.01.03	Participação variável no IRS	1.278.552,00
<b>06.03.06</b>	<b>ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS</b>	<b>6.302,00</b>
06.03.06.01	Fundo Social Europeu	6.302,00
06.03.07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	1.501.370,00

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
06.03.09	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS ACTIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	46.028,00
<b>06.08</b>	<b>FAMÍLIAS</b>	<b>8.372,00</b>
06.08.01	FAMÍLIAS	8.372,00
<b>07</b>	<b>VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES</b>	<b>5.865.297,00</b>
<b>07.01</b>	<b>VENDA DE BENS</b>	<b>2.615.448,00</b>
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	23,00
07.01.06	PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS	50,00
07.01.07	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	59.543,00
<b>07.01.10</b>	<b>DESPERDICIOS, RESIDUOS E REFUGOS</b>	<b>6.611,00</b>
07.01.10.01	Sucata	6.611,00
<b>07.01.11</b>	<b>PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS</b>	<b>2.449.352,00</b>
07.01.11.03	Água	2.449.352,00
07.01.99	OUTROS	99.869,00
<b>07.02</b>	<b>SERVIÇOS</b>	<b>3.095.679,00</b>
07.02.07	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	41.965,00
<b>07.02.08</b>	<b>SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DESPORTO</b>	<b>103.608,00</b>
07.02.08.04	Serviços Desportivos	103.608,00
<b>07.02.09</b>	<b>SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS</b>	<b>2.950.106,00</b>
07.02.09.01	Saneamento	801.650,00
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	1.630.643,00
<b>07.02.09.03</b>	<b>TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS</b>	<b>136.069,00</b>
07.02.09.03.02	Transportes escolares	69.001,00
07.02.09.03.03	Transportes de pessoas e mercadorias	50.319,00
07.02.09.03.99	Outros	16.749,00
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	130.673,00
07.02.09.05	Cemitérios	71.099,00
07.02.09.06	Mercados e Feiras	139.322,00
07.02.09.07	Parques de Estacionamento	40,00
07.02.09.99	Outros	40.610,00
<b>07.03</b>	<b>RENDAS</b>	<b>154.170,00</b>
07.03.01	HABITAÇÕES	50.181,00
07.03.02	EDIFÍCIOS	103.989,00
<b>08</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>301.828,00</b>
<b>08.01</b>	<b>OUTRAS</b>	<b>301.828,00</b>
<b>08.01.99</b>	<b>OUTRAS</b>	<b>301.828,00</b>
08.01.99.01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	6.091,00
08.01.99.02	Indemnizações de estragos provocados por outrém em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às autarquias locais	11.593,00
08.01.99.03	IVA reembolsado	156.685,00
08.01.99.99	Diversas	127.459,00
	<b>R E C E I T A S D E C A P I T A L</b>	<b>10.810.089,00</b>
<b>09</b>	<b>VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO</b>	<b>97.486,00</b>
<b>09.01</b>	<b>TERRENOS</b>	<b>97.486,00</b>
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	97.486,00
<b>10</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>10.712.593,00</b>
<b>10.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>	<b>10.677.379,00</b>
<b>10.03.01</b>	<b>ESTADO</b>	<b>1.098.649,00</b>
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.098.649,00
<b>10.03.07</b>	<b>ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS</b>	<b>9.533.730,00</b>
10.03.07.01	Feder	5.703.080,00
10.03.07.03	Fundo de Coesão	3.830.650,00
10.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	45.000,00
<b>10.05</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>	<b>35.214,00</b>
10.05.01	CONTINENTE	35.214,00
<b>13</b>	<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>10,00</b>
<b>13.01</b>	<b>OUTRAS</b>	<b>10,00</b>

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE POMBAL

ORÇAMENTO DA RECEITA

DOTAÇÕES INICIAIS  
DO ANO 2015

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	10,00
TOTAL DAS RECEITAS		42.751.902,00

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÔMICA	ORGÂNICA	ECONÔMICA
01		21.000,00	
	ASSEMBLEIA MUNICIPAL		
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>21.000,00</b>
01	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>		<b>20.000,00</b>
01.02	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>		<b>20.000,00</b>
01.02.13	<b>OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS</b>		<b>20.000,00</b>
01.02.13.02	Outros		20.000,00
02	<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>		<b>1.000,00</b>
02.01	<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>		<b>500,00</b>
02.01.21	OUTROS BENS		500,00
02.02	<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>		<b>500,00</b>
02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		500,00
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	42.730.902,00	
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>16.794.552,00</b>
01	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>		<b>7.506.539,00</b>
01.01	<b>REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES</b>		<b>5.751.552,00</b>
01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		204.029,00
01.01.04	<b>PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO</b>		<b>3.774.620,00</b>
01.01.04.01	Pessoal em Funções		3.679.510,00
01.01.04.02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório		50,00
01.01.04.03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório		50,00
01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho		95.010,00
01.01.06	<b>PESSOAL CONTRATADO A TERMO</b>		<b>52.641,00</b>
01.01.06.01	Pessoal em Funções		22.938,00
01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho		29.703,00
01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		330.000,00
01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		22.000,00
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		124.700,00
01.01.11	REPRESENTAÇÃO		74.013,00
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		405.763,00
01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL		693.786,00
01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		70.000,00
01.02	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>		<b>175.431,00</b>
01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		120.000,00
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		4.000,00
01.02.05	ABONO PARA FALHAS		17.000,00
01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		30.000,00
01.02.13	<b>OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS</b>		<b>4.231,00</b>
01.02.13.02	Outros		4.231,00
01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		100,00
01.03	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>		<b>1.579.556,00</b>
01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		170.000,00
01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		100,00
01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		28.000,00
01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		6.000,00
01.03.05	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL</b>		<b>1.233.656,00</b>
01.03.05.01	Assistência na doença dos Funcionários Públicos (ADSE)		50.000,00
01.03.05.02	<b>SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)</b>		<b>1.183.556,00</b>
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		804.000,00
01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral		379.556,00
01.03.05.03	Outros		100,00
01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		15.000,00
01.03.08	OUTRAS PENSÕES		41.200,00
01.03.09	<b>SEGUROS</b>		<b>80.000,00</b>
01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais		80.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
ORGÂNICA	ECONÓMICA			
	<b>01.03.10</b>	<b>OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL</b>		<b>5.600,00</b>
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção		5.500,00
	01.03.10.99	Outras despesas de segurança social		100,00
	<b>02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>		<b>6.774.940,00</b>
	<b>02.01</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>		<b>1.126.900,00</b>
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		18.800,00
	<b>02.01.02</b>	<b>COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES</b>		<b>534.700,00</b>
	02.01.02.01	Gasolina		21.300,00
	02.01.02.02	Gasóleo		490.100,00
	02.01.02.99	Outros		23.300,00
	02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS		100,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		34.600,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		1.400,00
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO - GÉNEROS PARA CONFECCIONAR		42.600,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		27.000,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		56.400,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		100,00
	02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO		800,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS		55.000,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL - PEÇAS		11.500,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		30.400,00
	<b>02.01.16</b>	<b>MERCADORIAS PARA VENDA</b>		<b>63.800,00</b>
	02.01.16.01	Água		22.300,00
	02.01.16.03	Outras		41.500,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		5.200,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		700,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		4.400,00
	02.01.21	OUTROS BENS		239.300,00
	<b>02.02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>		<b>5.648.040,00</b>
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		1.235.100,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		204.100,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		93.900,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		37.620,00
	02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA		17.600,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		9.600,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		256.800,00
	<b>02.02.10</b>	<b>TRANSPORTES</b>		<b>584.000,00</b>
	02.02.10.01	Transportes Escolares		560.000,00
	02.02.10.02	Apoio Social Escolar		2.500,00
	02.02.10.03	Portagens e Outros		21.500,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		4.400,00
	02.02.12	SEGUROS		100.600,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		500,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		71.700,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		26.000,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		3.200,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		74.600,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		74.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		56.900,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		903.500,00
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		40.000,00
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		254.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		1.599.920,00
	<b>03</b>	<b>JUROS E OUTROS ENCARGOS</b>		<b>63.000,00</b>
	<b>03.01</b>	<b>JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA</b>		<b>62.000,00</b>
	<b>03.01.03</b>	<b>SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>		<b>57.000,00</b>
	03.01.03.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazos		57.000,00
	03.01.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		5.000,00
	<b>03.02</b>	<b>OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DIVIDA PUBLICA</b>		<b>500,00</b>
	03.02.01	DESPESAS DIVERSAS		500,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	<b>03.05</b>	<b>OUTROS JUROS</b>		<b>500,00</b>
	03.05.02	OUTROS		500,00
	<b>04</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>		<b>2.023.000,00</b>
	<b>04.01</b>	<b>SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</b>		<b>20.000,00</b>
	04.01.02	PRIVADAS		20.000,00
	<b>04.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>		<b>11.000,00</b>
	04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		11.000,00
	<b>04.05</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		<b>831.000,00</b>
	<b>04.05.01</b>	<b>CONTINENTE</b>		<b>831.000,00</b>
	04.05.01.02	Freguesias		800.500,00
	04.05.01.04	Associações de municípios		30.500,00
	<b>04.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>		<b>556.000,00</b>
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		556.000,00
	<b>04.08</b>	<b>FAMÍLIAS</b>		<b>605.000,00</b>
	04.08.02	OUTRAS		605.000,00
	<b>05</b>	<b>SUBSÍDIOS</b>		<b>160.000,00</b>
	<b>05.01</b>	<b>SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</b>		<b>85.000,00</b>
	<b>05.01.01</b>	<b>PÚBLICAS</b>		<b>85.000,00</b>
	05.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		35.000,00
	05.01.01.02	Outras		50.000,00
	<b>05.08</b>	<b>FAMILIAS</b>		<b>75.000,00</b>
	05.08.03	Outras		75.000,00
	<b>06</b>	<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>		<b>267.073,00</b>
	<b>06.02</b>	<b>DIVERSAS</b>		<b>267.073,00</b>
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS		173.000,00
	<b>06.02.03</b>	<b>OUTRAS</b>		<b>94.073,00</b>
	06.02.03.01	Outras Restituições		4.900,00
	06.02.03.02	IVA Pago		500,00
	06.02.03.04	Serviços Bancários		7.500,00
	06.02.03.05	Outras		81.173,00
		<b>D E S P E S A S D E C A P I T A L</b>		<b>25.936.350,00</b>
	<b>07</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL</b>		<b>23.574.050,00</b>
	<b>07.01</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>11.589.950,00</b>
	07.01.01	TERRENOS		35.000,00
	<b>07.01.02</b>	<b>HABITAÇÕES</b>		<b>100.000,00</b>
	07.01.02.03	Reparação e Beneficiação		100.000,00
	<b>07.01.03</b>	<b>EDIFÍCIOS</b>		<b>8.216.500,00</b>
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		478.000,00
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		332.500,00
	07.01.03.03	MERCADOS E INSTAL. DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		810.000,00
	07.01.03.05	ESCOLAS		3.015.000,00
	07.01.03.07	OUTROS		3.581.000,00
	<b>07.01.04</b>	<b>CONSTRUÇÕES DIVERSAS</b>		<b>1.840.500,00</b>
	07.01.04.03	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS		425.000,00
	07.01.04.05	PARQUES E JARDINS		30.000,00
	07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		335.000,00
	07.01.04.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		110.000,00
	07.01.04.13	OUTROS		940.500,00
	<b>07.01.06</b>	<b>MATERIAL DE TRANSPORTE</b>		<b>201.000,00</b>
	07.01.06.01	RECOLHA DE RESÍDUOS		25.000,00
	07.01.06.02	OUTRO		176.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		95.350,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		291.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		83.000,00
	<b>07.01.10</b>	<b>EQUIPAMENTO BÁSICO</b>		<b>671.000,00</b>
	07.01.10.01	EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS		23.500,00
	07.01.10.02	OUTRO		647.500,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		2.600,00
	07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		3.000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		51.000,00
	<b>07.03</b>	<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>		<b>11.984.100,00</b>
	07.03.01	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS		21.000,00
	<b>07.03.02</b>	<b>EDIFÍCIOS</b>		<b>11.000,00</b>

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
ORGÂNICA	ECONÓMICA			
	07.03.02.03	MERCADOS E INSTAL. DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		11.000,00
	<b>07.03.03</b>	<b>OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS</b>		<b>11.932.100,00</b>
	07.03.03.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		3.255.000,00
	07.03.03.02	SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS		2.480.000,00
	07.03.03.04	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		321.000,00
	07.03.03.05	PARQUES E JARDINS		370.000,00
	07.03.03.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		45.000,00
	07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		760.000,00
	07.03.03.08	VIAÇÃO RURAL		4.033.600,00
	07.03.03.09	SINALIZAÇÃO E TRANSITO		26.000,00
	07.03.03.12	CEMITÉRIOS		15.000,00
	07.03.03.13	OUTROS		626.500,00
	07.03.05	BENS DO PATRIMONIO HISTÓRICO, ARTISTICO E CULTURAL		20.000,00
	<b>08</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>		<b>1.006.500,00</b>
	<b>08.01</b>	<b>SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</b>		<b>35.000,00</b>
	08.01.02	PRIVADAS		35.000,00
	<b>08.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>		<b>160.000,00</b>
	08.03.06	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		160.000,00
	<b>08.05</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		<b>529.500,00</b>
	<b>08.05.01</b>	<b>CONTINENTE</b>		<b>529.500,00</b>
	08.05.01.02	Freguesias		501.000,00
	08.05.01.04	Associações de municípios		28.500,00
	<b>08.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>		<b>282.000,00</b>
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		282.000,00
	<b>09</b>	<b>ACTIVOS FINANCEIROS</b>		<b>297.800,00</b>
	<b>09.07</b>	<b>ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES</b>		<b>297.800,00</b>
	09.07.02	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS		297.800,00
	<b>10</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>		<b>1.000.000,00</b>
	<b>10.06</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>		<b>1.000.000,00</b>
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		924.000,00
	10.06.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		76.000,00
	<b>11</b>	<b>OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>58.000,00</b>
	<b>11.02</b>	<b>DIVERSAS</b>		<b>58.000,00</b>
	11.02.01	RESTITUIÇÕES		58.000,00
<b>TOTAL GERAL DAS DESPESAS</b>				<b>42.751.902,00</b>

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

R E S U M O   D O   O R Ç A M E N T O

ENTIDADE  MUNICIPIO DE POMBAL
-------------------------------------

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes .....	31.941.813,00	Correntes .....	16.815.552,00
De capital .....	10.810.089,00	De capital .....	25.936.350,00
Total	42.751.902,00	Total	42.751.902,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	42.751.902,00	Total Geral	42.751.902,00

Em ___ de _____ de ___ _____
---------------------------------

Em ___ de _____ de ___ _____
---------------------------------

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES :
MP		Executivo <u>  </u> / <u>  </u> / <u>  </u> Deliberativo <u>  </u> / <u>  </u> / <u>  </u>

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015

RECEITAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	9.390.362,00	22.0
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	149.804,00	0.4
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	448.157,00	1.0
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.142.725,00	5.0
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.643.640,00	31.9
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5.865.297,00	13.7
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	301.828,00	0.7
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	31.941.813,00	74.7
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	97.486,00	0.2
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.712.593,00	25.1
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS		
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	10.810.089,00	25.3
TOTAL GERAL	42.751.902,00	100.0

DESPESAS	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	7.526.539,00	17.6
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6.775.940,00	15.8
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	63.000,00	0.1
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.023.000,00	4.7
05 SUBSÍDIOS	160.000,00	0.4
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	267.073,00	0.6
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	16.815.552,00	39.3
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	23.574.050,00	55.1
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.006.500,00	2.4
09 ACTIVOS FINANCEIROS	297.800,00	0.7
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.000.000,00	2.3
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	58.000,00	0.1
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	25.936.350,00	60.7
TOTAL GERAL	42.751.902,00	100.0

ENTIDADE MUNICÍPIO DE POMBAL	ORÇAMENTO DA DESPESA ( Com e Sem Plano )	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
---------------------------------	---	----------------------------------

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÕES			DOTAÇÕES		MONTANTE
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	21.000,00		21.000,00
		<b>DESPESAS CORRENTES</b>	21.000,00		<b>21.000,00</b>
	01	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>	20.000,00		<b>20.000,00</b>
	01.02	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>	20.000,00		<b>20.000,00</b>
	01.02.13	<b>OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS</b>	20.000,00		<b>20.000,00</b>
	01.02.13.02	Outros	20.000,00		20.000,00
	02	<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	1.000,00		<b>1.000,00</b>
	02.01	<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>	500,00		<b>500,00</b>
	02.01.21	OUTROS BENS	500,00		500,00
	02.02	<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	500,00		<b>500,00</b>
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	500,00		500,00
02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	11.924.312,00	30.806.590,00	42.730.902,00
		<b>DESPESAS CORRENTES</b>	11.866.312,00	4.928.240,00	<b>16.794.552,00</b>
	01	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>	7.320.339,00	186.200,00	<b>7.506.539,00</b>
	01.01	<b>REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES</b>	5.751.552,00		<b>5.751.552,00</b>
	01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	204.029,00		204.029,00
	01.01.04	<b>PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO</b>	3.774.620,00		<b>3.774.620,00</b>
	01.01.04.01	Pessoal em Funções	3.679.510,00		3.679.510,00
	01.01.04.02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	50,00		50,00
	01.01.04.03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	50,00		50,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	95.010,00		95.010,00
	01.01.06	<b>PESSOAL CONTRATADO A TERMO</b>	52.641,00		<b>52.641,00</b>
	01.01.06.01	Pessoal em Funções	22.938,00		22.938,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	29.703,00		29.703,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	330.000,00		330.000,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	22.000,00		22.000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	124.700,00		124.700,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO	74.013,00		74.013,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	405.763,00		405.763,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL	693.786,00		693.786,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	70.000,00		70.000,00
	01.02	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>	175.431,00		<b>175.431,00</b>
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	100,00		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	120.000,00		120.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	4.000,00		4.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS	17.000,00		17.000,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	30.000,00		30.000,00
	01.02.13	<b>OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS</b>	4.231,00		<b>4.231,00</b>
	01.02.13.02	Outros	4.231,00		4.231,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	100,00		100,00
	01.03	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>	1.393.356,00	186.200,00	<b>1.579.556,00</b>
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	25.000,00	145.000,00	170.000,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	100,00		100,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	28.000,00		28.000,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	6.000,00		6.000,00
	01.03.05	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL</b>	1.233.656,00		<b>1.233.656,00</b>
	01.03.05.01	Assistência na doença dos Funcionários Públicos (ADSE)	50.000,00		50.000,00
	01.03.05.02	<b>SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)</b>	1.183.556,00		<b>1.183.556,00</b>
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	804.000,00		804.000,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	379.556,00		379.556,00
	01.03.05.03	Outros	100,00		100,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	15.000,00		15.000,00
	01.03.08	OUTRAS PENSÕES		41.200,00	41.200,00
	01.03.09	<b>SEGUROS</b>	80.000,00		<b>80.000,00</b>
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	80.000,00		80.000,00

CLASSIFICAÇÕES		DOTAÇÕES		MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
	<b>01.03.10</b>	<b>OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL</b>	5.600,00		<b>5.600,00</b>
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	5.500,00		5.500,00
	01.03.10.99	Outras despesas de segurança social	100,00		100,00
	<b>02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	4.278.900,00	2.496.040,00	<b>6.774.940,00</b>
	<b>02.01</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>	970.200,00	156.700,00	<b>1.126.900,00</b>
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	18.800,00		18.800,00
	<b>02.01.02</b>	<b>COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES</b>	489.700,00	45.000,00	<b>534.700,00</b>
	02.01.02.01	Gasolina	21.300,00		21.300,00
	02.01.02.02	Gasóleo	445.100,00	45.000,00	490.100,00
	02.01.02.99	Outros	23.300,00		23.300,00
	02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS	100,00		100,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	34.600,00		34.600,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	1.400,00		1.400,00
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO - GÉNEROS PARA CONFECCIONAR	42.600,00		42.600,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	27.000,00		27.000,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	56.400,00		56.400,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	100,00		100,00
	02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	800,00		800,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS	55.000,00		55.000,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL - PEÇAS	11.500,00		11.500,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	13.400,00	17.000,00	30.400,00
	<b>02.01.16</b>	<b>MERCADORIAS PARA VENDA</b>	63.800,00		<b>63.800,00</b>
	02.01.16.01	Água	22.300,00		22.300,00
	02.01.16.03	Outras	41.500,00		41.500,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	5.200,00		5.200,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	100,00		100,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	700,00		700,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	4.400,00		4.400,00
	02.01.21	OUTROS BENS	144.600,00	94.700,00	239.300,00
	<b>02.02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	3.308.700,00	2.339.340,00	<b>5.648.040,00</b>
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	1.230.100,00	5.000,00	1.235.100,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	2.100,00	202.000,00	204.100,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	93.900,00		93.900,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	24.000,00	13.620,00	37.620,00
	02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	16.600,00	1.000,00	17.600,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	9.600,00		9.600,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES	216.800,00	40.000,00	256.800,00
	<b>02.02.10</b>	<b>TRANSPORTES</b>	21.500,00	562.500,00	<b>584.000,00</b>
	02.02.10.01	Transportes Escolares		560.000,00	560.000,00
	02.02.10.02	Apoio Social Escolar		2.500,00	2.500,00
	02.02.10.03	Portagens e Outros	21.500,00		21.500,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	4.400,00		4.400,00
	02.02.12	SEGUROS	100.600,00		100.600,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	500,00		500,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	54.200,00	17.500,00	71.700,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		26.000,00	26.000,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	200,00	3.000,00	3.200,00
	02.02.17	PUBLICIDADE	26.100,00	48.500,00	74.600,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	6.000,00	68.000,00	74.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	41.900,00	15.000,00	56.900,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	62.000,00	841.500,00	903.500,00
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		40.000,00	40.000,00
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	254.000,00		254.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	1.144.200,00	455.720,00	1.599.920,00
	<b>03</b>	<b>JUROS E OUTROS ENCARGOS</b>		63.000,00	<b>63.000,00</b>
	<b>03.01</b>	<b>JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA</b>		62.000,00	<b>62.000,00</b>
	<b>03.01.03</b>	<b>SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>		57.000,00	<b>57.000,00</b>
	03.01.03.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazos		57.000,00	57.000,00
	03.01.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		5.000,00	5.000,00
	<b>03.02</b>	<b>OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DIVIDA PUBLICA</b>		500,00	<b>500,00</b>
	03.02.01	DESPESAS DIVERSAS		500,00	500,00

CLASSIFICAÇÕES		DOTAÇÕES		MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
	<b>03.05</b>	<b>OUTROS JUROS</b>		500,00	<b>500,00</b>
	03.05.02	OUTROS		500,00	500,00
	<b>04</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>		2.023.000,00	<b>2.023.000,00</b>
	<b>04.01</b>	<b>SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</b>		20.000,00	<b>20.000,00</b>
	04.01.02	PRIVADAS		20.000,00	20.000,00
	<b>04.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>		11.000,00	<b>11.000,00</b>
	04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		11.000,00	11.000,00
	<b>04.05</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		831.000,00	<b>831.000,00</b>
	<b>04.05.01</b>	<b>CONTINENTE</b>		831.000,00	<b>831.000,00</b>
	04.05.01.02	Freguesias		800.500,00	800.500,00
	04.05.01.04	Associações de municípios		30.500,00	30.500,00
	<b>04.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>		556.000,00	<b>556.000,00</b>
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		556.000,00	556.000,00
	<b>04.08</b>	<b>FAMÍLIAS</b>		605.000,00	<b>605.000,00</b>
	04.08.02	OUTRAS		605.000,00	605.000,00
	<b>05</b>	<b>SUBSÍDIOS</b>		160.000,00	<b>160.000,00</b>
	<b>05.01</b>	<b>SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</b>		85.000,00	<b>85.000,00</b>
	<b>05.01.01</b>	<b>PÚBLICAS</b>		85.000,00	<b>85.000,00</b>
	05.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		35.000,00	35.000,00
	05.01.01.02	Outras		50.000,00	50.000,00
	<b>05.08</b>	<b>FAMÍLIAS</b>		75.000,00	<b>75.000,00</b>
	05.08.03	Outras		75.000,00	75.000,00
	<b>06</b>	<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	267.073,00		<b>267.073,00</b>
	<b>06.02</b>	<b>DIVERSAS</b>	267.073,00		<b>267.073,00</b>
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	173.000,00		173.000,00
	<b>06.02.03</b>	<b>OUTRAS</b>	94.073,00		<b>94.073,00</b>
	06.02.03.01	Outras Restituições	4.900,00		4.900,00
	06.02.03.02	IVA Pago	500,00		500,00
	06.02.03.04	Serviços Bancários	7.500,00		7.500,00
	06.02.03.05	Outras	81.173,00		81.173,00
		<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	58.000,00	25.878.350,00	<b>25.936.350,00</b>
	<b>07</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL</b>		23.574.050,00	<b>23.574.050,00</b>
	<b>07.01</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>		11.589.950,00	<b>11.589.950,00</b>
	07.01.01	TERRENOS		35.000,00	35.000,00
	<b>07.01.02</b>	<b>HABITAÇÕES</b>		100.000,00	<b>100.000,00</b>
	07.01.02.03	Reparação e Beneficiação		100.000,00	100.000,00
	<b>07.01.03</b>	<b>EDIFÍCIOS</b>		8.216.500,00	<b>8.216.500,00</b>
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		478.000,00	478.000,00
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		332.500,00	332.500,00
	07.01.03.03	MERCADOS E INSTAL. DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		810.000,00	810.000,00
	07.01.03.05	ESCOLAS		3.015.000,00	3.015.000,00
	07.01.03.07	OUTROS		3.581.000,00	3.581.000,00
	<b>07.01.04</b>	<b>CONSTRUÇÕES DIVERSAS</b>		1.840.500,00	<b>1.840.500,00</b>
	07.01.04.03	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS		425.000,00	425.000,00
	07.01.04.05	PARQUES E JARDINS		30.000,00	30.000,00
	07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		335.000,00	335.000,00
	07.01.04.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		110.000,00	110.000,00
	07.01.04.13	OUTROS		940.500,00	940.500,00
	<b>07.01.06</b>	<b>MATERIAL DE TRANSPORTE</b>		201.000,00	<b>201.000,00</b>
	07.01.06.01	RECOLHA DE RESÍDUOS		25.000,00	25.000,00
	07.01.06.02	OUTRO		176.000,00	176.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		95.350,00	95.350,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		291.000,00	291.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		83.000,00	83.000,00
	<b>07.01.10</b>	<b>EQUIPAMENTO BÁSICO</b>		671.000,00	<b>671.000,00</b>
	07.01.10.01	EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS		23.500,00	23.500,00
	07.01.10.02	OUTRO		647.500,00	647.500,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		2.600,00	2.600,00
	07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		3.000,00	3.000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		51.000,00	51.000,00
	<b>07.03</b>	<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>		11.984.100,00	<b>11.984.100,00</b>
	07.03.01	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS		21.000,00	21.000,00
	<b>07.03.02</b>	<b>EDIFÍCIOS</b>		11.000,00	<b>11.000,00</b>

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
	07.03.02.03	MERCADOS E INSTAL. DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		11.000,00	11.000,00
	<b>07.03.03</b>	<b>OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS</b>		11.932.100,00	<b>11.932.100,00</b>
	07.03.03.01	VIADUTOS, ARRUMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		3.255.000,00	3.255.000,00
	07.03.03.02	SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS		2.480.000,00	2.480.000,00
	07.03.03.04	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		321.000,00	321.000,00
	07.03.03.05	PARQUES E JARDINS		370.000,00	370.000,00
	07.03.03.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		45.000,00	45.000,00
	07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		760.000,00	760.000,00
	07.03.03.08	VIAÇÃO RURAL		4.033.600,00	4.033.600,00
	07.03.03.09	SINALIZAÇÃO E TRANSITO		26.000,00	26.000,00
	07.03.03.12	CEMITÉRIOS		15.000,00	15.000,00
	07.03.03.13	OUTROS		626.500,00	626.500,00
	07.03.05	BENS DO PATRIMONIO HISTÓRICO, ARTISTICO E CULTURAL		20.000,00	20.000,00
	<b>08</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>		1.006.500,00	<b>1.006.500,00</b>
	<b>08.01</b>	<b>SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</b>		35.000,00	<b>35.000,00</b>
	08.01.02	PRIVADAS		35.000,00	35.000,00
	<b>08.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>		160.000,00	<b>160.000,00</b>
	08.03.06	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		160.000,00	160.000,00
	<b>08.05</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		529.500,00	<b>529.500,00</b>
	<b>08.05.01</b>	<b>CONTINENTE</b>		529.500,00	<b>529.500,00</b>
	08.05.01.02	Freguesias		501.000,00	501.000,00
	08.05.01.04	Associações de municípios		28.500,00	28.500,00
	<b>08.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>		282.000,00	<b>282.000,00</b>
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		282.000,00	282.000,00
	<b>09</b>	<b>ACTIVOS FINANCEIROS</b>		297.800,00	<b>297.800,00</b>
	<b>09.07</b>	<b>ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES</b>		297.800,00	<b>297.800,00</b>
	09.07.02	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS		297.800,00	297.800,00
	<b>10</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>		1.000.000,00	<b>1.000.000,00</b>
	<b>10.06</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>		1.000.000,00	<b>1.000.000,00</b>
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES		924.000,00	924.000,00
		FINANCEIRAS			
	10.06.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		76.000,00	76.000,00
	<b>11</b>	<b>OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL</b>	58.000,00		<b>58.000,00</b>
	<b>11.02</b>	<b>DIVERSAS</b>	58.000,00		<b>58.000,00</b>
	11.02.01	RESTITUIÇÕES	58.000,00		58.000,00
<b>TOTAL GERAL DAS DESPESAS</b>			11.945.312,00	30.806.590,00	42.751.902,00

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
				TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017	2018	OUTROS	
<b>1.</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>1.527.443,56</b>		<b>3.477.350,00</b>	<b>1.650.350,00</b>	<b>1.827.000,00</b>	<b>2.430.500,00</b>	<b>1.455.500,00</b>	<b>1.105.500,00</b>		<b>9.996.293,56</b>
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.370.440,17		3.115.850,00	1.488.850,00	1.627.000,00	1.991.500,00	1.106.500,00	806.500,00		8.390.790,17
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.370.440,17		3.115.850,00	1.488.850,00	1.627.000,00	1.991.500,00	1.106.500,00	806.500,00		8.390.790,17
1.1.1.1.	EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	1.116.091,92		1.379.000,00	644.000,00	735.000,00	1.010.000,00	675.000,00	175.000,00		4.355.091,92
1.1.1.2.	MATERIAL DE TRANSPORTE	31.042,52		908.000,00	201.000,00	707.000,00	406.000,00	46.000,00	246.000,00		1.637.042,52
1.1.1.3.	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	80.954,34		231.000,00	156.000,00	75.000,00	147.000,00	122.000,00	122.000,00		702.954,34
1.1.1.4.	EQUIPAMENTO BÁSICO	69.845,84		206.000,00	96.000,00	110.000,00	131.500,00	116.500,00	116.500,00		640.345,84
1.1.1.5.	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E NOVAS TECNOLOGIAS	33.456,40		334.350,00	334.350,00		229.500,00	79.500,00	79.500,00		756.306,40
1.1.1.6.	COMUNICAÇÃO, EVENTOS MUNICIPAIS E ACTIVIDADES PROTOCOLARES	39.049,15		57.500,00	57.500,00		67.500,00	67.500,00	67.500,00		299.049,15
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	157.003,39		361.500,00	161.500,00	200.000,00	439.000,00	349.000,00	299.000,00		1.605.503,39
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	157.003,39		361.500,00	161.500,00	200.000,00	439.000,00	349.000,00	299.000,00		1.605.503,39
1.2.1.1.	SEGURANÇA PÚBLICA	6.882,47		217.000,00	17.000,00	200.000,00	131.500,00	131.500,00	81.500,00		568.382,47
1.2.1.3.	BOMBEIROS	148.890,92		140.000,00	140.000,00		225.000,00	215.000,00	215.000,00		943.890,92
1.2.1.4.	PROTECÇÃO CIVIL	1.230,00		4.500,00	4.500,00		82.500,00	2.500,00	2.500,00		93.230,00
<b>2.</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>13.469.285,37</b>		<b>21.021.040,00</b>	<b>17.299.040,00</b>	<b>3.722.000,00</b>	<b>30.387.240,00</b>	<b>22.764.740,00</b>	<b>15.479.740,00</b>		<b>103.122.045,37</b>
2.1.	EDUCAÇÃO	1.278.091,32		4.321.500,00	4.321.500,00		8.830.000,00	4.456.000,00	3.156.000,00		22.041.591,32
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	604.816,47		3.248.000,00	3.248.000,00		6.241.000,00	1.867.000,00	567.000,00		12.527.816,47
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR	6.568,20		65.000,00	65.000,00		82.000,00	82.000,00	82.000,00		317.568,20
2.1.1.2.	ENSINO BÁSICO-1º CICLO	76.454,52		340.000,00	340.000,00		147.000,00	147.000,00	147.000,00		857.454,52
2.1.1.3.	MANUTENÇÃO CORRENTE DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES	44.210,16		82.000,00	82.000,00		82.000,00	83.000,00	83.000,00		374.210,16
2.1.1.4.	ENSINO TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL	11.256,99		115.000,00	115.000,00		65.000,00	50.000,00	50.000,00		291.256,99
2.1.1.5.	ENSINO INTEGRADO JI/EB	454.405,36		2.600.000,00	2.600.000,00		5.820.000,00	1.460.000,00	160.000,00		10.494.405,36
2.1.1.6.	ACTIVIDADES DA EDUCAÇÃO	11.921,24		46.000,00	46.000,00		45.000,00	45.000,00	45.000,00		192.921,24
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	673.274,85		1.073.500,00	1.073.500,00		2.589.000,00	2.589.000,00	2.589.000,00		9.513.774,85
2.1.2.1.	COMPONENTE SOCIOEDUCATIVA			373.000,00	373.000,00		1.121.500,00	1.121.500,00	1.121.500,00		3.737.500,00
2.1.2.2.	APOIO SOCIAL ESCOLAR			138.000,00	138.000,00		275.000,00	275.000,00	275.000,00		963.000,00
2.1.2.3.	TRANSPORTES ESCOLARES	673.274,85		562.500,00	562.500,00		1.192.500,00	1.192.500,00	1.192.500,00		4.813.274,85
2.2.	SAÚDE	177.093,06		1.505.000,00	1.505.000,00		160.000,00	60.000,00	60.000,00		1.962.093,06
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	177.093,06		1.505.000,00	1.505.000,00		160.000,00	60.000,00	60.000,00		1.962.093,06
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	302.097,66		757.020,00	757.020,00		340.820,00	327.320,00	327.320,00		2.054.577,66
2.3.1.	SEGURANÇA SOCIAL	30.835,30		46.200,00	46.200,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		227.035,30
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	271.262,36		710.820,00	710.820,00		290.820,00	277.320,00	277.320,00		1.827.542,36
2.3.2.1.	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS PARA FINS DE ACÇÃO SOCIAL	77.367,50		375.000,00	375.000,00						452.367,50
2.3.2.2.	PARTICIP.EM PARCERIA, CANDID.E APOIOS A ASSOC.C/E FINS SOCIAIS	3.240,00		20.820,00	20.820,00		23.320,00	23.320,00	23.320,00		94.020,00
2.3.2.3.	APOIO Á CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE I.P.S.S.	130.493,90		121.000,00	121.000,00		66.000,00	61.000,00	61.000,00		439.493,90
2.3.2.4.	SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL	60.160,96		193.000,00	193.000,00		195.500,00	192.000,00	192.000,00		832.660,96
2.3.2.8.	DEFESA DO CONSUMIDOR			1.000,00	1.000,00		6.000,00	1.000,00	1.000,00		9.000,00
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	10.303.379,08		11.986.320,00	8.556.320,00	3.430.000,00	18.062.220,00	15.747.220,00	10.217.220,00		66.316.359,08
2.4.1.	HABITAÇÃO	32.786,45		100.000,00	100.000,00		10.000,00	15.000,00	10.000,00		167.786,45
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.502.839,46		4.535.500,00	2.780.500,00	1.755.000,00	5.090.000,00	3.230.000,00	975.000,00		15.333.339,46
2.4.2.1.	PLANEAMENTO URBANÍSTICO			20.000,00	20.000,00		25.000,00	25.000,00	25.000,00		95.000,00
2.4.2.2.	VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA	1.502.839,46		4.515.500,00	2.760.500,00	1.755.000,00	5.065.000,00	3.205.000,00	950.000,00		15.238.339,46
2.4.3.	SANEAMENTO	5.222.210,59		4.416.000,00	3.306.000,00	1.110.000,00	8.811.000,00	8.761.000,00	6.961.000,00		34.171.210,59
2.4.3.1.	BACIAS E REDES DE SANEAMENTO	5.222.210,59		4.416.000,00	3.306.000,00	1.110.000,00	8.811.000,00	8.761.000,00	6.961.000,00		34.171.210,59
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE AGUA	2.424.639,03		1.656.500,00	1.221.500,00	435.000,00	1.611.500,00	1.756.500,00	756.500,00		8.205.639,03
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	461.231,42		264.500,00	264.500,00		613.500,00	613.500,00	613.500,00		2.566.231,42
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERV. DA NATUREZA	659.672,13		1.013.820,00	883.820,00	130.000,00	1.926.220,00	1.371.220,00	901.220,00		5.872.152,13
	A TRANSPORTAR ...	12.928.432,55		21.033.370,00	15.906.370,00	5.127.000,00	27.897.320,00	20.674.820,00	13.964.820,00		96.498.762,55

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
				TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017	2018		OUTROS
	A TRANSPORTAR ...	12.928.432,55		21.033.370,00	15.906.370,00	5.127.000,00	27.897.320,00	20.674.820,00	13.964.820,00		96.498.762,55
2.4.6.1.	JARDINS E ARBORIZAÇÃO	6.338,29		155.800,00	75.800,00	80.000,00	166.000,00	66.000,00	66.000,00		460.138,29
2.4.6.2.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE	91.412,47		408.720,00	358.720,00	50.000,00	684.720,00	234.720,00	14.720,00		1.434.292,47
2.4.6.3.	HIGIENE PÚBLICA	561.921,37		432.500,00	432.500,00		803.500,00	803.500,00	803.500,00		3.404.921,37
2.4.6.4.	CEMITÉRIOS E EDIFÍCIOS CEMETERIAIS			16.800,00	16.800,00		272.000,00	267.000,00	17.000,00		572.800,00
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	1.408.624,25		2.451.200,00	2.159.200,00	292.000,00	2.994.200,00	2.174.200,00	1.719.200,00		10.747.424,25
2.5.1.	CULTURA	575.281,50		824.000,00	694.000,00	130.000,00	1.276.500,00	1.181.500,00	726.500,00		4.583.781,50
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	685.003,80		1.566.700,00	1.404.700,00	162.000,00	1.612.200,00	887.200,00	887.200,00		5.638.303,80
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	148.338,95		60.500,00	60.500,00		105.500,00	105.500,00	105.500,00		525.338,95
<b>3.</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>2.744.230,88</b>		<b>9.857.900,00</b>	<b>8.907.900,00</b>	<b>950.000,00</b>	<b>12.722.800,00</b>	<b>3.497.800,00</b>	<b>2.341.800,00</b>		<b>31.164.530,88</b>
3.1.	AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	21.924,27		299.500,00	199.500,00	100.000,00	203.500,00	88.500,00	88.500,00		701.924,27
3.1.1.	FOMENTO AGRÍCOLA			41.000,00	11.000,00	30.000,00	30.000,00	20.000,00	20.000,00		111.000,00
3.1.2.	PLANEAMENTO E PREVENÇÃO FLORESTAL	21.924,27		258.500,00	188.500,00	70.000,00	173.500,00	68.500,00	68.500,00		590.924,27
3.2.	INDUSTRIA E ENERGIA	492.840,27		1.129.500,00	954.500,00	175.000,00	577.000,00	427.000,00	327.000,00		2.953.340,27
3.2.1.	GESTÃO ENERGÉTICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	147.237,79		346.000,00	321.000,00	25.000,00	255.000,00	180.000,00	180.000,00		1.108.237,79
3.2.2.	PARQUES INDUSTRIAIS	345.602,48		782.500,00	632.500,00	150.000,00	321.000,00	246.000,00	146.000,00		1.841.102,48
3.2.3.	FOMENTO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	2.149.436,60		5.900.600,00	5.250.600,00	650.000,00	10.022.000,00	2.367.000,00	1.717.000,00		22.156.036,60
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.149.436,60		5.900.600,00	5.250.600,00	650.000,00	10.022.000,00	2.367.000,00	1.717.000,00		22.156.036,60
3.3.1.1.	REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO	1.948.265,93		5.795.600,00	5.145.600,00	650.000,00	10.007.000,00	2.347.000,00	1.697.000,00		21.794.865,93
3.3.1.2.	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	201.170,67		105.000,00	105.000,00		15.000,00	20.000,00	20.000,00		361.170,67
3.4.	COMERCIO E TURISMO	80.029,74		2.528.300,00	2.503.300,00	25.000,00	1.920.300,00	615.300,00	209.300,00		5.353.229,74
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	3.790,63		832.300,00	832.300,00		53.300,00	27.300,00	27.300,00		943.990,63
3.4.2.	TURISMO	76.239,11		1.696.000,00	1.671.000,00	25.000,00	1.867.000,00	588.000,00	182.000,00		4.409.239,11
<b>4.</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>2.333.490,66</b>		<b>2.949.300,00</b>	<b>2.949.300,00</b>		<b>2.970.300,00</b>	<b>2.955.300,00</b>	<b>2.957.500,00</b>		<b>14.165.890,66</b>
4.1.	OPERAÇÕES DA DIVIDA AUTÁRQUICA	760.467,85		1.063.000,00	1.063.000,00		1.066.000,00	1.066.000,00	1.066.000,00		5.021.467,85
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	1.573.022,81		1.588.500,00	1.588.500,00		1.657.500,00	1.642.500,00	1.642.500,00		8.104.022,81
4.2.2.	OUTROS APOIOS CONCEDIDOS	63.860,30		85.000,00	85.000,00		160.000,00	160.000,00	160.000,00		628.860,30
4.2.3.	COMPARTICIPAÇÕES EM ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS, PARCERIAS E QUOTIZAÇÕES	27.704,84		61.500,00	61.500,00		76.500,00	61.500,00	61.500,00		288.704,84
4.2.4.	TRANSFERÊNCIAS P/ A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	104.376,00		156.000,00	156.000,00		156.000,00	156.000,00	156.000,00		728.376,00
4.2.5.	CONTRATOS, ACORDOS E OUTROS APOIOS E TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS	1.377.081,67		1.286.000,00	1.286.000,00		1.265.000,00	1.265.000,00	1.265.000,00		6.458.081,67
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS			297.800,00	297.800,00		246.800,00	246.800,00	249.000,00		1.040.400,00
4.3.1.	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES, ASSOCIAÇÕES E S.EMPRESARIAL LOCAL			297.800,00	297.800,00		246.800,00	246.800,00	249.000,00		1.040.400,00
	TOTAL GERAL .....	20.074.450,47		37.305.590,00	30.806.590,00	6.499.000,00	48.510.840,00	30.673.340,00	21.884.540,00		158448760,47

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE			
				TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017	2018	
<b>1.</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>1.323.365,49</b>		<b>3.199.350,00</b>	<b>1.372.350,00</b>	<b>1.827.000,00</b>	<b>2.057.000,00</b>	<b>1.092.000,00</b>	<b>742.000,00</b>	<b>8.413.715,49</b>
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.315.253,02		2.979.350,00	1.352.350,00	1.627.000,00	1.844.500,00	959.500,00	659.500,00	7.758.103,02
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.315.253,02		2.979.350,00	1.352.350,00	1.627.000,00	1.844.500,00	959.500,00	659.500,00	7.758.103,02
1.1.1.1.	EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	1.116.091,92		1.379.000,00	644.000,00	735.000,00	1.010.000,00	675.000,00	175.000,00	4.355.091,92
1.1.1.2.	MATERIAL DE TRANSPORTE	31.042,52		908.000,00	201.000,00	707.000,00	406.000,00	46.000,00	246.000,00	1.637.042,52
1.1.1.3.	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	80.954,34		231.000,00	156.000,00	75.000,00	147.000,00	122.000,00	122.000,00	702.954,34
1.1.1.4.	EQUIPAMENTO BÁSICO	69.845,84		206.000,00	96.000,00	110.000,00	131.500,00	116.500,00	116.500,00	640.345,84
1.1.1.5.	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E NOVAS TECNOLOGIAS	17.318,40		255.350,00	255.350,00		150.000,00			422.668,40
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	8.112,47		220.000,00	20.000,00	200.000,00	212.500,00	132.500,00	82.500,00	655.612,47
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	8.112,47		220.000,00	20.000,00	200.000,00	212.500,00	132.500,00	82.500,00	655.612,47
1.2.1.1.	SEGURANÇA PÚBLICA	6.882,47		217.000,00	17.000,00	200.000,00	131.500,00	131.500,00	81.500,00	568.382,47
1.2.1.4.	PROTECÇÃO CIVIL	1.230,00		3.000,00	3.000,00		81.000,00	1.000,00	1.000,00	87.230,00
<b>2.</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>10.261.480,90</b>		<b>17.219.600,00</b>	<b>13.497.600,00</b>	<b>3.722.000,00</b>	<b>24.232.000,00</b>	<b>16.712.000,00</b>	<b>9.427.000,00</b>	<b>77.852.080,90</b>
2.1.	EDUCAÇÃO	548.685,07		3.120.000,00	3.120.000,00		6.114.000,00	1.739.000,00	439.000,00	11.960.685,07
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	548.685,07		3.120.000,00	3.120.000,00		6.114.000,00	1.739.000,00	439.000,00	11.960.685,07
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR	6.568,20		65.000,00	65.000,00		82.000,00	82.000,00	82.000,00	317.568,20
2.1.1.2.	ENSINO BÁSICO-1º CICLO	76.454,52		340.000,00	340.000,00		147.000,00	147.000,00	147.000,00	857.454,52
2.1.1.4.	ENSINO TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL	11.256,99		115.000,00	115.000,00		65.000,00	50.000,00	50.000,00	291.256,99
2.1.1.5.	ENSINO INTEGRADO JI/EB	454.405,36		2.600.000,00	2.600.000,00		5.820.000,00	1.460.000,00	160.000,00	10.494.405,36
2.2.	SAÚDE	115.801,51		1.250.000,00	1.250.000,00		10.000,00			1.375.801,51
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	115.801,51		1.250.000,00	1.250.000,00		10.000,00			1.375.801,51
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	77.367,50		375.000,00	375.000,00					452.367,50
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	77.367,50		375.000,00	375.000,00					452.367,50
2.3.2.1.	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS PARA FINS DE ACÇÃO SOCIAL	77.367,50		375.000,00	375.000,00					452.367,50
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	9.157.844,14		10.982.100,00	7.552.100,00	3.430.000,00	16.324.000,00	14.009.000,00	8.479.000,00	58.951.944,14
2.4.1.	HABITAÇÃO	32.786,45		100.000,00	100.000,00		10.000,00	15.000,00	10.000,00	167.786,45
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.502.839,46		4.530.000,00	2.775.000,00	1.755.000,00	5.085.000,00	3.225.000,00	970.000,00	15.312.839,46
2.4.2.1.	PLANEAMENTO URBANÍSTICO			20.000,00	20.000,00		25.000,00	25.000,00	25.000,00	95.000,00
2.4.2.2.	VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA	1.502.839,46		4.510.000,00	2.755.000,00	1.755.000,00	5.060.000,00	3.200.000,00	945.000,00	15.217.839,46
2.4.3.	SANEAMENTO	5.168.653,37		4.336.000,00	3.226.000,00	1.110.000,00	8.731.000,00	8.681.000,00	6.881.000,00	33.797.653,37
2.4.3.1.	BACIAS E REDES DE SANEAMENTO	5.168.653,37		4.336.000,00	3.226.000,00	1.110.000,00	8.731.000,00	8.681.000,00	6.881.000,00	33.797.653,37
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE AGUA	2.315.421,46		1.406.000,00	971.000,00	435.000,00	1.351.000,00	1.496.000,00	496.000,00	7.064.421,46
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	8.201,65		13.500,00	13.500,00		13.000,00	13.000,00	13.000,00	60.701,65
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERV. DA NATUREZA	129.941,75		596.600,00	466.600,00	130.000,00	1.134.000,00	579.000,00	109.000,00	2.548.541,75
2.4.6.1.	JARDINS E ARBORIZAÇÃO	6.338,29		155.800,00	75.800,00	80.000,00	166.000,00	66.000,00	66.000,00	460.138,29
2.4.6.2.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE	90.692,47		404.000,00	354.000,00	50.000,00	680.000,00	230.000,00	10.000,00	1.414.692,47
2.4.6.3.	HIGIENE PÚBLICA	32.910,99		20.000,00	20.000,00		16.000,00	16.000,00	16.000,00	100.910,99
2.4.6.4.	CEMITÉRIOS E EDIFÍCIOS CEMETERIAIS			16.800,00	16.800,00		272.000,00	267.000,00	17.000,00	572.800,00
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	361.782,68		1.492.500,00	1.200.500,00	292.000,00	1.784.000,00	964.000,00	509.000,00	5.111.282,68
2.5.1.	CULTURA	48.238,88		256.000,00	126.000,00	130.000,00	707.000,00	612.000,00	157.000,00	1.780.238,88
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	284.306,73		1.221.500,00	1.059.500,00	162.000,00	1.062.000,00	337.000,00	337.000,00	3.241.806,73
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	29.237,07		15.000,00	15.000,00		15.000,00	15.000,00	15.000,00	89.237,07
<b>3.</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>2.664.791,27</b>		<b>9.654.100,00</b>	<b>8.704.100,00</b>	<b>950.000,00</b>	<b>12.496.000,00</b>	<b>3.345.000,00</b>	<b>2.190.000,00</b>	<b>30.349.891,27</b>
3.1.	AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA			190.000,00	90.000,00	100.000,00	70.000,00	30.000,00	30.000,00	320.000,00
3.1.1.	FOMENTO AGRÍCOLA			40.000,00	10.000,00	30.000,00	20.000,00	10.000,00	10.000,00	80.000,00
3.1.2.	PLANEAMENTO E PREVENÇÃO FLORESTAL			150.000,00	80.000,00	70.000,00	50.000,00	20.000,00	20.000,00	240.000,00
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	492.840,27		1.122.500,00	947.500,00	175.000,00	571.000,00	421.000,00	321.000,00	2.928.340,27
3.2.1.	GESTÃO ENERGÉTICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	147.237,79		346.000,00	321.000,00	25.000,00	255.000,00	180.000,00	180.000,00	1.108.237,79
3.2.2.	PARQUES INDUSTRIAIS	345.602,48		776.500,00	626.500,00	150.000,00	316.000,00	241.000,00	141.000,00	1.820.102,48
	A TRANSPORTAR ...	12.077.686,66		21.731.450,00	15.907.450,00	5.824.000,00	26.930.000,00	18.255.000,00	10.520.000,00	89.514.136,66

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
				TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017	2018	OUTROS	
	A TRANSPORTAR ...	12.077.686,66		21.731.450,00	15.907.450,00	5.824.000,00	26.930.000,00	18.255.000,00	10.520.000,00		89.514.136,66
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	2.149.436,60		5.900.600,00	5.250.600,00	650.000,00	10.022.000,00	2.367.000,00	1.717.000,00		22.156.036,60
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.149.436,60		5.900.600,00	5.250.600,00	650.000,00	10.022.000,00	2.367.000,00	1.717.000,00		22.156.036,60
3.3.1.1.	REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO	1.948.265,93		5.795.600,00	5.145.600,00	650.000,00	10.007.000,00	2.347.000,00	1.697.000,00		21.794.865,93
3.3.1.2.	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	201.170,67		105.000,00	105.000,00		15.000,00	20.000,00	20.000,00		361.170,67
3.4.	COMERCIO E TURISMO	22.514,40		2.441.000,00	2.416.000,00	25.000,00	1.833.000,00	527.000,00	122.000,00		4.945.514,40
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	373,90		822.000,00	822.000,00		43.000,00	17.000,00	17.000,00		899.373,90
3.4.2.	TURISMO	22.140,50		1.619.000,00	1.594.000,00	25.000,00	1.790.000,00	510.000,00	105.000,00		4.046.140,50
	TOTAL GERAL .....	14.249.637,66		30.073.050,00	23.574.050,00	6.499.000,00	38.785.000,00	21.149.000,00	12.359.000,00		116615687,66

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
				TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017	2018		OUTROS
<b>1.</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>204.078,07</b>		<b>278.000,00</b>	<b>278.000,00</b>		<b>373.500,00</b>	<b>363.500,00</b>	<b>363.500,00</b>		<b>1.582.578,07</b>
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	55.187,15		136.500,00	136.500,00		147.000,00	147.000,00	147.000,00		632.687,15
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	55.187,15		136.500,00	136.500,00		147.000,00	147.000,00	147.000,00		632.687,15
1.1.1.5.	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E NOVAS TECNOLOGIAS	16.138,00		79.000,00	79.000,00		79.500,00	79.500,00	79.500,00		333.638,00
1.1.1.6.	COMUNICAÇÃO, EVENTOS MUNICIPAIS E ACTIVIDADES PROTOCOLARES	39.049,15		57.500,00	57.500,00		67.500,00	67.500,00	67.500,00		299.049,15
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	148.890,92		141.500,00	141.500,00		226.500,00	216.500,00	216.500,00		949.890,92
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	148.890,92		141.500,00	141.500,00		226.500,00	216.500,00	216.500,00		949.890,92
1.2.1.3.	BOMBEIROS	148.890,92		140.000,00	140.000,00		225.000,00	215.000,00	215.000,00		943.890,92
1.2.1.4.	PROTECÇÃO CIVIL			1.500,00	1.500,00		1.500,00	1.500,00	1.500,00		6.000,00
<b>2.</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>3.207.804,47</b>		<b>3.801.440,00</b>	<b>3.801.440,00</b>		<b>6.155.240,00</b>	<b>6.052.740,00</b>	<b>6.052.740,00</b>		<b>25.269.964,47</b>
2.1.	EDUCAÇÃO	729.406,25		1.201.500,00	1.201.500,00		2.716.000,00	2.717.000,00	2.717.000,00		10.080.906,25
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	56.131,40		128.000,00	128.000,00		127.000,00	128.000,00	128.000,00		567.131,40
2.1.1.3.	MANUTENÇÃO CORRENTE DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES	44.210,16		82.000,00	82.000,00		82.000,00	83.000,00	83.000,00		374.210,16
2.1.1.6.	ACTIVIDADES DA EDUCAÇÃO	11.921,24		46.000,00	46.000,00		45.000,00	45.000,00	45.000,00		192.921,24
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	673.274,85		1.073.500,00	1.073.500,00		2.589.000,00	2.589.000,00	2.589.000,00		9.513.774,85
2.1.2.1.	COMPONENTE SOCIOEDUCATIVA			373.000,00	373.000,00		1.121.500,00	1.121.500,00	1.121.500,00		3.737.500,00
2.1.2.2.	APOIO SOCIAL ESCOLAR			138.000,00	138.000,00		275.000,00	275.000,00	275.000,00		963.000,00
2.1.2.3.	TRANSPORTES ESCOLARES	673.274,85		562.500,00	562.500,00		1.192.500,00	1.192.500,00	1.192.500,00		4.813.274,85
2.2.	SAÚDE	61.291,55		255.000,00	255.000,00		150.000,00	60.000,00	60.000,00		586.291,55
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	61.291,55		255.000,00	255.000,00		150.000,00	60.000,00	60.000,00		586.291,55
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	224.730,16		382.020,00	382.020,00		340.820,00	327.320,00	327.320,00		1.602.210,16
2.3.1.	SEGURANÇA SOCIAL	30.835,30		46.200,00	46.200,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		227.035,30
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	193.894,86		335.820,00	335.820,00		290.820,00	277.320,00	277.320,00		1.375.174,86
2.3.2.2.	PARTICIP.EM PARCERIA, CANDID.E APOIOS A ASSOC.C/E FINS SOCIAIS	3.240,00		20.820,00	20.820,00		23.320,00	23.320,00	23.320,00		94.020,00
2.3.2.3.	APOIO Á CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE I.P.S.S.	130.493,90		121.000,00	121.000,00		66.000,00	61.000,00	61.000,00		439.493,90
2.3.2.4.	SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL	60.160,96		193.000,00	193.000,00		195.500,00	192.000,00	192.000,00		832.660,96
2.3.2.8.	DEFESA DO CONSUMIDOR			1.000,00	1.000,00		6.000,00	1.000,00	1.000,00		9.000,00
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	1.145.534,94		1.004.220,00	1.004.220,00		1.738.220,00	1.738.220,00	1.738.220,00		7.364.414,94
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO			5.500,00	5.500,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.500,00
2.4.2.2.	VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA			5.500,00	5.500,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.500,00
2.4.3.	SANEAMENTO	53.557,22		80.000,00	80.000,00		80.000,00	80.000,00	80.000,00		373.557,22
2.4.3.1.	BACIAS E REDES DE SANEAMENTO	53.557,22		80.000,00	80.000,00		80.000,00	80.000,00	80.000,00		373.557,22
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE AGUA	109.217,57		250.500,00	250.500,00		260.500,00	260.500,00	260.500,00		1.141.217,57
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	453.029,77		251.000,00	251.000,00		600.500,00	600.500,00	600.500,00		2.505.529,77
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERV. DA NATUREZA	529.730,38		417.220,00	417.220,00		792.220,00	792.220,00	792.220,00		3.323.610,38
2.4.6.2.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE	720,00		4.720,00	4.720,00		4.720,00	4.720,00	4.720,00		19.600,00
2.4.6.3.	HIGIENE PÚBLICA	529.010,38		412.500,00	412.500,00		787.500,00	787.500,00	787.500,00		3.304.010,38
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	1.046.841,57		958.700,00	958.700,00		1.210.200,00	1.210.200,00	1.210.200,00		5.636.141,57
2.5.1.	CULTURA	527.042,62		568.000,00	568.000,00		569.500,00	569.500,00	569.500,00		2.803.542,62
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	400.697,07		345.200,00	345.200,00		550.200,00	550.200,00	550.200,00		2.396.497,07
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	119.101,88		45.500,00	45.500,00		90.500,00	90.500,00	90.500,00		436.101,88
<b>3.</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>79.439,61</b>		<b>203.800,00</b>	<b>203.800,00</b>		<b>226.800,00</b>	<b>152.800,00</b>	<b>151.800,00</b>		<b>814.639,61</b>
3.1.	AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	21.924,27		109.500,00	109.500,00		133.500,00	58.500,00	58.500,00		381.924,27
3.1.1.	FOMENTO AGRÍCOLA			1.000,00	1.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		31.000,00
3.1.2.	PLANEAMENTO E PREVENÇÃO FLORESTAL	21.924,27		108.500,00	108.500,00		123.500,00	48.500,00	48.500,00		350.924,27
3.2.	INDUSTRIA E ENERGIA			7.000,00	7.000,00		6.000,00	6.000,00	6.000,00		25.000,00
	A TRANSPORTAR ...	3.433.806,81		4.188.940,00	4.188.940,00		6.662.240,00	6.474.740,00	6.474.740,00		27.234.466,81

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
				TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017	2018		OUTROS
	A TRANSPORTAR ...	3.433.806,81		4.188.940,00	4.188.940,00		6.662.240,00	6.474.740,00	6.474.740,00		27.234.466,81
3.2.2.	PARQUES INDUSTRIAIS			6.000,00	6.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		21.000,00
3.2.3.	FOMENTO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
3.4.	COMERCIO E TURISMO	57.515,34		87.300,00	87.300,00		87.300,00	88.300,00	87.300,00		407.715,34
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	3.416,73		10.300,00	10.300,00		10.300,00	10.300,00	10.300,00		44.616,73
3.4.2.	TURISMO	54.098,61		77.000,00	77.000,00		77.000,00	78.000,00	77.000,00		363.098,61
<b>4.</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>2.333.490,66</b>		<b>2.949.300,00</b>	<b>2.949.300,00</b>		<b>2.970.300,00</b>	<b>2.955.300,00</b>	<b>2.957.500,00</b>		<b>14.165.890,66</b>
4.1.	OPERAÇÕES DA DIVIDA AUTÁRQUICA	760.467,85		1.063.000,00	1.063.000,00		1.066.000,00	1.066.000,00	1.066.000,00		5.021.467,85
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	1.573.022,81		1.588.500,00	1.588.500,00		1.657.500,00	1.642.500,00	1.642.500,00		8.104.022,81
4.2.2.	OUTROS APOIOS CONCEDIDOS	63.860,30		85.000,00	85.000,00		160.000,00	160.000,00	160.000,00		628.860,30
4.2.3.	COMPARTICIPAÇÕES EM ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS, PARCERIAS E QUOTIZAÇÕES	27.704,84		61.500,00	61.500,00		76.500,00	61.500,00	61.500,00		288.704,84
4.2.4.	TRANSFERÊNCIAS P/ A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	104.376,00		156.000,00	156.000,00		156.000,00	156.000,00	156.000,00		728.376,00
4.2.5.	CONTRATOS, ACORDOS E OUTROS APOIOS E TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS	1.377.081,67		1.286.000,00	1.286.000,00		1.265.000,00	1.265.000,00	1.265.000,00		6.458.081,67
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS			297.800,00	297.800,00		246.800,00	246.800,00	249.000,00		1.040.400,00
4.3.1.	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES, ASSOCIAÇÕES E S.EMPRESARIAL LOCAL			297.800,00	297.800,00		246.800,00	246.800,00	249.000,00		1.040.400,00
	<b>TOTAL GERAL .....</b>	<b>5.824.812,81</b>		<b>7.232.540,00</b>	<b>7.232.540,00</b>		<b>9.725.840,00</b>	<b>9.524.340,00</b>	<b>9.525.540,00</b>		<b>41.833.072,81</b>

ENTIDADE		ORÇAMENTO										ANO DE 2015	
MUNICÍPIO DE POMBAL		EMPRÉSTIMOS A MÉDIO/LONGO PRAZO											

Nº de Operação	Data de contratação de empréstimo	Capital Inicial (Escudos / Euros)	2ª prestação	3º Tim.	4º Trim.	Saldo em 31/12/2014	Trimes-tral ou Semest-ral	Taxa EURIBOR, c/ arredonda-mento %	Capital a pagar	Juro previstos 2015	Total (capital + Juros)	Data de conclusão do empréstimo	Prestaç ões em Falta	Nº de anos não vencidos	Finalidade do Empréstimo (a)	Amortizações médias 2015
56014943665	27-12-00	200.000.000,0				0,00	Trim.	0,0000	0,00	0,00	0,00		0,0			
34187	19-07-01	170.000.000,0				0,00	Trim.	0,0000			0,00		0,0			
BPI/197121883	28-10-03	1.213.772,0	28-04-2015	19-07-2015	28-10-2015	137.213,66	Sem.	0,9380	137.213,66	966,05	138.179,71	28-10-2015	2,0	1,0	Investimento - N	137.213,66
BPI/....	07-09-04	1.326.416,0	19-04-2015	21-09-2015	19-10-2015	561.176,00	Trim.	0,5060	102.032,00	2.645,94	104.677,94	19-04-2020	22,0	6,0	Saneam. Financeiro - N	93.529,33
BTS	21-06-05	1.449.849,0	21-06-2015	21-09-2015	21-12-2015	386.554,24	Trim.	0,3620	154.202,21	1.190,15	155.392,36	21-06-2017	10,0	3,0	Saneam. Financeiro - N	128.851,41
BTS	29-08-06	1.834.676,0	28-05-2015	29-08-2015	29-11-2015	713.900,42	Trim.	0,2900	189.615,14	1.864,51	191.479,65	29-11-2018	16,0	4,0	Saneam. Financeiro - N	178.475,11
CCAMP	03-04-09	2.916.510,13	15-04-2015	15-07-2015	15-10-2015	2.131.295,86	Trim.	0,5870	224.346,93	12.018,72	236.365,65	15-04-2024	38,0	10,0	Investimento - N	213.129,59
BPI		5.000.000,0	07-04-2015	07-07-2015	07-10-2015	2.418.833,70	Trim.	1,5810	116.570,30	37.550,64	154.120,9	07-07-2035	82,0	21,0	Investimento	115.182,56
<b>Total CGD + CCAMP+BPI + BTS</b>						<b>6.348.973,88</b>			<b>923.980,24</b>	<b>56.236,01</b>	<b>980.216,3</b>					<b>866.381,7</b>

INH - 1.ª Fase	17-12-92		17-12-2015			181.605,41		0,7300	32.515,67	1.186,38	33.702,05	17-06-2020	11,0	6,0	B. S. S. João de Deus - I	30.267,57
INH - 2.ª Fase	16-05-01	661.740,2	22-03-2015		22-09-2015	166.927,23		0,6800	14.682,94	1.072,32	15.755,3	22-09-2025	22,0	11,0	B. S. S. João de Deus - I	15.175,20
INH - 2.ª Fase	22-09-03	674.090,0	14-05-2015		14-11-2015	415.798,14		0,7300	28.490,78	2.596,76	31.087,5	14-11-2028	30,0	14,0	B. S. S. João de Deus - N B. Marg. Rio Arunca - N B. Marg. Rio Arunca - N	29.699,87

<b>Total INH</b>						<b>764.330,78</b>			<b>75.689,39</b>	<b>4.855,46</b>	<b>80.544,85</b>					<b>75.142,64</b>
------------------	--	--	--	--	--	-------------------	--	--	------------------	-----------------	------------------	--	--	--	--	------------------

<b>Encargos TOTAIS PREVISTOS</b>						<b>7.113.304,66</b>			<b>999.669,63</b>	<b>61.091,47</b>	<b>1.060.761,10</b>					<b>941.524,29</b>
----------------------------------	--	--	--	--	--	---------------------	--	--	-------------------	------------------	---------------------	--	--	--	--	-------------------

**MUNICÍPIO DE POMBAL**  
**MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS**

Alinea c) do nº 2 do artº 46 da Lei 73/2013 de 3 de Setembro

ANO 2014

Designação da Entidade	NIF	Sede	Tipo Entidade	Capital Social	Participação do Município		Obs.
					Valor Nominal	%	
LUSITÁNIAGÁS - Companhia de Gás do Centro, SA	502761024	Aveiro	Societária	20.500.000,00	7.810,00	0,04%	
PMUGest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EMM	505214300	Pombal	Societária	325.000,00	325.000,00	100,00%	
VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	503811866	Leiria	Societária	2.000.000,00	190.400,00	9,52%	
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda.	504609696	Pombal	Societária	100.000,00	49.000,00	49,00%	
COIMBRAVITA - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	505073480	Coimbra	Societária	676.145,00	19.960,00	2,95%	Em processo de liquidação desde 2012
MAPICENTRO - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Cames, SA	501638938	Leiria	Societária	2.285.000,00	230,00	0,01%	
<b>Total em Eur.</b>					<b>592.400,00</b>		



PMUGEST, EM

■

• PLANO DE ATIVIDADES  
E ORÇAMENTO

•

EXERCÍCIO DE 2015



# PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2015

## PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

Nota Introdutória.....	3
1. Caracterização da Empresa .....	4
1.1 Missão .....	4
1.2 Legislação e Regulamentação Interna.....	4
1.3 Meios Existentes .....	5
1.3.1 Meios Humanos .....	5
1.3.2 Instalações.....	6
1.3.3 Meios Técnicos.....	6
1.4 Tipificação dos Serviços Prestados.....	7
2. Estratégia e Objetivos por Atividade .....	7
2.1 Aspetos Gerais.....	7
2.2 Limpeza e Manutenção.....	8
2.3 Estacionamento .....	10
2.3.1 Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.....	10
2.3.2 Estacionamento Subterrâneo da Praça Marquês de Pombal.....	11
2.4 Publicidade.....	12
2.5 Café Concerto.....	12
2.6 Cafeteria do Castelo.....	13
2.7 Feiras e Eventos – Festas do Bodo.....	14
3. Recursos Humanos.....	14
3.1 Remunerações.....	15
3.2 Higiene e Segurança no Trabalho.....	15
4. Instrumentos de Gestão Previsional 2015 .....	16
4.1 Plano Anual e Plurianual de Investimentos .....	16
4.2 Orçamento Anual de Tesouraria .....	18
4.3 Orçamento Anual de Exploração.....	19
4.4 Balanço Previsional .....	21
Nota Final .....	23
Parecer do Fiscal Único .....	25

## Nota Introdutória

O Conselho de Administração da PMUGEST, E.M., em face do disposto na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, e dando cumprimento às suas competências, apresenta o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2015. O documento traduz o planeamento das diferentes atividades, empenhando nela todos os seus recursos e quantificando os gastos e os rendimentos, garantindo que a atividade seja desenvolvida de forma sustentável e obedeça às orientações e aprovação da Assembleia-geral.

Este documento assenta num conjunto de objetivos definidos pela Administração da Empresa, numa perspetiva de continuidade e prossecução das atividades exercidas pela PMUGEST, E.M., nomeadamente:

- Prestação de serviços de limpeza e manutenção de espaços públicos e privados;
- Gestão, exploração e manutenção das zonas de estacionamento de duração limitada da cidade de Pombal e do parque subterrâneo Marquês de Pombal;
- Gestão, exploração e manutenção da função publicidade no concelho de Pombal;
- Gestão, exploração e manutenção do Café Concerto, no Teatro Cine;
- Gestão, exploração e manutenção da Cafeteria do Castelo;
- Colaboração com a Câmara Municipal de Pombal na organização das Festas da Cidade.

O Conselho de Administração, através deste documento, assume o compromisso de dar continuidade ao projeto delineado para a empresa municipal. Pretende-se continuar a prestação de serviços com qualidade, que para além de garantirem a satisfação dos nossos clientes, possam potenciar a melhoria de eficiência.

Na elaboração do presente documento foi tido em conta que o Município de Pombal mantém a sua confiança na atividade desenvolvida pela empresa, reconhecendo-lhe capacidade e autonomia suficientes para continuar a gestão e a exploração das atividades que lhes estão confiadas, embora numa perspetiva de procura constante de prestação de novos serviços que possam ir ao encontro das necessidades das pessoas e empresas do concelho.

O Conselho de Administração assume o seu empenho na prossecução das orientações estratégicas do Município de Pombal, no intuito de assegurar os níveis de atividade adequados e diversificar as áreas de intervenção sempre que possível.

## 1. Caracterização da Empresa

### 1.1 Missão

A missão da PMUGEST, E.M. está definida no seu objeto estatutário como sendo: o combate à pobreza e à exclusão social através da inserção ou reintegração de profissionais; formação profissional; prestação de serviços nas áreas de limpeza e manutenção de espaços públicos e privados; gestão, exploração, concessão e manutenção de espaços e equipamentos vocacionados para o turismo, cultura, desporto, lazer e atividades económicas; exploração de concessões hoteleiras balneares; gestão e promoção de parques industriais; apoio logístico à realização de eventos municipais e privados; serviços de *catering*; animação turística e de tempos livres; gestão e exploração de espaços publicitários; gestão e exploração do estacionamento de duração limitada à superfície e subterrâneo; prevenção florestal e manutenção do parque florestal, e recolha selectiva de R. S. U.'s; prestação de serviço no âmbito de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem; prestação de serviços no âmbito da gestão e exploração dos transportes públicos em veículos automóveis pesados e passageiros (transportes de passageiros em autocarro).

### 1.2 Legislação e Regulamentação Interna

A PMUGEST, E.M. é uma entidade do setor empresarial local, denominada de empresa municipal e tem a sua missão e estatutos definidos e regulamentados de acordo com o estabelecido na lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, lei que regula o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

No âmbito da regulamentação do trabalho, no que toca às relações com os trabalhadores, a empresa está sujeita ao regime do direito privado do trabalho, nomeadamente, no estabelecido no código do trabalho em vigor.

Na área do estacionamento de duração limitada a empresa cumpre o Decreto-lei 327/98 de 2 de Novembro com as alterações da Lei 99/99 de 26 de Julho, no qual se atribui às empresas públicas municipais competência para a fiscalização do estacionamento de duração limitada. Ainda na área do estacionamento está em vigor o Decreto-lei regulador do estacionamento, designadamente o DL n.º 81/2006 de 20 de Abril, bem como o Regulamento Municipal Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada da Cidade de Pombal.

A administração da empresa propõe proceder à revisão dos regulamentos e normas internas existentes, sempre que tal se mostre necessário e que possa contribuir para melhorar a eficiência dos vários setores e o desempenho global da empresa.

A empresa, pela sua natureza, está ainda sujeita a cumprir as determinações e obrigações que venham a ser impostas pelo Governo da República.

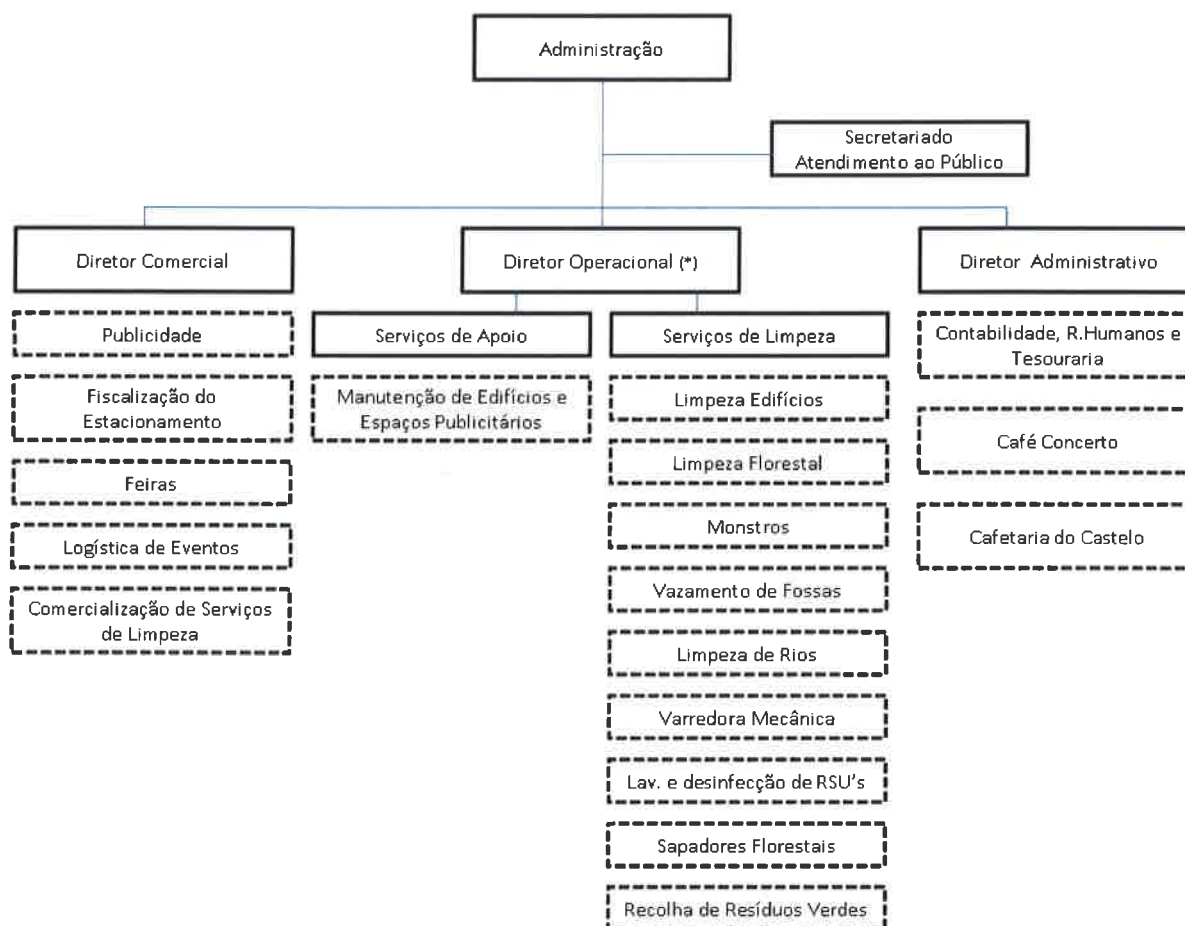
### 1.3 Meios Existentes

#### 1.3.1 Meios Humanos

Os meios humanos da PMUGEST, E.M. caracterizam-se por uma grande heterogeneidade de fatores sociais, culturais e de idade, esta última com uma média acima dos 40 anos, muito por força das obrigações a que, no passado a empresa esteve sujeita, com as contratações efetuadas no âmbito do estatuto de empresa de inserção social.

Em 2014, sempre que foi necessário recrutar pessoal, nunca afastando a sua missão social, a empresa tentou mitigar este cenário, e melhorou o seu quadro de pessoal, em termos de idade e de formação, sendo esta uma medida para continuar no próximo ano e seguintes.

O organigrama definido para a PMUGEST, E.M. apresenta-se da seguinte forma:



( ) Nota: O cargo de Diretor Operacional não está provido, as funções que lhe estão adstritas são asseguradas no dia a dia pelo Administrador Executivo.

No quadro seguinte, apresenta-se sinteticamente, o quantitativo previsto para 2015, de meios humanos com um vínculo contratual à empresa, repartido pelas suas categorias profissionais:

<b>Categoria Profissional</b>	<b>Qt.</b>
Administrador Executivo	1
Diretor de Serviços	2
Encarregado Operacional	1
Administrativa	3
Assistente Comercial	2
Agentes Fiscalização	2
Barmaid	1
Sapador Florestal	5
Motorista	7
Manobrador de Viaturas	9
Encarregada(o) de Limpeza	1
Técnica(o) de Limpeza	7
Cantoneiro	3
Auxiliar dos Serviços Gerais	18
<b>Total de Funcionários</b>	<b>62</b>

### 1.3.2 Instalações

A PMUGEST, E.M. tem a sua sede na Rua do Lourical n.º 21, Edifício Manuel Henriques, 3100-428 Pombal, local onde se situam os escritórios, em edifício municipal. Neste local, funcionam os serviços administrativos, de atendimento ao público, o departamento comercial, administrativo e a Administração.

A PMUGEST, E.M. utiliza também um armazém municipal situado na Zona Industrial da Formiga, também em Pombal, onde são armazenados os materiais, equipamentos e onde funciona o parque de viaturas. Este pavilhão serve de base diária à atividade de limpeza e manutenção e aos serviços de apoio às outras atividades.

### 1.3.3 Meios Técnicos

A PMUGEST, E.M. dispõe de um conjunto de equipamentos próprios, os quais são indispensáveis para a prossecução das suas atividades, nas diversas áreas em que opera.

São exemplo disso, os bens e equipamentos que a empresa possui para desenvolver a atividade no Café Concerto e Cafeteria do Castelo, tais como o mobiliário, os equipamentos hoteleiros e um conjunto de equipamentos de som.

Tem ainda sob a sua responsabilidade os equipamentos necessários para desenvolver a atividade do estacionamento, nomeadamente os parquímetros e toda a sinalética associada, bem como, os suportes mupis, outdoors e sinalética direcional para desenvolver a actividade de exploração da publicidade na cidade de Pombal.

Na área da limpeza e manutenção a PMUGEST, E.M. executa os serviços utilizando um vasto conjunto de veículos automóveis, ligeiros e pesados, tratores agrícolas e florestais, equipamentos industriais pesados e muitos outros equipamentos de apoio, mas essenciais para toda a atividade.

#### 1.4 Tipificação dos Serviços Prestados

A empresa municipal em 2015 continuará a desempenhar as competências que lhe estão delegadas, por parte do Município de Pombal e todas as outras que estejam enquadradas no objeto social da empresa. Mantém-se em vigor o protocolo de delegação de competências aprovado pela Câmara Municipal de Pombal em 19-01-2010 e pela Assembleia Municipal em 26-02-2010.

São competências delegadas, da PMUGEST, E.M. as seguintes atividades:

1. Prestação de serviços de limpeza e manutenção de espaços públicos e privados;
2. Gestão, exploração e manutenção das zonas de estacionamento de duração limitada da cidade de Pombal e do parque subterrâneo Marquês de Pombal;
3. Gestão, exploração e manutenção da função publicidade no concelho de Pombal;
4. Gestão, exploração e manutenção do Café Concerto, no Teatro Cine;
5. Gestão, exploração e manutenção da Cafetaria do Castelo;
6. Colaboração com a Câmara Municipal de Pombal na organização das Festas da Cidade.

## 2. Estratégia e Objetivos por Atividade

### 2.1 Aspetos Gerais

A sustentabilidade económico-financeira da PMUGEST, E.M. tem sido uma das principais preocupações da administração da empresa.

Em 2015, a empresa continuará a desenvolver esforços com vista a manter a sua saúde financeira, prevendo-se um aumento do volume de negócios na ordem dos 2,52 %. Este aumento pouco expressivo tem implícita uma alteração no tipo de cliente, ou seja, pretende-se colmatar uma expectável diminuição da prestação de serviços ao Município de Pombal pelo aumento da prestação de serviços a particulares, dinamizando, sempre que possível, as atividades com novas oportunidades de negócio. Além disso, manter-se-á a aposta no controlo dos custos operacionais inerentes a cada uma das actividades.

No nível do investimento pretende-se canalizar recursos financeiros para implementar melhorias nas atividades desenvolvidas para contribuir dessa forma, para uma maior satisfação dos clientes.

A PMUGEST, E.M. pretende dar continuidade ao trabalho iniciado em 2014 e que visa melhorar a sua imagem junto dos clientes. O site institucional, o catálogo de serviços, as tabelas de preços em vigor, a elaboração de *flyers*, são exemplos do que se tem vindo a implementar e do que pretendemos continuar a reforçar.

A empresa pretende também, nas várias atividades que desenvolve, afirmar-se pelo bom desempenho dos seus serviços, apostando na qualidade, na rapidez e na capacidade de resposta. Para isso, a PMUGEST, E.M. dispõe de conhecimentos adequados à prestação dos seus serviços, que são decisivos e importantes para a afirmação da empresa e reforço da sua credibilidade no mercado.

Em 2015, pretendemos reforçar o enfoque na procura de soluções de prestação de serviços a particulares, planeando-se a prestação de novos serviços que se enquadrem na área da limpeza e manutenção e que utilizem os equipamentos já existentes. Haverá uma forte atitude comercial de prospeção do mercado e de clientes, associada a cada uma das atividades.

## 2.2 Limpeza e Manutenção

A área da Limpeza e Manutenção foi a primeira área de atividade desenvolvida pela empresa e tem sido reforçada a sua importância ao longo dos anos.

De seguida passamos a identificar os principais serviços prestados pela empresa:

### LIMPEZA DE ESPAÇOS INTERIORES E EXTERIORES



- Habitações, condomínios, lojas e escritórios
- Pavilhões industriais e armazéns
- Paredes, janelas e telhados
- Terrenos urbanos (lotes e logradouros)
- Bernas, valas e ribeiros
- Arruamentos e urbanizações

### SANEAMENTO E RESÍDUOS



- Limpeza e desobstrução de colectores
- Desentupimentos domésticos
- Vazamento de fossas sépticas
- Recolha e transporte de resíduos não perigosos
- Movimentação e transporte de resíduos verdes
- Recolha e transporte de monstros

## TRANSPORTE E ALUGUER DE EQUIPAMENTOS



- Transportes a granel em contentor ou em veículo basculante
- Transporte líquidos não perigosos em cisterna
- Serviço de mudanças
- Aluguer de máquinas com operador:
  - roçadora, motosserra, corta relva, levadora e aspiradora
  - viaturas pesadas com/ sem grua
  - viatura com plataforma aérea até 22m
  - viatura desobstrutora de coletores
  - viatura com vácuo e alta pressão
  - tratores com/ sem eixas agrícolas e florestais
  - varredora mecânica
  - retroscavadora, escavadora giratória com rastros e dumper
- Aluguer de contentores metálicos

## ARBORIZAÇÕES E MANUTENÇÃO DE FLORESTAS E ESPAÇOS VERDES



- Limpeza de florestas e terrenos agrícolas
- Plantação de árvores resinosas e folhosas
- Elaboração e acompanhamento de projetos de arborização
- Serviço de lavagem, gradagem, fregagem, ripagem e ceivação
- Abertura de covas com trator com broca e retroscavadora
- Aplicação de produtos fitofarmacêuticos (herbicidas, inseticidas, fungicidas)
- Serviço de poda, empio, desramação e desbaste
- Corte de árvores
- Corte de relva e aperamento de arbustos
- Instalação e manutenção de sistemas de rega
- Derrama de palmeiras, cedros, pinheiros

A procura dos serviços prestados pela empresa é determinada pelas necessidades dos clientes, no entanto, a empresa tem vindo a organizar-se internamente, e pode, através da sua equipa comercial, ir junto das pessoas e das empresas procurar novos clientes. A PMUGEST, E.M. dispõe já de meios técnicos e humanos com experiência para continuar a prestar um conjunto de serviços padronizados e tipificados, mas também poderá com eles, ir mais além, isto é, poder diversificar o seu campo de ação.

Nesta área de atividade, a empresa poderá ainda vir a alargar o leque de serviços a clientes privados, nomeadamente:

- Alargar as áreas e a quantidade de serviços de limpeza florestal;
- Na área florestal, a execução de projetos florestais, levantamentos cadastrais de terrenos, a execução de plantações e acompanhamento dos projetos;
- Na área urbana e edificações, a prestação de serviços de manutenção em edifícios, tais como pinturas de manutenção, pequenas reparações, limpeza de telhados, etc;

A PMUGEST, E.M. procurará utilizar para cada serviço, os meios humanos e técnicos mais adequados, sendo a área de limpeza e manutenção aquela que consome cerca de 80% do total dos recursos disponíveis.

Prevê-se que nesta área de atividade, o Município de Pombal continue a ser o maior cliente da PMUGEST, E.M., tendo por base os diversos mecanismos de contratação ainda em vigor e com prazo de execução ainda previsto para o ano 2015, designadamente, o contrato programa e as contratações In House; no PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

entanto, prevê-se que este peso da atividade a prestar ao Município de Pombal possa continuar a diminuir em 2015.

Mantemos a prestação de serviços na prevenção de riscos de incêndio em áreas florestais, atuando ao nível do controle e da destruição da vegetação inadequada, continuando a realizar limpezas florestais, quer para particulares, quer para o Município de Pombal, no âmbito do Decreto Lei 124/2006 de 28 de Junho e através da prestação do serviço de sapadores florestais, o qual, é materializado no terreno com a disponibilização contínua de 5 elementos com formação adequada.

## 2.3 Estacionamento

O trabalho diário desenvolvido na área do Estacionamento de Duração Limitada, visa essencialmente a gestão adequada dos lugares de estacionamento, tendo por base a aplicação do Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada da Cidade de Pombal e demais legislação em vigor.

A PMUGEST, E.M., essencialmente através do pessoal adstrito a esta atividade, deve sensibilizar e prestar informação esclarecedora aos utilizadores, realizando simultaneamente uma fiscalização criteriosa, de acordo com as atribuições e competências que lhe estão conferidas.

A consciencialização do público em geral para as vantagens do estacionamento de duração limitada, na cidade de Pombal, é uma tarefa difícil, mas tem vindo a ser conseguida. É muito importante que os condutores sejam sensibilizados a cumprir as regras e os procedimentos inerentes ao bom funcionamento do trânsito e do estacionamento na cidade, cumprindo o regulamento existente, o que irá permitir melhorar a gestão desses espaços.

Para o próximo ano, pretende-se assegurar uma receita equivalente à realizada no exercício de 2014, na medida em que esta é uma atividade que depende do fluxo de veículos no seio da cidade, que se encontra estabilizado. Ainda se mantém a redução de alguns lugares de Estacionamento de Duração Limitada abrangidos pelas obras do PRU (Parcerias para a Regeneração Urbana) e pela consequente reorganização do trânsito.

A gestão do estacionamento de duração limitada assenta numa preocupação constante na melhoria do estacionamento no seio da cidade de Pombal, encontrando-se em estudo a possibilidade de criar novas zonas de estacionamento.

Caso seja aprovado este alargamento das zonas será necessário realizar um investimento em parquímetros e em sinalética vertical e horizontal.

### 2.3.1 Zonas de Estacionamento de Duração Limitada

Neste momento, as zonas de estacionamento de duração limitada na cidade de Pombal disponibilizam 452 lugares de estacionamento que se encontram repartidos conforme evidenciado na tabela seguinte:



Zonas	Rua	Lugares a Pagar	Isentos	Total
A	1º de Maio	23	1	24
	Amílcar de Sousa	42	1	43
	Dr. Luis Torres	18	1	19
B	Largo do Cardal	13	2	15
	Custódio Freire	16	0	16
C	Heróis do Ultramar (Tribunal)	18	1	19
	Heróis do Ultramar (Ulmar-Esquina)	67	4	71
	Heróis do Ultramar (Hospital)	29	2	31
D	1º de Maio	30	2	32
	Praça José A. O. Bimba			
E	Av. Biscarrosse	59	5	64
	Largo das Laranjeiras	18	1	19
F	Prof. Carlos Alberto Mota Pinto	21	1	22
G	Prof. Gonçalves Figueira	30	1	31
H	Rua Santa Luzia	44	2	46
<b>Total</b>		<b>428</b>	<b>24</b>	<b>452</b>

A gestão desta infra-estrutura exige muito profissionalismo e dedicação, cabendo aos dois fiscais a missão diária de sensibilizarem e informarem os automobilistas, numa primeira fase através da sua presença nas ruas, mas também com a colocação da nota informativa nos veículos em infração, e numa segunda fase sempre que necessário, com uma ação de aplicação de processos contraordenacionais, conforme o estipulado na lei.

### 2.3.2 Estacionamento Subterrâneo da Praça Marquês de Pombal

O Parque de Estacionamento Subterrâneo, sito na Praça Marquês de Pombal, dispõe de 62 lugares de estacionamento, distribuídos por 2 pisos.

Em média, são utilizados 19 lugares de estacionamento pelos titulares das avenças mensais.

Em 2015, continuarão a ser os fiscais do estacionamento de duração limitada, os responsáveis pela gestão corrente do mesmo, aproveitando-se assim, as sinergias de pessoal.

Não estão previstos novos condicionalismos nesta atividade pelo que iremos continuar a zelar pelo bom funcionamento do espaço, de forma a facilitar a sua utilização. No entanto, sabendo das condicionantes físicas existentes no acesso ao parque, que derivam do projeto inicial, e a abertura do novo parque subterrâneo, no largo São Sebastião, será para muitas pessoas um motivo que as levará a procurar alternativas. Serão desenvolvidos esforços para assegurar e reforçar a utilização de avenças. Continuaremos a incentivar a utilização do parque, promovendo uma maior divulgação do mesmo, sobretudo da possibilidade da sua utilização gratuita, nos primeiros 30 minutos.

Reconhecemos que o referido equipamento deve permitir promover a mobilidade na área em que está inserido, e dessa forma, promover a atividade económica da zona.

## 2.4 Publicidade

A PMUGEST, E.M. tem a competência delegada para proceder à gestão, exploração e manutenção da publicidade no concelho de Pombal, nomeadamente a capacidade publicitária do mobiliário urbano da cidade de Pombal, Mupis e Outdoors, bem como a publicidade direcional.

Pretende em 2015, continuar a promover a venda contínua de todos os espaços existentes.

Além desta vertente principal, a PMUGEST, E.M. pretende consolidar a prestação de serviços de publicidade às outras áreas de atividade da empresa que são consideradas estratégicas, nomeadamente angariação de patrocinios e ou expositores, para a realização de eventos, que pretende realizar em parceria com o Município de Pombal, e a angariação de clientes para os serviços de manutenção urbana.

Este tipo de atividade na empresa deverá ser estratégico em 2015, pois, será através dela que, de uma forma transversal, será possível divulgar todo o portefólio de serviços da empresa.

A dinamização desta área de negócio tem sido bastante difícil, no entanto, tem vindo a ser bem conseguida. Em 2014 já foi possível aumentar o volume de negócios e o resultado da atividade, pretendendo-se manter o mesmo cenário para o exercício de 2015. Têm-se verificado uma alteração no tipo de cliente que investe em publicidade, que nos tem permitido desenvolver a nossa estratégia e melhorar o resultado.

Ao nível da atividade propriamente dita, pretendemos ainda dinamizar a oferta de serviços de publicidade, tentando criar novas parcerias de forma a incluirmos novas estruturas, que permitam chegar a novos clientes ou criar conjuntos publicitários mais apelativos.

Pretendemos continuar a apostar e a manter o bom desempenho na prestação dos serviços aos nossos clientes, valorizando sempre que possível a sua fidelização.

Também nesta área de atividade, a aposta continua a ser, melhorar a imagem da empresa comunicada ao cliente, através da dinamização do site e da forma de apresentação dos nossos serviços.

Em 2015, a PMUGEST, E.M. pretende investir nesta atividade, iluminando as estruturas publicitárias, melhorando assim a visibilidade noturna da publicidade e consequentemente o serviço prestado aos nossos clientes.



## 2.5 Café Concerto

O Café Concerto situado no Teatro Cine de Pombal, assume-se como um espaço de referência local, sendo um importante cartão de visita da nossa cidade, pela sua imagem, pelo programa de atividades e pelo serviço prestado, de forma diferenciada.



**CAFÉ CONCERTO**

Estrategicamente, esta é uma atividade que tem vindo a justificar-se pelo conceito cultural que lhe está subjacente, através de nomes da música e das artes, permitindo a promoção e divulgação de qualquer manifestação artística do nosso concelho e servir de apoio às atividades do Teatro Cine.

Pretendemos que o Café Concerto continue a ser um espaço de dinamização da música e outras formas de cultura com capacidade para captar público e co-financiar as atividades culturais programadas e divulgadas mensalmente.

Para 2015, pretendemos manter a qualidade dos serviços e como tal, iremos procurar diversificar as ofertas culturais, o objetivo da empresa é que o Café Concerto seja um espaço cada vez mais inclusivo e como tal acreditamos que a nossa oferta seja diversificada.

Nesta atividade, a estratégia de divulgação passa por utilizar as sinergias ao nível do serviço da publicidade da empresa, assente na utilização de mupis, na colocação de cartazes em espaços públicos e na angariação de promotores sempre que possível.

Durante o próximo ano, procurar-se-á fidelizar os utilizadores do espaço, consolidando a decisão do alargamento do horário de abertura ao público, de forma a manter o mesmo horário ao longo de todo o ano. Estamos certos que esta iniciativa nos trará um aumento dos gastos, mas esperamos canalizar novamente mais clientes para o Café Concerto e estaremos mais em sintonia com a programação do espaço do edifício teatro cine.

Ao nível do investimento, está prevista uma verba para a alteração do palco e para a eventual substituição de algum equipamento.

## 2.6 Cafeteria do Castelo

A PMUGEST, E.M. continuará a ser a entidade responsável pela gestão, exploração e manutenção da Cafeteria do Castelo durante o próximo ano.

A Cafeteria do Castelo é um espaço singular localizado num sítio privilegiado junto ao castelo de Pombal com uma vista fantástica sobre a cidade de Pombal. Contempla um pequeno espaço com sala de público e esplanada no rés do chão e uma sala de observação e leitura no 1.º andar, onde é possível desfrutar de bons momentos de descontração.

Apesar da sua localização ser singular, os acessos não são os mais apelativos, a pouca iluminação à noite e a proibição de estacionar junto ao local, são apontados como pontos fracos do espaço.

Assumimos que a Cafeteria do Castelo é uma estrutura de apoio ao Castelo, no entanto, não se tem conseguido que os visitantes do castelo façam "a ponte" e visitem também a Cafeteria de forma a usufruírem dos seus serviços, de forma a permitirem melhores resultados para o espaço e para a empresa. A continuação de campanhas promocionais associadas aos eventos do Castelo, poderão dar uma ajuda a dinamização do espaço.

Dadas as características do espaço, este é um local mais procurado na época primavera verão, mas pretende-se fidelizar os clientes mantendo através de um horário, o mais alargado possível, adaptado às características da sazonalidade.



Para 2015 prevê-se um pequeno aumento do volume de vendas, pois o espaço está associado ao castelo, e estará aberto ao público todo ano.

### 2.7 Feiras e Eventos – Festas do Bodo

Prevê-se que em 2015 se mantenha o modelo de organização das Festas do Bodo implementado em 2010, dando continuidade à organização "tripartida", entre a Câmara Municipal de Pombal, entidade organizadora, a PMUGEST, E.M. e a ADILPOM, visando o melhor desempenho a todos os níveis, através da boa interligação entre os diferentes interlocutores.



As festas da cidade continuarão a desenvolver-se num conjunto de atividades repartidas por áreas diversificadas como o desporto, o entretenimento, o lazer, a cultura, a gastronomia, num ambiente diversificado, abrangendo ainda a vertente económica e religiosa.

Planeia-se para 2015 a continuação do modelo de participação baseado na elaboração de um protocolo de colaboração que definirá as linhas gerais do modelo de organização das Festas do Bodo.

No âmbito desse protocolo, a empresa municipal, em 2015, deverá continuar a assumir diversas responsabilidades, no âmbito da organização, canalizando para o Município de Pombal qualquer saldo positivo apurado nas atividades desenvolvidas.

## 3. Recursos Humanos

Pretende-se manter uma política de recursos humanos contida e com eventuais restrições para o setor empresarial local, sendo que estas só deverão ser efetuadas se devidamente justificadas e aprovadas. Em 2015 poderá verificar-se um reforço do quadro de pessoal, caso as prestações de serviços o justifiquem, pelo aumento da atividade.

Em 2015 e sempre que possível, pretende-se melhorar a qualidade do quadro de pessoal da PMUGEST, E.M., tornando-o mais habilitado, mais moderno e polivalente, com capacidade para se adaptar a novas exigências, baseado na melhoria da produtividade individual dos trabalhadores e que contribua para melhorar o desempenho da empresa.

Os colaboradores mais antigos da empresa foram contratados no mercado social de emprego, no âmbito do antigo estatuto de empresa de inserção social, o que dificultou a selecção e a gestão destes colaboradores. No entanto, sempre que for possível renovar o quadro, ir-se-á procurar admitir pessoas com mais habilitações e com mais capacidades para o desempenho das funções.

Na persecução de uma filosofia de renovação de pessoas, no próximo ano, pretende-se a realização de candidaturas às medidas de incentivo ao emprego, tentando abrir novas oportunidades e ampliar as áreas de conhecimento que venham a permitir alargar os horizontes da própria empresa.

No primeiro semestre do ano estarão a decorrer dois projetos de estágio emprego (web design/design gráfico e gestão) e um projeto de contrato emprego-inserção+ que iniciaram em 2014. Após o terminus destes contratos será feita uma avaliação sobre a possibilidade da empresa integrar alguns destes colaboradores.

Oportunamente poderemos apresentar novas candidaturas a medidas de apoio ao emprego.

Pretendemos também melhorar o organograma funcional da empresa, clarificando as categorias funcionais dos trabalhadores.

### 3.1 Remunerações

Ao nível das remunerações, a empresa cumpre as disposições legais em vigor para o pessoal do setor empresarial local, de forma taxativa.

O horário de trabalho da empresa continuará a ser de 40 horas semanais, em conformidade com as alterações verificadas para o setor público, desde o dia 29 de setembro, no âmbito da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto.

### 3.2 Higiene e Segurança no Trabalho

No campo da Higiene e Segurança no Trabalho pretende-se implementar um conjunto de ações que visem melhorar o desempenho dos colaboradores em boas condições de higiene e de segurança, tendo em linha de conta as características dos trabalhos que são realizados, muitas vezes em circunstâncias difíceis e perigosas, utilizando equipamentos, ferramentas e ou produtos considerados perigosos.

Manter-se-á o esforço na sensibilização dos trabalhadores para o uso correto dos equipamentos de proteção individual e de sinalização, pois só assim será possível executar os serviços com maior segurança.

Em 2015, continuar-se-á a ter o serviço de higiene, saúde e segurança no trabalho a ser prestado por entidade externa, com a qual, se pretende caminhar para uma maior satisfação de todos os colaboradores da empresa, em todos os níveis.

Está a decorrer e irá continuar em 2015, o processo de procura de melhorias, nos processos de execução dos serviços, ao nível da segurança, com elaboração de planos com medidas corretivas.

A formação continua dos colaboradores continuará a ser uma prioridade em 2015. A Administração acredita que, com colaboradores melhor formados, o seu desempenho melhorará.

Em 2015, iremos implementar o regulamento interno da higiene e segurança no trabalho, o qual deverá conter todos os aspetos legais e agrupar muita da informação, atualmente dispersa.

## 4. Instrumentos de Gestão Previsional 2015

### 4.1 Plano Anual e Plurianual de Investimentos

Para que a PMUGEST, E.M. possa desenvolver as suas atividades deverá continuar a rentabilizar ao máximo os meios existentes, nomeadamente os meios humanos e os meios técnicos, como o caso dos equipamentos e das ferramentas já existentes, de forma a obter o máximo proveito e rendimento.

A política de investimento da empresa para o ano de 2015 e seguintes visa canalizar para investimento recursos financeiros disponíveis. Não se prevê a realização de grandes investimentos que exijam o recurso a fundos de terceiros, no entanto, se o desenvolvimento da atividade da empresa estiver em causa e exigir o recurso a meios externos, a administração encetará todos os esforços para o concretizar.

Como já foi referido, em pontos anteriores, ao nível do investimento, pretende-se canalizar alguns recursos financeiros, se possível, para implementar melhorias nas atividades já desenvolvidas e contribuir para uma maior satisfação dos clientes, pelo que os investimentos indicados para 2015, visam essencialmente potenciar o desempenho dos equipamentos existentes bem como as características dos serviços prestados.

Na ótica do investimento em bens tangíveis prevê-se a aquisição dos equipamentos, identificados no Mapa de Investimento Plurianual mostrado abaixo, que totalizam um investimento no valor de 93.000,00€, para o triénio de 2015-2017.

## Plano Anual e Plurianual de Investimentos

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.	Anos de Util. Prevista	2.015	2.016	2.017	Total
<b>Equipamentos</b>					
<i>Manutenção Urbana</i>					
<i>Contentores Metálicos</i>	8	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	15.000,00 €
<i>Tractor Agrícola</i>	6	30.000,00 €	- €	- €	30.000,00 €
		<b>35.000,00 €</b>	<b>5.000,00 €</b>	<b>5.000,00 €</b>	<b>45.000,00 €</b>
<b>Publicidade</b>					
<i>Iluminação - Outdoors</i>					
	8	7.500,00 €	7.500,00 €	- €	15.000,00 €
		<b>7.500,00 €</b>	<b>7.500,00 €</b>	<b>- €</b>	<b>15.000,00 €</b>
<b>Estacionamentos</b>					
<i>Parquímetros</i>					
	5	5.000,00 €	10.000,00 €	10.000,00 €	25.000,00 €
		<b>5.000,00 €</b>	<b>10.000,00 €</b>	<b>10.000,00 €</b>	<b>25.000,00 €</b>
<b>Café concerto</b>					
<i>Equipamentos</i>					
	7	1.500,00 €			1.500,00 €
<i>Palco</i>					
	8	2.000,00 €			2.000,00 €
		<b>3.500,00 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>3.500,00 €</b>
<b>Sede - Área Administrativa</b>					
<i>Material Informático</i>					
	3	2.500,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	4.500,00 €
		<b>2.500,00 €</b>	<b>1.000,00 €</b>	<b>1.000,00 €</b>	<b>4.500,00 €</b>
<b>Valor de investimento total</b>					
		<b>53.500,00 €</b>	<b>23.500,00 €</b>	<b>16.000,00 €</b>	<b>93.000,00 €</b>

## 4.2 Orçamento Anual de Tesouraria

De acordo com o Orçamento de Tesouraria prevê-se que, no final de 2015, haja um saldo financeiro de tesouraria positivo no valor de 457.030,37€.

<b>UNIDADE MONETÁRIA (Euro)</b>	
<b>Orçamento de Tesouraria</b>	<b>Data</b> <b>31-Dez-15</b>
<b>Recebimentos</b>	
<i>Recebimento de Vendas</i>	1.657.520,42 €
<i>Outros Rendimentos</i>	3.539,23 €
<i>Outros Recebimentos</i>	36.140,83 €
<b>Total</b>	<b>1.697.200,48 €</b>
<b>Pagamentos</b>	
<i>Fornecedores de Investimentos</i>	101.800,00 €
<i>Fornecedores</i>	423.705,04 €
<i>Impostos</i>	210.780,22 €
<i>Pessoal</i>	798.650,00 €
<i>Encargos Financeiros</i>	3.630,00 €
<i>Outros Pagamentos</i>	116.389,70 €
<b>Total</b>	<b>1.654.954,96 €</b>
<b>Saldo de Tesouraria</b>	
	<b>42.245,51 €</b>
Saldo Anterior	414.784,86 €
Capital Social	
Accionistas	
Variação de Financiamento	
Subsidio do Projecto	
<b>Saldo Financeiro</b>	<b>457.030,37 €</b>

### 4.3 Orçamento Anual de Exploração

Na elaboração do Plano de atividades e Orçamento para o ano de 2015 a PMUGEST, E.M. partiu do pressuposto de que irão manter as atividades de limpeza e manutenção, gestão e exploração do estacionamento de duração limitada, comercialização de espaços publicitários publicidade, gestão do Café Concerto e Cafeteria do Castelo e a colaboração ativa na organização das Festas do Bodo, supra-referidos.

Da análise da Demonstração de Resultados Previsional abaixo mostrada, estima-se que a PMUGEST, E.M. obtenha rendimentos no valor global de 1.272.180,06€, sendo que 1.232.500,00€ resultam das vendas e prestação de serviços, 23.140,83€ são relativos aos subsídios atribuídos pelo IEFP no âmbito das medidas de apoio ao emprego, 13.000,00€ de outros rendimentos e ganhos e 3.539,23€ de juros obtidos.

Do lado dos gastos, estimam-se, para 2015, o montante total de 1.219.083,79€, repartidos pelas diferentes rubricas de gastos, designadamente, 37.100,00€ de Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, 300.050,00€ em Fornecimentos e Serviços Externos, 798.650,00€ em gastos com o Pessoal. A rubrica das amortizações totaliza 52.273,79€, os outros gastos e perdas perfazem o valor de 27.380,00€.

A maior rubrica de despesa é a de gastos com o pessoal, representando cerca de 65,5% do total dos gastos. Nesta rubrica prevê-se um aumento dos gastos com o pessoal, face a 2014, devido ao aumento do salário mínimo nacional e um eventual aumento do quadro de pessoal que venha a ocorrer na sequência da diminuição dos apoios do IEFP.

Os restantes gastos resultam de encargos financeiros no valor de 3.630,00€.

Assim, prevê-se um resultado líquido, no exercício de 2015, no montante de 41.946,06€ (após o pagamento de impostos).

Analisando os gastos, verifica-se que só o controlo dos gastos com o pessoal e de fornecimentos e serviços externos pode influenciar os resultados previstos. A empresa deve continuar a procurar gerir o pessoal, tendo por base esta realidade e controlar os restantes gastos no intuito de assegurar a contenção orçamental.

Por outro lado, a gestão dos clientes e da carteira dos serviços a prestar, será determinante para garantir um bom desempenho operacional no exercício.

**ORÇAMENTO ANUAL DE EXPLORAÇÃO  
2015**

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

	Secções						Total
	Manutenção Urbana	Publicidade	Estacionamento	Café Concerto	Cafeteria Castelo	Bodo	
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>							
Vendas e serviços prestados	835.000,00 €	103.300,00 €	189.500,00 €	50.700,00 €	17.500,00 €	36.500,00 €	1.232.500,00 €
Subsídios à exploração	20.605,47 €	633,84 €	1.448,78 €	362,19 €	90,55 €	- €	23.140,83 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	- €
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-	-	-	- €
Trabalhos para a própria entidade	2.050,00 €	6.300,00 €	-	20.000,00 €	8.750,00 €	- €	37.100,00 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	197.000,00 €	8.550,00 €	28.000,00 €	30.000,00 €	21.000,00 €	15.500,00 €	300.050,00 €
Fornecimentos e serviços externos	653.000,00 €	50.700,00 €	74.500,00 €	18.500,00 €	1.600,00 €	350,00 €	798.650,00 €
Gastos com o pessoal	-	-	-	-	-	-	- €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	- €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	- €
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-	-	-	- €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	- €
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	13.000,00 €	- €	- €	- €	13.000,00 €
Outros rendimentos e ganhos	-	-	160,00 €	3.200,00 €	480,00 €	20.650,00 €	27.380,00 €
Outros gastos e perdas	2.450,00 €	440,00 €	-	-	-	-	- €
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>	1.105,47 €	37.943,84 €	101.288,78 €	20.637,81 €	14.239,45 €	- €	105.460,83 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	-	-	-	-	-	- €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	29.625,00 €	9.884,50 €	4.100,00 €	7.864,29 €	800,00 €	- €	52.273,79 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	28.519,53 €	28.059,34 €	97.188,78 €	28.502,09 €	15.039,45 €	- €	53.187,04 €
Juros e rendimentos similares obtidos	1.000,00 €	100,00 €	2.200,00 €	210,00 €	120,00 €	-	3.630,00 €
Juros e gastos similares suportados	2.548,25 €	247,75 €	566,28 €	141,57 €	35,39 €	-	3.539,23 €
<b>Resultado antes de impostos</b>	26.971,29 €	28.207,09 €	95.555,06 €	28.570,52 €	15.124,06 €	- €	53.096,27 €
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-	-	- €
<b>Resultado líquido do período</b>	26.971,29 €	28.207,09 €	95.555,06 €	28.570,52 €	15.124,06 €	- €	41.946,06 €

Analisando a Demonstração de Resultados Previsional, observa-se a existência de áreas de atividade da empresa, para as quais se prevê que continuem a apresentar resultados negativos, nomeadamente a Limpeza e Manutenção Urbana, o Café Concerto e a Cafeteria do Castelo.

A administração continuará a desenvolver esforços, procurando inverter esta situação, dando um enfoque especial a estas áreas de atividade.

Relativamente à área da Limpeza e Manutenção Urbana a preocupação será por um lado a procura de novas oportunidades de negócio, por outro o controlo da despesa, com a preocupação de contenção, sobretudo na despesa do pessoal. Pretende-se uma área com uma maior eficiência e eficácia e com uma utilização correta dos meios existentes. Dado ser a área de maior volume de serviços prestados, é também a área que absorve a maior fatia de custos gerais (fixos) da empresa.

A gestão e exploração do Café Concerto e Cafeteria do Castelo caracterizam-se por diversas condicionantes de natureza obrigatória, nomeadamente, o local, o espaço, os horários e os preços. Apesar do número de clientes ser determinantes para o resultado final de cada uma das atividades, pretendemos reforçar cada vez mais a política de inclusão, para que sejam espaços de todos e para todos.

#### 4.4 Balanço Previsional

Analisando o Balanço Previsional para o ano 2015, mesmo cumprindo o Plano de Investimento previsto, verifica-se um decréscimo de 1% do valor do Ativo e uma diminuição do Passivo na ordem dos 23%, movimentos a ocorrerem em linha de conta com os resultados transitados, que têm vindo a fortalecer a empresa, fazendo-a depender de si própria e não de capitais externos e alheios.

Considerando que o Ativo continua a apresentar um valor muito superior ao valor do Passivo, permite continuar a evidenciar a estrutura financeira sólida da empresa.

A estrutura do Balanço apresentada é equilibrada e com o sentido de afirmação e de solidificação da empresa.

A rubrica do capital próprio tem vindo a aumentar, devido aos resultados positivos obtidos ao longo dos últimos anos. Para o exercício de 2015, a estimativa do resultado continua a ser positiva na ordem dos 41.946,06€.

## BALANÇO PREVISIONAL

RUBRICAS	UNIDADE MONETÁRIA (Euro)	
	DATAS	
	31-Dez-15	31-Dez-14
<b>ACTIVO</b>		
<b>Activo não corrente</b>		
Activos fixos tangíveis	126.036,53 €	124.810,32 €
Propriedades de investimento	660,00 €	300,00 €
Goodwill	15.000,00 €	15.000,00 €
Activos intangíveis		
Activos biológicos		
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		
Participações financeiras - outros métodos		
Accionistas/sócios		
Outros activos financeiros		
Activos por impostos diferidos		
	141.696,53 €	140.110,32 €
<b>Activo Corrente</b>		
Inventários	8.500,00 €	8.500,00 €
Activos biológicos		
Clientes	231.383,33 €	236.458,15 €
Adiantamentos a fornecedores		
Estados e outros entes públicos	2.042,40 €	3.243,91 €
Accionistas/sócios		
Outras contas a receber	90.458,33 €	136.470,60 €
Diferimentos	10.702,87 €	13.183,27 €
Activos financeiros detidos para negociação		
Outros activos financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Caixa e depósitos bancários	457.030,37 €	414.784,86 €
	800.117,31 €	812.640,79 €
<b>Total do activo</b>	<b>941.813,85 €</b>	<b>952.751,11 €</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<b>Capital próprio</b>		
Capital realizado	325.000,00 €	325.000,00 €
Acções (quotas) próprias		
Outros instrumentos de capital próprio		
Prémios de emissão		
Reservas legais	23.400,20 €	23.400,20 €
Outras reservas		
Resultados transitados	371.598,26 €	307.400,83 €
Ajustamentos em activos financeiros		
Excedentes de revalorização	- 1.758,24 €	- 1.758,24 €
Outras variações no capital próprio		
Resultado líquido do período	41.946,06 €	64.197,43 €
Interesses minoritários		
<b>Total do capital próprio</b>	<b>760.186,27 €</b>	<b>718.240,22 €</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões		
Financiamentos obtidos		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		
Passivos por impostos diferidos		
Outras contas a pagar	- €	- €
	- €	- €
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	24.227,36 €	51.313,14 €
Adiantamentos de clientes		
Estado e outros entes públicos	62.950,22 €	89.009,70 €
Accionistas/sócios		
Financiamentos obtidos		
Outras contas a pagar	94.450,00 €	94.188,05 €
Diferimentos		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros		
Passivos não correntes detidos para venda		
	181.627,58 €	234.510,89 €
<b>Total do passivo</b>	<b>181.627,58 €</b>	<b>234.510,89 €</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>941.813,85 €</b>	<b>952.751,11 €</b>

## Nota Final

A atividade da PMUGEST, E.M. para o ano 2015 evidenciada no presente plano, demonstra toda a energia e determinação que a empresa coloca no seu dia a dia, através dos serviços que presta, empenhando todos os seus interlocutores, desde os funcionários, fornecedores, clientes e demais entidades. O orçamento mostra os meios financeiros necessários e previsíveis para fazer face a toda a atividade proposta.

Os documentos previsionais apresentados traduzem um resultado baseado nas probabilidades de que determinados acontecimentos ocorram, dentro de determinadas condições. Como tal, se as variáveis que afetam a gestão da empresa se alterarem, os desvios serão certamente uma consequência. Prevê-se que a empresa continue a alcançar resultados positivos, no próximo exercício.

É importante continuar a sentir da parte do sócio, o Município de Pombal, todo o apoio institucional. É por ele que a PMUGEST, E.M. pode desenvolver a sua atividade e é para os cidadãos que a desenvolve.

Não obstante as dificuldades esperadas, adotar-se-á uma atitude proativa que permita continuar a trabalhar, prestando os serviços que nos estão cometidos, de uma forma séria, transparente e rigorosa.

A PMUGEST, E.M. continuará a desenvolver a sua atividade, prestando serviços de interesse público, quer ao Município de Pombal, quer ao cidadão comum, com o mesmo empenho, rigor e determinação, na obtenção de resultados que determinam a sua sustentabilidade.

O objetivo da Administração, considerando a natureza de entidade empresarial municipal, é continuar a gerir a empresa com rigor, competência e determinação, procurando constantemente, responder com eficácia às necessidades dos seus clientes.

A procura da sustentabilidade económico-financeira da PMUGEST, E.M. é e será sempre determinante, numa lógica de um compromisso sério, de entendimento e de parceria com o Município de Pombal e dentro do que é razoável e desejável para a comunidade.

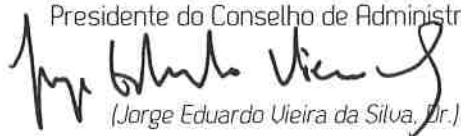
Concluindo, importa salientar que este foi um documento elaborado à luz da plena transparência dos factos e formas de agir, em coerência com os normativos legais vigentes e com o intuito de suportar as decisões de gestão, ao mais alto nível de execução.

Solicita-se o apoio, o empenho e a disponibilidade de todos, do sócio Município de Pombal, dos funcionários e por fim dos clientes, fornecedores e entidades, em quem depositamos toda a confiança e recetividade, agradecendo antecipadamente a sua cooperação, colaboração e apoio.

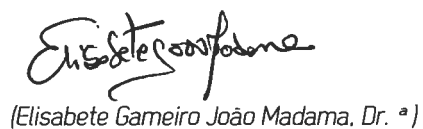
Pombal, 29 de outubro de 2014.

## A Administração:

Presidente do Conselho de Administração

  
(Jorge Eduardo Vieira da Silva, Dr.)

Administradora

  
(Elisabete Carneiro João Madama, Dr.ª)

Administrador Executivo

  
(Manuel Gomes Jordão Carreira, Eng.º)



**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Inscrita sob o n.º 23  
Auditor (C.M.V.M.)

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOSÉ VIEIRA DOS REIS  
CARLOS A. DOMÍNGUES FERRAZ  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA  
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

Membro de / Member of



## **PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL**

### **INTRODUÇÃO**

1. Para os efeitos da alínea j) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2015, da *PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.*, consistindo, no Plano anual de atividades, Plano anual e plurianual de investimentos, Orçamento anual de tesouraria, Orçamento anual de exploração e Balanço previsional.

### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

### **ÂMBITO**

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;

1/2

SEDE | HEAD OFFICE  
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8º A, B e C  
1250-143 LISBOA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 217 271 197  
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch  
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3  
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 244 822 175  
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch  
Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23  
Ed. Tower Plaza - Escritório SE  
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL  
Tel. (+351) 223 744 485  
Fax (+351) 223 744 977

E-mail: [geral@orasroc.pt](mailto:geral@orasroc.pt)

Web: [www.orasroc.pt](http://www.orasroc.pt)



- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a adequação da apresentação da informação previsional;

b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

#### **PARECER**

6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 12 de novembro de 2014

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por

  
José Vieira dos Reis, ROC nº 359



PMUGEST,EM

## POMBAL MANUTENÇÃO URBANA E GESTÃO, EM

Edifício Manuel Henriques ▪ Rua do Louriçal, 21 r/ch ▪ 3100-428 Pombal  
T. 236 200 450 ▪ F. 236 200 459 ▪ pmugest@pmugest.pt ▪ www.pmugest.pt



# PLANO ESTRATÉGICO E CONTAS PREVISIONAIS 2014-2017

O presente documento incorpora os instrumentos de gestão definidos no nº2 do Artigo 11º dos Estatutos da Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal, nomeadamente o Balanço Previsional, a Demonstração de Resultados Previsional e o Mapa de Origem e Aplicação de Fundos (Plano de Financiamento).

**Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda**

Parque Industrial Manuel da Mota, Apartado 165, 3101-902 Pombal  
Tel :236 200 810 | Fax : 236 217 122 | [www.etap.edu.pt](http://www.etap.edu.pt) | [info@etap.edu.pt](mailto:info@etap.edu.pt)  
Capital Social : 100.000 € | NIPC : 504 609 696  
Matricula 504609696 - Conservatória do Registo Comercial de Pombal

## ÍNDICE

0. NOTA DE ABERTURA.....	3
1. A ESCOLA.....	5
2. ANÁLISE DO CONTEXTO .....	10
3. RECURSOS E CAPACIDADES.....	16
4. ANÁLISE SWOT .....	23
5. VISÃO, MISSÃO E VALORES .....	25
6. FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA .....	27
7. CONTAS PREVISIONAIS.....	36

## 0. NOTA DE ABERTURA

No ano em que a ETAP – Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal celebra 25 anos de existência, afigura-se de extrema importância proceder a uma reflexão estratégica sobre o papel que se pretende que a Escola venha a desempenhar nos próximos anos, num momento em que o nosso País, de uma forma geral, enfrenta um quadro económico e social muito desfavorável e em que as Escolas Profissionais, em particular, se confrontam com imensas adversidades que, em muitos casos, colocam mesmo em causa a sua sobrevivência.

A ETAP é uma escola que se demarcou, porquanto profissional, desde o início da sua criação, das restantes instituições escolares locais. Com a Portaria N.º 550-C/2004 de 21 de Maio assistiu-se à criação e proliferação de cursos profissionais nas escolas públicas e, portanto, ao aumento de oferta formativa de cariz profissional. É, pois, indispensável que a ETAP promova a reflexão conjunta sobre o que ou como se poderá manter solidamente, tanto quanto possível, na conjuntura atual, e sobre a melhor forma de se diferenciar positivamente.

A ETAP foi a primeira Escola Profissional criada em Portugal, tendo já sido reconhecida por muitos como uma das melhores, senão mesmo a melhor. Não descurando a elevada exigência colocada pelo contexto, o objetivo principal deste Plano Estratégico é o de contribuir para afirmar a ambição de voltar a projetar a ETAP no rumo da excelência, respeitando a sua matriz identitária, apresentando novas ideias e soluções e assumindo compromissos de avaliação dos progressos conseguidos.

Para a concretização das muitas ações plasmadas no presente plano será absolutamente decisivo o contributo de Todos (docentes, não docentes e alunos), pelo que se deverá apostar no aumento do empenho da comunidade escolar e exigir mais qualidade na formação, apostar numa melhor comunicação interna e externa de forma a melhorar a visibilidade e a imagem da Escola e, com isso, ser mais atrativa para os professores e alunos, bem como para as Empresas da Região, para as quais queremos que a ETAP venha a ser reconhecida, não só como um parceiro credível, mas como o parceiro preferencial das mesmas para o domínio da formação. Acreditamos que este documento possa constituir o arranque para um novo ciclo da vida da ETAP.

O presente plano estratégico agenda e estabelece as principais linhas de orientação em que assentaremos a nossa estratégia, bem como as ações e critérios de avaliação que facilitem o alinhamento dos nossos recursos, de modo a satisfazer as necessidades e corresponder às

expectativas de todos aqueles a quem pretendemos servir e que serão afetados pelas nossas escolhas.

Acreditamos que os benefícios do planeamento estratégico serão efetivos, pois o processo exige que se preste uma especial atenção às tendências externas, levando a nossa Escola a ficar mais defendida de poder vir a ser surpreendida, permitindo-lhe ser proactiva perante o seu futuro.

## 1. A ESCOLA

### 1.1. A Empresa e os seus Sócios

A Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal (ETAP) tem, desde 1999, como entidade proprietária a sociedade comercial POMBAL PROF – Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda que é detida pelos seguintes sócios:

- ADILPOM - Associação Desenvolvimento de Iniciativas Locais de Pombal com uma quota de 50.000€, representando 50,0% do capital social;
- Município de Pombal com uma quota de 49.000€, representando 49,0% do capital social;
- AICP - Associação dos Industriais do Concelho de Pombal com uma quota de 500€, representando 0,5% do capital social;
- ACSP - Associação Comercial e de Serviços de Pombal com uma quota de 500€, representando 0,5% do capital social;

### 1.2. História

A Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal (ETAP) é um estabelecimento de ensino profissional constituído em Setembro de 1989, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/89 de 21 de Janeiro, mediante a assinatura de um Contrato-Programa estabelecido entre o Ministério da Educação/GETAP e as Entidades Promotoras da Escola: Câmara Municipal de Pombal, Associação de Industriais do Concelho de Pombal e Associação Comercial e de Serviços de Pombal. Conforme regulamentação do Decreto-Lei 4/98 de 8 de Janeiro, estes três organismos constituíram, em Outubro de 1999, a POMBAL PROF – Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda., entidade proprietária da ETAP, à qual foi atribuída pelo Ministério da Educação a autorização prévia de funcionamento com o registo n.º 122. A ETAP está, igualmente, acreditada pela DGERT como entidade formadora, com o Processo n.º 3073.

A escola surgiu com o objetivo de ocupar um espaço “vazio” no sistema da educação vigente na altura. O primeiro e magno objetivo da criação da ETAP foi o de responder às necessidades de formar jovens qualificados a fim de suprir as carências de Quadros Intermédios sentidas na Região Centro e, em particular, no concelho de Pombal. Deste modo, a ETAP assume-se como a primeira empresa para os alunos.

A Escola enquadra-se, assim, na oferta de ensino profissional do ensino secundário português e tem como objeto a “realização de atividades de formação profissional inicial e contínua, atividades de inserção na vida ativa e a promoção do desenvolvimento cultural, social e económico do concelho de Pombal e da Região, assegurando as condições institucionais necessárias ao funcionamento e desenvolvimento de outras atividades no âmbito da educação e formação que se mostrem úteis à Região e sejam compatíveis com as condições e meios disponíveis”.

A ETAP, sendo um estabelecimento de ensino profissional de natureza privada, prossegue fins de interesse público e goza de autonomia cultural, tecnológica, científica, pedagógica, administrativa e financeira, estando, no entanto, sujeita à tutela do Ministério da Educação.

### 1.3. Parcerias

A ETAP tem vindo a assinar protocolos Escola - Empresa, com várias empresas do tecido empresarial local com a finalidade de promover a troca de experiências e investigação conjunta, a formação em contexto de trabalho, a realização de seminários/ ações de formação na escola ou na empresa, ou o desenvolvimento de outras atividades de interesse comum. Destaca-se, quer pelo investimento realizado, quer pelas potencialidades e expectativas geradas, o protocolo celebrado com a Iber-Oleff, SA que permitiu equipar a Escola de uma unidade de injeção e transformação de polímeros.

Referimos ainda outras instituições nossas parceiras:

IPL - Instituto Politécnico de Leiria

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional.

CFL - Centro de Formação de Leiria

ESEL - Escola Superior de Educação de Leiria;

ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências;

ANPEE – Associação Nacional de Professores de Eletrotecnia e Eletrónica

ADEPES – Associação de Estudantes Pombalenses do Ensino Superior

HDP - Hospital Distrital de Pombal

Junta Freguesia de Pombal

Município de Pombal

AICP - Associação de Industriais do Concelho de Pombal

ACSP - Associação Comercial de Serviços de Pombal

Casa da Criança – Santa Casa da Misericórdia de Pombal

APEPI – Associação de Pais e Educadores para a Infância

#### 1.4. Inserção na Comunidade Local

A ETAP tem vindo a desenvolver atividades conducentes a uma melhor integração na região, de forma a abranger o tecido económico, social e cultural como é o caso do Centro de Novas Oportunidades (em funcionamento até 2012) e do atual Centro para a Qualificação e Ensino Profissional que conduziu e aproximou a Escola de estratos sociais que até então eram difíceis de alcançar.

A presença da ADILPOM – Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais de Pombal, do Município de Pombal e das Associações Comercial e Industrial de Pombal na composição do capital social desta empresa, aumentam a responsabilidade de uma participação efetiva e ativa no desenvolvimento da economia local e da melhoria das condições da comunidade.

Foram firmados protocolos com outras instituições de ensino como é o caso do Instituto Politécnico de Leiria e IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional e a ETAP tem participado em diversos projetos e parcerias com algumas das instituições mais representativas da região.

Essa interação reflete-se em diferentes planos, como por exemplo:

- Membro do Conselho Local de Ação Social de Pombal;
- Redes de cooperação das escolas profissionais das áreas de formação: Administração, Serviços e Comércio; Eletricidade e Eletrónica; Metalomecânica; Património Cultural e Produção Artística; Têxtil e Calçado e Auxiliar de Infância;
- Protocolos Escola – Empresa, estabelecidos com várias empresas do tecido empresarial local com a finalidade de promover a troca de experiências e investigação conjunta, formação em contexto de trabalho, realização de seminários/ações de formação na Escola ou na empresa, desenvolvimento de outras atividades de interesse comum;
- Protocolos vários com o Centro de Formação de Leiria, de colaboração na realização de cursos EFA, Cursos de Aprendizagem e Formações Modulares.

#### 1.5. Participação em Associações e Redes

- Participação ativa, na construção dos programas da componente de formação técnica das famílias profissionais da Mecânica, Construção Civil, Apoio Social, Eletricidade e

Eletrónica, Tecnologias Artísticas, Comércio e a Têxtil, Vestuário e Calçado, solicitada pela Direção – Geral de Formação Vocacional (DGFV).

- Membro representante no Conselho Municipal de Educação do Ensino Particular e Cooperativo.
- Redes de cooperação das escolas profissionais das áreas de formação: Administração, Serviços e Comércio; Construção Civil e Obras Públicas; Eletricidade e Eletrónica; Metalomecânica;
- Património Cultural e Produção Artística; Têxtil e Calçado e Apoio Social;
- Membro fundador da Rede de Emprego da Área de Leiria/Pinhal Litoral;
- Membro da associação “Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento;
- Membro da Comissão Pedagógica do Centro de Formação de Professores de Pombal;
- Membro do Observatório do Ensino Profissional, liderado pela ESEL, Escola Superior de Educação de Leiria;
- Membro da ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais.

## 1.6. Formação em Contexto de Trabalho

Com uma oferta formativa diretamente associada à qualificação técnica de recursos humanos, a ETAP tem procurado criar as condições facilitadoras do processo de inserção futura no mundo do trabalho, implementando diversas ações orientadas no sentido de proporcionar, aos alunos, experiências diversas de contacto com a realidade profissional, para a qual se estão a preparar.

Quando se fala da organização da formação em contexto de trabalho, fala-se de transições e em saídas do sistema de ensino e de formação profissional inicial. Esta entrada no mercado de emprego, protegida pela permanência e acompanhamento da escola, possibilita o acesso ao mundo do trabalho, a uma maior autonomia e a uma assunção mais precoce de certas responsabilidades pessoais e sociais, passando de uma socialização centrada na família e na escola para uma socialização centrada no mercado de trabalho.

A realização da Formação em Contexto de Trabalho, pressupõe a implementação de práticas pedagógicas que, dada a inexperiência do aluno, o ajudem a interiorizar o estatuto profissional.

A implementação da formação em contexto de trabalho passa:

- Pelo estabelecimento de Protocolos de Colaboração com as Entidades implicadas no desenvolvimento económico e social, local e regional, tais como associações, instituições públicas e privadas e, obviamente, as empresas.
- Pela realização de estágios tanto de observação e orientação, concretizados na realização de visitas de carácter técnico às empresas, como de desempenho e qualificação, onde se pretende que o aluno aplique os seus conhecimentos técnicos e as suas capacidades, em cumprimento do regulamentado do Decreto-Lei 4/98, bem como, do cumprimento da Portaria 550 – C/2004 de 21 de Maio, visando a concretização dos seguintes objetivos:
  - Despertar nos jovens uma atitude de empenho pessoal, de responsabilidade e de ativa participação;
  - Contribuir para uma melhor formação, facilitando a aquisição, aprofundamento e desenvolvimento de competências dos alunos: na implementação das novas tecnologias, na planificação e organização do trabalho, na resolução dos problemas e respetiva qualificação profissional;
  - Adquirir e desenvolver competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para o perfil de desempenho à saída de cada curso;

A organização e o desenvolvimento da Formação em Contexto de Trabalho obedecem a um plano, elaborado com a participação das partes envolvidas. O referido plano identifica os objetivos, o conteúdo, as competências a adquirir, a programação, o período, horário e local de realização das atividades, as formas de monitorização e acompanhamento do aluno, com a identificação dos responsáveis, bem como os direitos e deveres dos diversos intervenientes, da escola e da entidade onde se realiza a formação em contexto de trabalho.

- Pela realização de uma Prova de Aptidão Profissional, realizada e avaliada em estreita colaboração com o tecido empresarial local e regional.

A Formação em Contexto de Trabalho promove a autonomia dos alunos, ajudando a criar hábitos de trabalho, desenvolvendo o sentido da responsabilidade profissional e, acima de tudo levando os alunos a contactar com tecnologias e técnicas que se encontram além das situações simuláveis. Em suma, concretizada em diferentes modalidades, pretende-se com a Formação em Contexto de Trabalho uma finalidade comum: proporcionar a aproximação do vetor educação ao eixo social em prol de uma formação técnica e prática de qualidade.

## 2. ANÁLISE DO CONTEXTO

### 2.1. Contexto Geográfico

O concelho de Pombal localiza-se na faixa litoral atlântica portuguesa, integra-se na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. A nível Sub-regional, faz parte da NUTS III Pinhal Litoral. Numa posição de múltipla charneira: entre o Litoral e o Interior, entre o Norte e o Sul, entre Lisboa e Porto e entre Coimbra e Leiria, ocupa uma área geográfica de 626.23 Km<sup>2</sup>.

Em termos administrativos, pertence ao distrito de Leiria e subdivide-se em 13 freguesias: Abiúl, Almagreira, Carnide, Carriço, Louriçal, Meirinhas, Pelariga, Pombal, Redinha, Vermoil, Vila Cã, União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca e União de Freguesias de Albergaria dos Doze, Santiago de Litém e São Simão de Litém. A sede de Concelho é a cidade de Pombal que se encontra a cerca de 150 Km das cidades de Lisboa e Porto, a 33 Km de Coimbra, a 26 Km de Leiria e a 30 Km da Figueira da Foz.

O concelho não é geologicamente e fisiograficamente uniforme, havendo uma nítida separação entre duas regiões, designadas sob o ponto de vista agrário por zona de vales e zona de calcários. A zona agrária dos vales, a Oeste ocupa 75% da área do concelho sendo o solo arenoso. A zona agrária dos calcários, a Este, ocupa os restantes 25%. As principais culturas do concelho são a vinha, o olival, o milho e o arroz sendo o pinheiro bravo a principal árvore florestal. Sendo um Concelho que vai da serra ao mar, tem uma zona mais montanhosa que integra parte das Serras de Sicó e no litoral atlântico uma praia, Osso da Baleia, classificada pelo Ministério do Ambiente como praia dourada.

Ao nível da acessibilidade, Pombal é atravessado no eixo Norte-Sul pelas Auto Estradas entre Porto e Lisboa (A1) e (A17), pelo IC2 (EN1), pelo IC1 e pelas Linhas Ferroviárias do Norte e do Oeste. No eixo Este-Oeste é atravessado pelo IC8 entre a Figueira da Foz e Castelo Branco, com ligação a Madrid. Refira-se que as instalações da ETAP estão situadas junto ao nó rodoviário IC8/A1 e implantadas no Parque Industrial Manuel da Mota.

Este conjunto de vias de acesso, a par do melhoramento das vias secundárias que servem as diversas localidades do Concelho, conferem a Pombal o estatuto de um dos municípios da Região Centro mais bem localizados.

## 2.2. Contexto socioeconómico

Globalmente, Pombal é um território em profunda transformação da base económica, um concelho que tem registado uma diversificação e modernização significativas. Na transição da década de 80 para a década de 90, o processo de industrialização intensificou-se de forma significativa devido, sobretudo, à criação do Parque Industrial Manuel da Mota e de algumas zonas industriais rurais. O sucesso destas últimas deve ser entendido num quadro de pluriatividade e plurirrendimento em complemento com a atividade agrícola, o que promove, em particular, o desenvolvimento destes aglomerados rurais e, em geral, o robustecimento do tecido empresarial do concelho. Em consequência deu-se igualmente uma expansão das atividades comerciais, distribuição e serviços, tanto na cidade de Pombal como em algumas aglomerações de pequena dimensão que se reforçaram. O emprego é, assim, dominado pelos sectores secundário e terciário.

**Tabela 1 – Mercado de Trabalho no Concelho de Pombal em 2011 (Fonte: INE)**

Setor de Atividade	Peso em termos de Emprego
<b>Setor Primário</b>	<b>3,20%</b>
<b>Setor Secundário</b>	<b>38,90%</b>
Indústria Extrativa e Transformadora	22,70%
Construção	16,20%
<b>Setor Terciário</b>	<b>57,90%</b>
Comércio / Reparação de Veículos	18,60%
Transportes / Informação e Comunicação	6,20%
Hotelaria e Restauração	5,40%
Atividades Financeiras e Imobiliárias	7,40%
Administração Pública	4,40%
Educação, Saúde e Apoio Social	12,40%
Outras Atividades	3,50%

Em termos de emprego por setor de atividade, verificamos que o setor secundário é responsável por cerca de 39% do emprego e o setor terciário por cerca de 58%, sendo o setor terciário responsável, segundo as estatísticas oficiais, por pouco mais de 3%. Dos quadro anterior destaca-se a indústria com quase 23% e o comércio e reparação automóvel com 18%. Algumas freguesias têm revelado dinâmicas demográficas positivas, em consonância com um crescendo de industrialização sustentado pela melhoria progressiva das acessibilidades. O concelho de Pombal manifesta, assim, dinamismos de progresso económico que estão

articulados com uma larga transformação do tecido produtivo local, no qual cada vez mais se afirma uma modelação industrial e urbana.

### 2.3. Contexto Demográfico

De acordo com os Censos (2011), a população residente no concelho de Pombal era de 55.217 habitantes distribuídos por 626,0028km<sup>2</sup>, o que corresponde a uma densidade populacional de 88,2 hab/km<sup>2</sup>. Em termos percentuais este valor representa uma regressão de -1,7 % face aos 89,9 hab/km<sup>2</sup> registados nos Censos 2001.

Ao nível das freguesias, se por um lado encontramos freguesias com uma baixa densidade populacional, como as freguesias do Carriço com 44hab/km<sup>2</sup>, Abiúl com 50,4hab/km<sup>2</sup> e Redinha com 51,2hab/km<sup>2</sup>, que se localizam a Oeste e Este do concelho (respetivamente), na área central do concelho registam-se valores elevados na ordem dos 199,7hab/km<sup>2</sup> na freguesia das Meirinhas e 182,9 hab/km<sup>2</sup> na freguesia de Pombal.

#### 2.3.1 População Residente

O concelho de Pombal registou no último século uma evolução, nem sempre linear, da sua população residente. Períodos de crescimento, intercalados com períodos de regressão populacional, foram o resultado de fatores diversos e lógicas demográficas que passaram pela emigração, industrialização e ressurgimento da capital concelhia como pólo atrativo da população circundante. De facto, até 1991, o concelho de Pombal deu sinais de regressão populacional com a diminuição do número de efetivos, o aumento do peso dos idosos e a diminuição da taxa de natalidade, no entanto, na década de 90 observou-se uma inversão desta tendência, registando o concelho um crescimento populacional na ordem dos 9,5%. Esta tendência de crescimento veio a ser interrompida na última década, sendo que o concelho registou uma nova regressão populacional de -1,92%. A evolução demográfica concelhia tem sido o resultado da interferência do saldo fisiológico e dos movimentos da população dos quais se destaca a emigração.

De um modo geral, a pirâmide etária de Pombal apresenta características de envelhecimento populacional moderado, apresentando um duplo envelhecimento, pela base e pelo topo.

Verifica-se, no entanto, estrangulamentos entre os 40-44 e os 60-69 anos (classes ocas) devido ao fenómeno da emigração que provocou uma diminuição da taxa de natalidade e consequentemente uma redução da população residente. É ainda pertinente evidenciar o

envelhecimento do topo da pirâmide no qual se assiste a um elevado n.º de população com idade superior a 65 anos (24% do total da população), em resultado do fator migração, neste caso, o regresso de emigrantes. Outra constatação prende-se com a elevada percentagem de população feminina nestas classes, o que resulta de uma maior esperança média de vida.

A compreensão, quer da amplitude deste fenómeno, quer das suas razões e mecanismos, implica assim que se tenham em conta a evolução do volume absoluto e relativo dos idosos, dos jovens e dos impactos decorrentes da dinâmica migratória que tem afetado o concelho, pelo que é pertinente analisar os índices de dependência dos jovens, idosos, bem como o índice de substituição das gerações.

### 2.3.2 Grau de Instrução

A população residente no concelho de Pombal, segundo os Censos de 2011, detinha um nível de instrução relativamente reduzido face aos valores médios nacionais, assim das NUT I e II da qual faz parte integrante. Grande parte população do concelho detém apenas o 1.º ciclo do ensino básico, ou seja, a quarta classe. Falamos de 28% da população, ao qual se poderão acrescentar 25% da população que não tem instrução. Desta forma, temos 50% da população concelhia com escolaridade inferior ao 2.º ciclo. Estes baixos níveis de qualificação poderão ser justificados pelo elevado n.º de idosos existente no concelho, ou seja, a uma estrutura etária envelhecida à semelhança do que acontece no resto do país, mas ainda, com uma maior representatividade.

Em relação ao n.º de habitantes com escolaridade superior ao 3.º Ciclo do Ensino Básico, a disparidade é ainda maior se analisarmos os valores relativos ao Pinhal Litoral (41%), região Centro (39%) e Portugal continental (43%) uma vez que, no concelho de Pombal, apenas 34% da população, detinha, em 2011, escolaridade superior ao 9º ano e destes apenas 7% detinha formação superior.

Relacionado com esta temática, é fulcral analisar as dicotomias existentes entre homens e mulheres, uma vez que se verifica uma grande diferenciação entre os dois géneros. Registam-se assim diferenças assinaláveis entre níveis de instrução, surgindo duas situações díspares.

Se por um lado são as mulheres aquelas que atualmente mais frequentam o ensino superior (como resultado de uma mudança de mentalidade, maiores expectativas de emprego e pouca oferta de emprego qualificado), são também elas que apresentam uma taxa de analfabetismo mais elevada, associada ao facto histórico do acesso à escola lhes ser vedado ou apenas fosse o essencial para que lhes fosse possível ler e escrever, não chegando a concluir a instrução primária.

### 2.3.3 População Escolar

A população escolar do concelho de Pombal, matriculada no ano letivo 2013/2014, abrange 8.339 alunos com frequência que vai do pré-escola ao 12º ano de escolaridade em estabelecimentos públicos e privados de ensino.

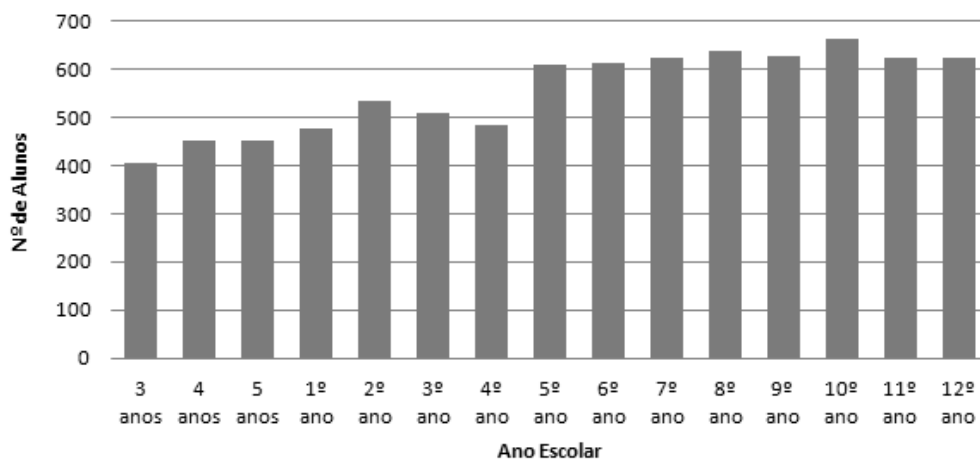
Da informação extraída do Censos 2011, verifica-se que a taxa de retenção e desistência do 3º ciclo do ensino básico é de 12,9 %, o que traduz um fenómeno ainda com alguma expressão e que urge combater.

**Tabela 2 – Alunos do Concelho de Pombal por ano de escolaridade (Ano letivo 2013/2014)**

	Ano Escolar	Público		Privado		Total
		Regular	Profissional	Regular	Profissional	
Pré-Escolar	3 anos	299	-	106	-	405
	4 anos	334	-	118	-	452
	5 anos	353	-	100	-	453
1º Ciclo	1º ano	476	-	-	-	476
	2º ano	536	-	-	-	536
	3º ano	510	-	-	-	510
	4º ano	483	-	-	-	483
2º ciclo	5º ano	368	-	240	-	608
	6º ano	322	-	291	-	613
3º ciclo	7º ano	332	-	293	-	625
	8º ano	321	-	317	-	638
	9º ano	324	-	304	-	628
Secundário	10º ano	218	139	125	180	662
	11º ano	194	122	148	161	625
	12º ano	218	157	92	158	625
	<b>Total</b>	<b>5 288</b>	<b>418</b>	<b>2 134</b>	<b>499</b>	<b>8 339</b>

A análise do número de alunos do Concelho de Pombal, no presente ano letivo 2013/2014, por ano de escolaridade, permite-nos concluir que nos próximos cinco anos letivos os alunos que chegarão ao 10º ano serão, em número, ligeiramente superior a seiscentos por ano, não se prevendo, dessa forma, uma redução expressiva dos potenciais alunos para os cursos profissionais.

**Gráfico 1 – Alunos do Concelho de Pombal por ano de escolaridade (Ano letivo 2013/2014)**



No entanto, pela indicação dos alunos que atualmente frequentam o ensino pré-escolar e o ensino básico, prevê-se que, após os próximos cinco anos letivos, se registarão reduções muito acentuadas do número de alunos.

### 3. RECURSOS E CAPACIDADES

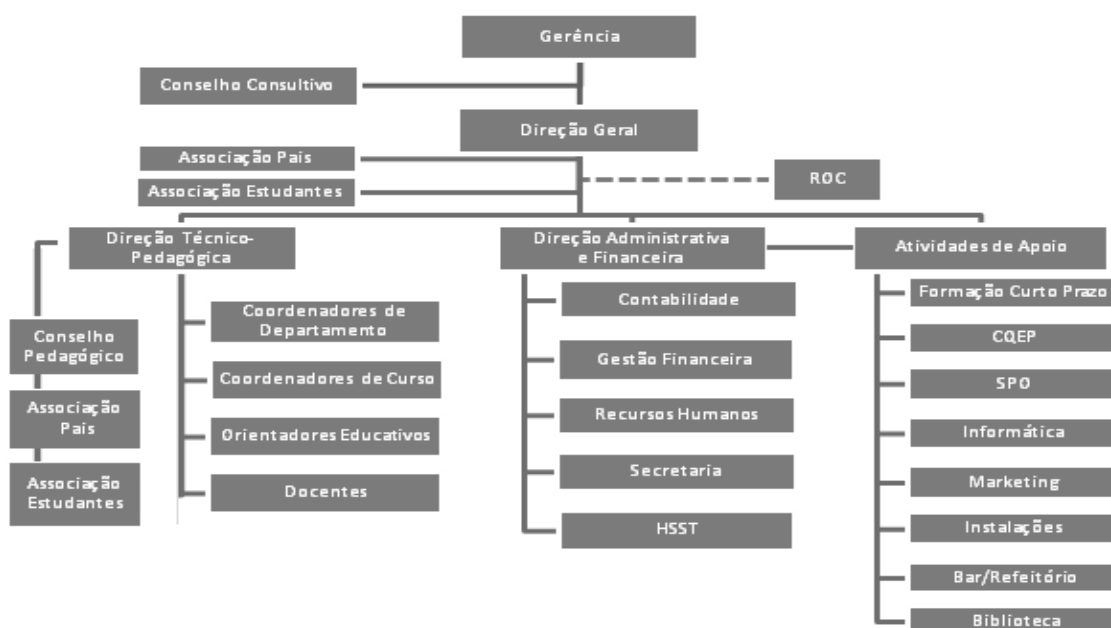
#### 3.1. Organigrama

A organização da escola está definida numa estrutura hierárquica, em que a gerência da empresa Pombal Prof, Lda., que é composta por três gerentes: Dr. Diogo Alves Mateus, Dr. João Matias e Dr. Horácio Mota, que assumem a responsabilidade de gestão sendo estes elementos quem obriga legalmente a empresa.

Num segundo nível está a Direção Geral que garante, como representante máximo da gerência, toda a organização interna, coordenando as diferentes direções que se apresentam no nível inferior.

No terceiro nível hierárquico encontra-se a Direção Pedagógica e Direção Financeira. O departamento financeiro é dirigido pela diretora financeira e tem por função garantir a execução financeira dos projetos e gerir recursos financeiros disponíveis.

A Direção Pedagógica é assegurada pela diretora pedagógica e é assessorada pelo conselho pedagógico, dirigindo uma equipa de coordenadores de departamento, sendo que está definido um coordenador para cada área da escola. Dirige também um coordenador de Orientadores Educativos que por sua vez coordena e interage com os diversos orientadores educativos das diferentes turmas. A Direção Pedagógica possui ainda um conjunto de recursos humanos que garantem a realização de todos os processos ou procedimentos administrativo-pedagógicos.



### 3.1.1. Recursos Humanos

O mais importante de uma organização são as pessoas que, para o desenvolvimento da dita organização, contribuem com trabalho, criatividade e motivação. Também a ETAP está consciente da importância de motivar os funcionários a alcançar os objetivos organizacionais de um modo eficiente e eficaz.

#### 3.1.1.1. Professores/Formadores

Atualmente, são 25 os professores/formadores que lecionam na ETAP, dos quais têm assento no Conselho Pedagógico os seguintes:

- Direção Pedagógica
- Coordenador dos Orientadores Educativos
- Coordenadores de Curso
- Representante de Área Sociocultural e Científica
- Coordenadora do CQEP
- Representante da Associação de Pais
- Representante da Associação de Estudantes
- Serviços de Psicologia e Orientação Vocacional

Em relação ao regime contratual dos professores/formadores com a nossa Escola, estes dividem-se em 2 grandes grupos:

**Tabela 3 - NÚMERO DE PROFESSORES/FORMADORES POR REGIME CONTRATUAL**

REGIME CONTRATUAL	Nº DE PROFESSORES	%
Tempo Inteiro	11	44%
Prestação de Serviços	14	56%
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

#### 3.1.1.2. Pessoal não docente

Encontram-se atualmente ao serviço da ETAP 18 pessoas com funções não docentes, a saber:

**Tabela 4 - DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DO PESSOAL NÃO DOCENTE**

Funções	Serviço	N.º
Diretor Geral	Direção	1
Diretora Pedagógica	Direção	1
Diretor Financeiro	Direção	1
Gestor de Formação	Formação Curto Prazo	1
Coordenadora CQEP	CQEP	1
Chefe Serviços Administrativos	Serviços Pedagógicos	1
Psicóloga	SPO	1
Técnico Secretariado 3	Secretaria	1
Chefe Secção 2	Biblioteca	2
Chefe Secção 2	CQEP	1
Tesoureiro III	Dep. Financeiro	1
Técnico Secretariado 2	Dep. Financeiro	1
Técnico Informática 3	S. Informáticos	1
Telefonista I	Secretaria	1
Motorista	Instalações e Transporte de Alunos	1
Empregada de Mesa/Balcão	Bar	1
Empregada Limpeza	S. Limpeza	1
<b>TOTAL</b>		<b>18</b>

### 3.1.2. Alunos

No ano letivo 2008/2009, em consequência da abertura de sete turmas/cursos ao invés das tradicionais quatro turmas, a ETAP viu crescer a sua população estudantil contando com 343 alunos inscritos, divididos por 16 turmas. Em 2009/2010, o número total de alunos inscritos ascendeu aos 330, repartidos por 17 turmas. No ano letivo de 2010/2011, encontravam-se inscritos 317 alunos nos três anos dos vários cursos, distribuídos por 17 turmas. No ano letivo de 2011/2012 registavam-se 268 alunos inscritos em 14 turmas. No ano letivo de 2012/2013 inscreveram-se 237 alunos, correspondente a 11 turmas. No ano letivo de 2013/2014 registam-se 230 alunos inscritos, repartidos por 10 turmas. Nos últimos anos tem sido evidente o decréscimo de alunos que se inscrevem nesta escola.

Refletindo o seu carácter local, continua a ser maioritária a percentagem de alunos oriunda do concelho de Pombal.

**Tabela 5 - PROVENIÊNCIA GEOGRÁFICA DOS ALUNOS (2013/2014)**

ORIGEM	Nº DE ALUNOS	%
Concelho de Pombal	39	51,3%
Outros	37	48,7%
Estrangeiros	0	0%
Total	76	100%

Dos 76 alunos inscritos no 1º ano dos vários cursos da ETAP (ano letivo 2013/2014) a proporção de alunos com 15 anos ou menos à data de inscrição é pouco significativa concentrando-se a maioria dos alunos na classe dos 16-17 anos.

**Tabela 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR CLASSE ETÁRIA (1ºANO-2013/2014)**

CLASSE ETÁRIA	Nº DE ALUNOS	%
≤15 Anos	18	23,7%
16-17 Anos	48	63,2%
18-25 Anos	10	13,1%
Total	76	100%

Destes alunos, 52 são do sexo masculino, o que representa uma percentagem de 68%, em virtude da abertura de dois cursos procurados essencialmente por rapazes (Manutenção Industrial/Mecatrónica Automóvel e Mecatrónica). A população feminina, 32%, encontra-se, na sua maioria, matriculada no curso de Técnico Auxiliar de Saúde.

**Tabela 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR GÉNERO (1ºANO-2013/2014)**

Sexo	N.º	%
Masculino	52	68%
Feminino	24	32%
TOTAL	76	100%

Dos 72 alunos que frequentaram o 3º ano de formação até ao final do ano letivo 2012/2013, excluídos os que desistiram antes do final dos 3 anos de formação (24 no total), cerca de 72 % obtiveram o seu diploma. Na origem do insucesso que existe ao nível da conclusão do curso

estão principalmente o desinteresse e falta de empenho dos alunos nas atividades letivas e de apoio propostas / ou as dificuldades sentidas nas disciplinas científicas e nas disciplinas técnicas que fazem apelo a conhecimentos teóricos e/ou científicos prévios.

Uma medida possível do grau de satisfação do tecido empresarial da região, face à oferta formativa da ETAP, é obtida através dos índices de empregabilidade, que variam consoante a área de formação. As áreas com maior procura são as relacionadas com Mecânica.

### 3.1.3. Encarregados de Educação

Tabela 8 – Nível de habilitação dos Pais/Encarregados de Educação (1ºANO-2013/2014)

2013/2014	AUX.SAÚDE 1		MEC1		MIMA1		Totais	
	E.E	%	E.E	%	E.E	%	E.E	%
<b>1ºCiclo:</b>	3	13%	7	28%	2	8%	12	16%
<b>2ºCiclo:</b>	8	33%	3	12%	3	12%	14	19%
<b>3ºCiclo:</b>	9	38%	6	24%	11	44%	26	35%
<b>Secundário</b>	2	8%	8	32%	6	24%	16	22%
<b>Licenciatura</b>	1	4%	1	4%	0	0%	2	3%
<b>Outra</b>	1	4%	0	0%	3	12%	4	5%
<b>Total</b>	24	100	25	100	25	100	74	100

Verifica-se que a maioria dos encarregados de educação detém como habilitação literária o 3º ciclo do ensino básico (35% do total dos encarregados de educação), seguidos do ensino secundário (22%).

## 3.2. Oferta formativa

A acrescer aos cursos técnicos de nível IV, a ETAP tem vindo, nos últimos anos, a alargar o seu leque de formação. Na mesma linha do contributo para a qualificação dos Recursos Humanos do Concelho, a oferta visou abranger também a população ativa.

### 3.2.1. Centro de Qualificação para o Ensino Profissional (CQEP)

De acordo com a Portaria n.º 135-A/2013 de 28 de março, a atividade do CQEP centra-se:

- Na informação, orientação e encaminhamento de jovens e de adultos que procurem uma formação escolar, profissional ou de dupla certificação e / ou visem uma integração qualificada no mercado de emprego;
- No desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, adiante designados processos de RVCC, adquiridas pelos adultos ao longo da vida, por vias formais, informais e não formais, nas vertentes escolares, profissional ou de dupla certificação, em estreita articulação com outras intervenções de formação qualificantes;
- Na necessidade de assegurar a integração na vida ativa e profissional das pessoas com deficiência e incapacidade;
- No apoio à Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., (ANQEP, I.P.), no que se refere às suas competências específicas de definição de critérios de estruturação da rede e de implementação de mecanismos de acompanhamento e de monitorização das ofertas no âmbito do sistema de formação de dupla certificação.

Assim, o CQEP assume um papel determinante na construção de pontes entre os mundos da educação, da formação e do emprego, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida e destina-se a todos os que procuram uma qualificação, tendo em vista o prosseguimento de estudos e/ou uma transição/reconversão para o mercado de trabalho. Encontra-se igualmente vocacionado para dar resposta aos cidadãos com deficiência e incapacidade, com o intuito de assegurar a sua integração na vida ativa e profissional.

#### Destinatários

- Jovens com idade igual ou superior a 15 anos ou, independentemente da idade, a frequentar o último ano de escolaridade do ensino básico;
- Adultos com idade igual ou superior a 18 anos, com necessidades de aquisição e reforço de conhecimentos e competências.

#### 3.2.2. Outras Áreas de Formação

Para além das supramencionadas ofertas formativas, a Escola também dispõe de Cursos de Educação e Formação para Adultos (EFA) e Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD's).

### 3.2.3. Atividades extra-curriculares

Além da componente letiva, os alunos têm ao seu dispor atividades que vêm ao encontro de interesses diversos e promovem o relacionamento interpessoal entre alunos, professores e a comunidade. Destas atividades algumas têm um carácter regular e outras constituem atividades pontuais.

Deste modo, não se procura a formação apenas de um profissional, mas também de um cidadão e de um indivíduo.

Entre as atividades extracurriculares, destacamos:

- Clube da Matemática;
- Clube da Ciência Divertida;
- Clube de Leitura;
- Clube de Robótica;
- Clube de Desporto;
- Parlamento dos jovens;
- Semana Aberta;
- Dia/Projeto Eco-Escolas;
- Concurso Rali solar;
- Projetos de empreendedorismo

### 3.3. Instalações e equipamentos

As instalações da ETAP são praticamente novas e constituídas por vinte e seis salas de formação, todas dotadas de iluminação natural e arejadas, devidamente equipadas e distribuídas da seguinte forma:

Salas teóricas (Carteiras, Cadeiras, Quadro branco e videoprojector) .....	14
Salas de Desenho (Estiradores) .....	1
Laboratório de Informática (11 computadores) .....	3
Laboratório de Hidráulica e Electropneumática .....	1
Laboratório de Físico-química .....	1
Laboratório de Automação .....	1
Laboratório de Eletricidade e Eletrónica .....	1
Centro de Formação de Técnicos para a Indústria.....	1
Oficina de Metalomecânica .....	1
Laboratório de Corte, Modelagem e Confeção.....	1

Para além dos espaços mencionados, a ETAP dispõe de uma Biblioteca e de uma Sala Multiusos, disponibilizando ainda serviços de Papelaria/Reprografia, Bar e Refeitório.

#### 4. ANÁLISE SWOT

Com base nos muitos contributos recebidos durante o período de auscultação, foi efetuada a análise SWOT, instrumento de gestão estratégica utilizado no planeamento e que conjuga a análise do ambiente interno da organização, destacando os seus pontos fortes e fracos, e da sua envolvente externa, identificando as principais tendências atuais, classificadas como oportunidades ou ameaças.

No que diz respeito à vertente interna, foram tidos em conta aspetos relacionados com tecnologia, pessoas, processos, estratégia e meios (financeiros, humanos e materiais). Para o elenco de pontos fortes, foram consideradas as vantagens internas da organização e, para os pontos fracos, as respetivas desvantagens. Presumiu-se que, pelo seu carácter interno, seriam influenciáveis pela organização.

Ao nível do ambiente externo, foram evidenciadas as vantagens a retirar das oportunidades presentes e preocupações de mitigação das consequências das ameaças. Nesta vertente, foram considerados: conjuntura socioeconómica, enquadramento sociogeográfico, estrutura demográfica, condicionalismos legais e concorrência. Na análise de oportunidades foram evidenciados os aspetos positivos da envolvente, com impacto significativo na organização. Pelo contrário, para a sistematização das ameaças procurou-se inventariar as condições externas negativas que se encontram fora do controlo da organização.

A análise SWOT permite assim perceber as dinâmicas interna e externa, sendo uma valiosa ferramenta de apoio à análise do ambiente e do meio envolvente.

Depois de analisada toda a informação com algum cuidado, efetuamos o resumo esquemático, que apresentamos no quadro seguinte, dos pontos fortes e fracos do contexto interno, e das oportunidades e ameaças do contexto externo.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação de proximidade professor/aluno;</li> <li>• Relação de proximidade comunidade escolar/aluno;</li> <li>• Dimensão da Escola;</li> <li>• Espaço Escolar;</li> <li>• Relacionamento entre docentes;</li> <li>• Docentes com experiência e formação;</li> <li>• Meios técnicos disponíveis de formação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número reduzido de alunos;</li> <li>• Falta de amenidade do edifício escolar;</li> <li>• Degradação do edifício;</li> <li>• Espaço de convívio para alunos;</li> <li>• Taxas de conclusão;</li> <li>• Falta de visão;</li> <li>• Falta de alinhamento nos objetivos</li> </ul>

<p>para a indústria de plásticos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empregabilidade;</li> <li>• Pessoas próximas com tecido empresarial;</li> <li>• Dinâmica nas atividades desenvolvidas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Défice de comunicação interna e falta de eficiência na externa;</li> <li>• Situação económica –financeira;</li> <li>• Falta de envolvimento;</li> <li>• Ausência de avaliação;</li> <li>• Meios técnicos desajustados a algumas formações;</li> <li>• Formação contínua dos colaboradores;</li> <li>• Não aproveitamento das capacidades internas;</li> <li>• Falta de coesão interna;</li> </ul>
--	--

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estreitamento de laços com o meio empresarial (parcerias, protocolos, etc);</li> <li>• Capitalização, pelo exemplo, da parceria com a Iber-Oleff</li> <li>• Localização geográfica face ao tecido empresarial;</li> <li>• Necessidades do meio Empresarial não cobertas pela oferta formativa da Empresa;</li> <li>• Alunos como veículo de comunicação para o exterior;</li> <li>• Promoção dos nossos parceiros;</li> <li>• Melhor perceção, pelo exterior, das capacidades da ETAP;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dependência, em termos de financiamento, dos Cursos Profissionais;</li> <li>• Imagem transmitida para o exterior;</li> <li>• Outros estabelecimentos de Ensino Profissional na captação de alunos;</li> <li>• Oferta formativa instável muito dependente do “exterior”;</li> <li>• Práticas “menos corretas” de outros competidores;</li> <li>• Estigma do Ensino Profissional;</li> </ul>

## 5. VISÃO, MISSÃO E VALORES

### *Visão*

Afirmar a ETAP como referência nacional no ensino e formação profissional, distinguindo-se pela qualidade dos profissionais, seus alunos, que coloca no mercado de trabalho, por uma postura ética e socialmente responsável e por ser um espaço de realização profissional dos seus colaboradores.

### *Missão*

Contribuir para a qualificação de jovens e adultos da região, trabalhando em proximidade e parceria com os agentes económicos de forma a melhor satisfazer as suas necessidades e anseios e procurando contribuir para a realização profissional e pessoal dos seus alunos e colaboradores, e para a melhoria da competitividade das empresas e, dessa forma, para a melhoria da situação económica da Região e do País.

São objetivos da ETAP, para além dos consignados nos Artigos 4º e 10º do Decreto-Lei 4/98, de 8 de Janeiro, os seguintes consignados nos seus estatutos:

- Proporcionar os mecanismos de aproximação entre a Escola e o mundo do trabalho, nomeadamente, através da planificação, realização e avaliação de diferentes modalidades de formação em contexto de trabalho para os seus alunos;
- Prestar serviços educativos/investigação à Comunidade na base de uma troca de experiências e possibilidades de enriquecimentos mútuos, nomeadamente ao nível da implementação de novas tecnologias;
- Analisar necessidades de formação locais e regionais e proporcionar as respostas formativas adequadas;
- Contribuir para o desenvolvimento social, económico e cultural da região.

São ainda objetivos da ETAP, para além daqueles que são enquadrados na formação inicial, a conceção, organização e promoção, desenvolvimento e

execução de ações de formação contínua para ativos, ou mesmo, ações de reciclagem / reconversão de desempregados ou jovens à procura do primeiro emprego.

### **Valores**

*Ética (Humanidade, Respeito, Honestidade, Justiça, Confiança)*

*Reconhecimento e Valorização das Pessoas*

*Cooperação / Espírito de Equipa*

*Responsabilidade social e ambiental*

*Diálogo com Tolerância e Liberdade de Opinião*

*Cultura de Rigor (exigência com os outros e conosco mesmo)*

*Flexibilidade*

A atuação da Empresa será sempre com ética e respeito pela natureza e ambiente, tendo sempre presente preocupações com a sustentabilidade, com respeito pelos seus colaboradores e alunos, procurando sempre a valorização do ser humano como principal fator de sustentação do negócio, respeitando a individualidade e opinião de cada um e promovendo a flexibilidade e o trabalho em equipa, obtendo o seu comprometimento com a missão e visão da empresa, com respeito por todos os seus *stakeholders*, honrando as parcerias e os compromissos assumidos com os fornecedores e com os seus clientes (diretos e indiretos), e com respeito pela sociedade em geral, cumprindo com todas as suas obrigações legais e fiscais.

## 6. FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA

### 6.1. Estratégia Corporativa

Considerando a análise estratégica desenvolvida, entende-se que a empresa deverá optar, como estratégia de desenvolvimento futuro, pela **Diversificação**.

Atualmente a empresa está, na prática, totalmente dependente dos cursos profissionais e do financiamento com eles conexos.

A tendência futura, por via da fraca natalidade registada no país e do fenómeno da emigração, aponta para uma redução do número de alunos que irão frequentar o 10º ano e, conseqüentemente, para uma redução dos alunos que frequentarão os cursos profissionais. Se a esta situação se juntarem a enormes incertezas relativas ao financiamento deste tipo de ensino, será aconselhável que a Empresa procure criar novos produtos, diversificando a sua oferta e procurando novos clientes

A ETAP, como Escola Profissional que é, não se pode constituir como instituição fechada sobre si própria. Deve dar, demarcando-se das demais instituições escolares, uma resposta adequada às necessidades e aos desafios da sociedade, desempenhando sempre um papel decisivo na qualidade dos processos de interação com a comunidade. A sociedade atual requer um modelo de escola integrador, autónomo, proativo e que seja, simultaneamente, sólido e flexível.

Como forma de mitigar os riscos de insucesso da estratégia dever-se-ão procurar estabelecer **parcerias ou alianças estratégicas** com Instituições que possam aportar diretamente nova atividade para a Escola ou constituírem elementos favorecedores para tal desiderato.

### 6.2. Estratégia Competitiva

Sabendo-se a estratégia corporativa ou da empresa que se pretende levar a cabo, urge saber qual é a estratégia competitiva (ou de negócios) a adotar.

A escolha da estratégia competitiva mais adequada tem por base dois pontos fulcrais que são a atratividade da indústria (baixa para as escolas privadas mas alta para as escolas públicas) e a posição competitiva dentro dessa mesma indústria. O primeiro ponto consiste em analisar se a indústria é atrativa em termos da rentabilidade a longo

prazo e tentar identificar os fatores que determinam essa atratividade. O segundo ponto refere-se aos fatores determinantes da posição competitiva, que podem variar entre duas indústrias diferentes. Será a combinação destes dois pontos que deve determinar a escolha da estratégia competitiva a ser adotada e, por consequência, o desempenho da empresa.

Atendendo à especificidade da atividade da empresa e à sua elevada dependência dos cursos profissionais, onde os preços/receitas são impostos pelo Estado e onde os “clientes” diretos, os alunos, não efetuam as suas escolhas em função do preço do serviço, mas fundamentalmente em função da notoriedade e proximidade do estabelecimento de ensino e dos cursos oferecidos, entende-se que a opção estratégica da empresa, em termos competitivos, deverá recair pela **estratégia de diferenciação** que se traduz na oferta de um produto (leiam-se cursos e formações) que seja considerado único pelos clientes (leia-se alunos e empresas), ou seja, cujas características o distingam dos produtos oferecidos pela concorrência.

### 6.3. Linhas de Orientação Estratégica

Considerando a análise estratégica desenvolvida, identificada a visão, a missão e os valores organizacionais que alicerçaram as opções estratégicas ir-se-ão definir as grandes linhas de orientação estratégica, que deverão orientar a atividade da empresa no período 2014-2017.

É crucial para a sobrevivência e sucesso da empresa a obtenção de vantagens competitivas e para que tal seja possível é necessário atender à forma como se utilizam os recursos e capacidades à disposição da empresa. Essa utilização de recursos e capacidades deverão estar alinhadas com quatro fatores de criação de vantagem competitiva que são (L1) o Garantia da sustentabilidade económico-financeira, (L2) o Cumprimento da missão de “Serviço Público” no ensino, (L3) a Aposta nas Pessoas e (L4) a Cooperação interinstitucional e intersectorial, mas também alinhadas com (L5) a Promoção da Responsabilidade Social.

Apontam-se, assim, as quatro linhas de orientação estratégica:

#### L1 - Garantia da sustentabilidade económico-financeira

A empresa de procurar garantir a dotação de capital suficiente para fazer face às necessidades de investimento e exploração, da obtenção de fontes de

financiamento alternativas aos programas públicos (v.g. POPH) e do aproveitamento da capacidade interna instalada de forma a melhorar os níveis de eficácia e eficiência.

## **L2 - Cumprimento da missão de “Serviço Público” no ensino**

A empresa de procurar promover, permanente, o reforço da ligação da Escola com as empresas e a comunidade, da adequabilidade da oferta às necessidades do meio empresarial da Região, da excelência no ensino e na formação prestados e pela procura de formas inovadoras de ensino.

## **L3 - Aposta nas Pessoas**

A empresa deve procurar apostar, continuamente, na competência, na transparência, na excelência na comunicação e no respeito pelas pessoas, mas também na adoção da avaliação de desempenho, da capacidade para incorporar os valores/expectativas dos alunos e empresas e no estabelecimento de relações de longo prazo com os alunos.

## **L4 - Cooperação interinstitucional e intersectorial**

A empresa deve procurar promover uma maior articulação com outras Instituições de Ensino, da cooperação interdisciplinar intra e extra Escola, de uma maior cooperação intersetorial (ANESPO) e com Instituições públicas (Câmaras, IEFP, Associações, etc) assim como através de um maior conhecimento do percurso profissional dos antigos alunos.

## **L5 - Promoção da Responsabilidade Social**

A empresa deve procurar promover, continuamente, a integração de preocupações sociais e ambientais nas suas operações quotidianas, gerindo os impactos sociais e ambientais da organização como forma de assegurar e aumentar a sua competitividade, criar condições para a realização profissional dos seus colaboradores e contribuir para a sociedade de uma forma positiva.

## **6.4. Objetivos Estratégicos**

Tendo como pano de fundo as linhas de orientação estratégica, a definição dos objetivos estratégicos foi realizada com base nas perspetivas das pessoas, da

organização e processos, dos clientes (diretos: alunos e indiretos: empresas/comunidade) e dos acionistas/sócios.

Os objetivos estratégicos da empresa para o período 2014-2017 são:

**1º OBJETIVO ESTRATÉGICO****Foco: ALUNOS****AUMENTAR O NÍVEL DE ATRATIVIDADE DA ETAP**

Reforçar a presença da ETAP no panorama regional do ensino e formação profissional, criando uma Escola centrada na qualidade do ensino, que possibilite uma formação profissional dos estudantes e que adequa a oferta formativa às necessidades do meio envolvente, atraindo melhores estudantes.

**INICIATIVAS ESTRATÉGICAS**

1. Promover uma preparação sólida dos estudantes e desenvolver uma cultura de avaliação contínua da qualidade pedagógica.
2. Promover um melhor desempenho académico dos alunos
  - Consolidando os mecanismos de apoio pedagógico – Sala de Estudo; Gabinete de Promoção do Sucesso Escolar; SPO.
  - Detetando e intervindo precocemente nas situações de risco e de potencial abandono escolar.
  - Promovendo atividades de complemento curricular, valorizando áreas de interesse dos alunos.
  - Atribuindo reforços positivos aos melhores alunos como reconhecimento destes e instrumento de motivação de uma cultura de trabalho para os demais.
  - Criando um Quadro de Mérito Escolar e Dinamizando o Ranking Turma que premeie a melhor turma da Escola, através dos resultados obtidos, quer em termos de aproveitamento, quer em termos de assiduidade e de comportamento.
  - Envolvendo a família e a comunidade (desenvolver um trabalho de mediação escolar, reforçando os laços entre família e escola, de forma a debelar problemas como o absentismo e o abandono escolar precoce, falta de hábitos de estudo, a indisciplina; compreender o aluno como parte integrante de um meio e cultura).
3. Fomentar a articulação entre o meio empresarial e o ensino.
4. Promover a realização de Provas de Aptidão Profissional alinhadas com necessidades/problemas específicos de empresas da região.
5. Promover o desenvolvimento global dos estudantes, estimulando a sua participação crítica e inovadora e promovendo o seu desenvolvimento pessoal e a participação cívica.
6. Fomentar o intercâmbio internacional com estudantes do ensino profissional.
7. Criação de um programa de monitorização de antigos alunos que permita conhecer o percurso profissional dos antigos alunos e favorecer relações de longo prazo.

- Promover a formação ao longo da vida, como estímulo ao desenvolvimento e atualização profissional e ao enriquecimento intelectual.

### META(S)

- Atrair melhores estudantes para a ETAP: aumentando em 10% as médias de entradas.
- Aumentar a taxa de conclusão dos módulos curriculares.
- Aumentar o número de alunos e de turmas.

### INDICADORES DE DESEMPENHO

- Taxa de crescimento do n.º de estudantes a frequentar os cursos profissionais
- Grau de satisfação dos estudantes
- Taxa de crescimento dos alunos formados
- Taxa de crescimento das horas de formação profissional
- Eficiência formativa: n.º médio de anos para concluir o grau
- Eficácia formativa: taxa de sucesso escolar
- % de estudantes estrangeiros na ETAP ao abrigo de programas de mobilidade internacional
- % de estudantes da ETAP no estrangeiro ao abrigo de programas de mobilidade internacional
- Horas de permanência de docentes/formadores em empresas
- Nº de Provas de Aptidão Profissional financiadas por empresas
- Grau de empregabilidade dos estudantes, por curso

### 2º OBJETIVO ESTRATÉGICO

### Foco: EMPRESAS/COMUNIDADE

#### AUMENTAR A RELEVÂNCIA, NOTORIEDADE E UTILIDADE DA ETAP

Fortalecer o papel motor da ETAP no desenvolvimento económico, social e cultural e incrementar a sua capacidade de intervenção, concelhia e regional, através da intensificação da ligação à sociedade e meio envolvente e do reforço da transferência de conhecimento, valorizando o seu valor acrescentado.

### INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

1. Diversificar e aumentar o portfólio de serviços prestados pela ETAP e promover a sua venda de forma integrada.
2. Reativar o Conselho Consultivo da ETAP.
3. Reforço do estabelecimento de parcerias estratégicas, nomeadamente com Instituições de Ensino Superior e Empresas, que permitam desenvolver projetos conjuntos no âmbito do ensino e/ou na melhoria das condições físicas da ETAP.
4. Desenvolver uma política cultural ativa e responsável, colocando a ETAP no panorama regional, através do fomento da atividade cultural, artística e desportiva.

5. Criação de parcerias com entidades da região, para o desenvolvimento de atividades curriculares e extracurriculares que possam ser importantes para a Escola e para a Comunidade Local.
6. Fomentar o diálogo e a articulação com as Escolas Públicas e Privadas da região, bem como com as demais Escolas Profissionais.
7. Assunção da qualidade de membro da ANESPO de forma participativa e ativa.
8. Fomentar atividades, na Escola e fora dela, que envolvam as famílias dos alunos.
9. Promover, na escola, uma cultura de criatividade e inovação, de empreendedorismo e de espírito crítico.
10. Reforçar o apoio, nomeadamente através do desenvolvimento da atividade de consultoria, à transferência de conhecimento, ao empreendedorismo, à criação de empresas e à elaboração de candidaturas destas a incentivos públicos à formação.
11. Posicionar a ETAP como entidade catalisadora da transferência de conhecimento.

## META(S)

- Crescer anualmente 25% na receita resultante da prestação de serviços especializados

## INDICADORES DE DESEMPENHO

- Grau de satisfação dos stakeholders externos
- Peso da receita da prestação de serviços especializados no financiamento total
- Participação de estudantes em atividades culturais, ambientais e/ou sociais
- N.º de participantes em iniciativas culturais da ETAP
- N.º de eventos culturais em parceria
- N.º de iniciativas culturais e artísticas que se autofinanciam
- N.º de projetos em parceria, na área do empreendedorismo e inovação
- N.º de iniciativas de estímulo e de sensibilização para o empreendedorismo

### 3º OBJETIVO ESTRATÉGICO

Foco: PESSOAS/EQUIPA

### AUMENTAR OS NÍVEIS DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

Valorizar as pessoas, as suas iniciativas e os seus contributos, aumentando a aproximação da ETAP às suas necessidades e expectativas

## INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

1. Valorizar as pessoas, as suas competências, as suas iniciativas e os seus contributos, reconhecendo-as como indivíduos e como equipa, potenciando a permanência de talentos.
2. Dinamizar ações/cursos de formação de curta duração para docentes e não docentes.

3. Criar e desenvolver um programa de “Docentes nas Empresas” visando que o Pessoal Docente conheça melhor o tecido empresarial da região através de visitas regulares às empresas e permanência nelas do tempo necessário a conhecer os processos produtivos e as necessidades/problemas com que se debatem.
4. Promover a participação de toda a comunidade escolar nas grandes reflexões realizadas na ETAP, estimulando e apoiando ideias inovadoras.
5. Instituir uma política comum de gestão de recursos humanos, que estabeleça princípios gerais a serem seguidos por todas as direções e departamentos da ETAP.
6. Agilizar e flexibilizar os instrumentos de gestão.

## META(S)

- Conseguir um grau de satisfação global dos trabalhadores não docentes e docentes, superior à referência nacional para o setor.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

- % de trabalhadores docentes e não docentes que frequentaram ações de formação por ano

### 4º OBJETIVO ESTRATÉGICO

### Foco: ACIONISTAS/SÓCIOS

#### PROMOVER A SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ETAP

Garantir a viabilidade económica da Instituição e, conseqüentemente, a sua existência de forma a não constituir um encargo permanente e direto para os detentores do capital social e, no caso em que esses detentores são entidades públicas, para os contribuintes.

## INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

1. Fomentar uma cultura de rigor de transparência na afetação de recursos às diversas atividades da Escola.
2. Promover a criatividade na captação de recursos e de apoios como garante de sustentabilidade, reforçando as alternativas de financiamento e as receitas próprias e diversificando as suas origens.
3. Desenvolver a gestão de recursos, potenciando o seu valor e promovendo uma maior eficiência na sua utilização.
4. Agilizar e flexibilizar os instrumentos de gestão.

## META(S)

- Triplicar o financiamento alternativo ao financiamento público

## INDICADORES DE DESEMPENHO

- Nível de diversificação da estrutura de financiamento da ETAP
- Taxa de crescimento do peso das receitas alternativas ao financiamento público no financiamento total

### 5º OBJETIVO ESTRATÉGICO

### Foco: ORGANIZAÇÃO

#### **TER UMA ORGANIZAÇÃO DINÂMICA, EFICIENTE E EM AJUSTAMENTO PERMANENTE COM AS NECESSIDADES DO NEGÓCIO**

Potenciar a utilização dos recursos organizacionais como um dos elementos centrais da competitividade da ETAP e promover a melhoria sistemática dos recursos físicos, assegurando uma gestão integrada e assente em critérios de responsabilidade e de sustentabilidade.

## INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

1. Gerar mecanismos de promoção da marca ETAP, destacando os valores da matriz identitária e cultivando a interação e as relações da Escola com a sociedade.
2. Aperfeiçoar a política de comunicação interna e externa, promovendo a transparência e dando a visibilidade às dimensões de prestígio da ETAP.
3. Estimular princípios de responsabilidade social e ambiental na sua cultura interna.
4. Criação/adesão de/a programas de cooperação e intercâmbio nacionais e internacionais, com base em princípios de qualidade e sustentabilidade financeira.
5. Melhorar, continuamente, o site da ETAP, bem como a sua presença nas redes sociais, como umas das importantes formas de comunicação interna e externa.
6. Reforçar a presença nos órgãos de comunicação regionais, nomeadamente através de colaboração em rubricas periódicas sobre o ensino/formação.
7. Desenvolver na ETAP uma cultura de integração e de melhoria contínua com base em metodologias de planeamento, gestão e avaliação, promovendo e expandindo a utilização de ferramentas de gestão e de plataformas tecnológicas que facilitem a focalização nas suas missões.
8. Desenvolver ações concertadas de âmbito regional, galvanizando parceiros municipais e regionais e promovendo a adesão da população.
9. Gerir de forma sustentável as infraestruturas e equipamentos existentes, garantindo viabilidade financeira a longo prazo.
10. Assegurar a reorganização dos espaços, com base na melhoria da sua utilização efetiva.
11. Melhorar a eficiência energética, o desempenho ambiental do edifício e a qualidade da sua envolvente.

## META(S)

- Alcançar o maior índice de notoriedade
- Diminuir os consumos em energia e água em 10%.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

- Taxa de crescimento de receitas oriundas de empresas e pessoas.
- Consumo energético por hora de formação
- Consumo de água por hora de formação
- Custos em conservação e manutenção de edifícios e equipamentos por hora de formação

## 7. CONTAS PREVISIONAIS

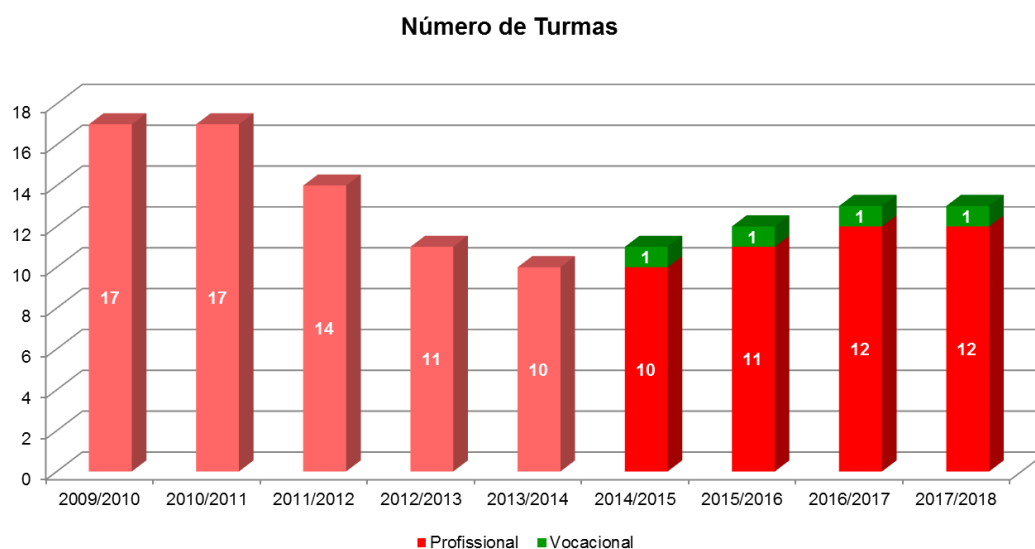
### 7.1. Enquadramento

Ao nível do pessoal procedeu-se, ainda durante o ano de 2014, à redução do número de efetivos o que se traduz, em termos anuais, numa poupança de 66.470,65€ na rubrica de gastos com pessoal.

No que se refere aos investimentos, prevê-se aquisições para reposição de equipamento básico para salas de aula e oficinas, de forma a melhorar as condições de ensino e aprendizagem dos formandos, traduzindo-se esta previsão num investimento anual de 9.000,00€.

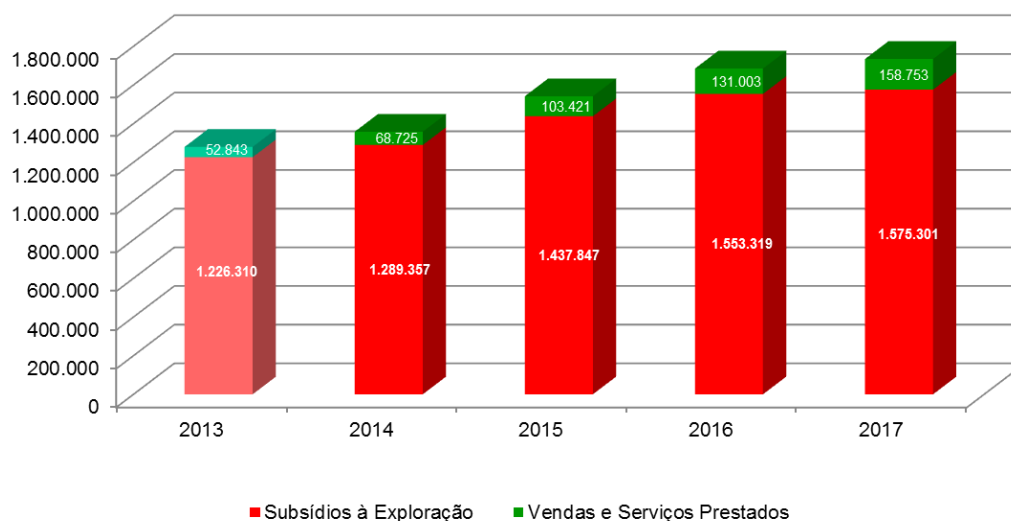
Relativamente à atividade, as previsões baseiam-se na reposição de quatro turmas de Cursos Profissionais, o que permite que haja o crescimento de uma turma até 2016, atingindo-se nesse ano, o nível de 12 turmas. A esta previsão acresce uma turma de Ensino Vocacional.

A evolução do número de turmas pode ser visualizada no gráfico a seguir apresentado.



Em consonância com este crescimento ao nível das turmas, estima-se que o valor das vendas e prestações de serviços e dos subsídios à exploração atinja os montantes representados no gráfico seguinte.

### Vendas, Serviços Prestados e Subsídios à Exploração

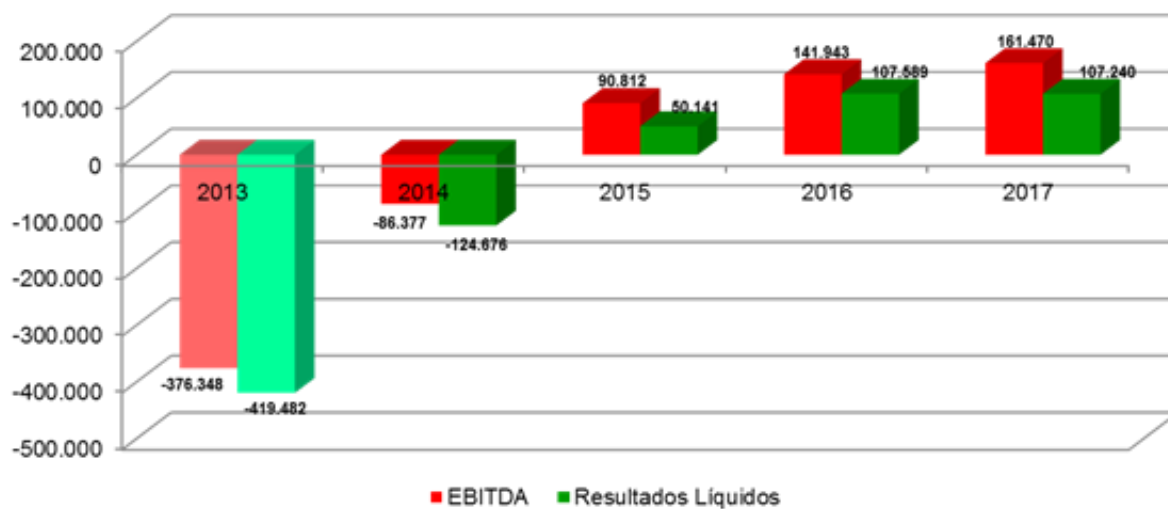


De salientar que o financiamento da atividade integra, para o ano de 2014, a previsão do financiamento do CQEP – Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional, no montante de 110.000,00€. A previsão deste financiamento para 2015 e 2016, é de 220.000,00€ por ano. No entanto, se não se vier a concretizar este financiamento, verificar-se-á uma redução do valor dos subsídios à exploração previstos, originando um impacto nas contas da empresa, no valor correspondente ao referido financiamento.

No que se refere ao capital, existe a expectativa de, ainda no ano de 2014, se proceder ao aumento do capital social no valor de 300.00,00€, totalizando assim esta rubrica, o montante de 400.000,00€.

A previsão do resultado líquido para o ano de 2014 e seguintes, com financiamento do CQEP, está representado no gráfico seguinte.

### EBITDA e Resultados Líquidos



## 7.2. Demonstração dos resultados por naturezas

### Demonstração de Resultados Previsional

	2014*	2015	2016	2017
Vendas e serviços prestados	68 725	103 421	131 003	158 753
Subsídios à Exploração	1 289 357	1 437 847	1 553 319	1 575 301
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas...				
Variação nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
CMVMC	38 645	45 167	49 604	52 379
Fornecimento e serviços externos	356 727	361 456	417 420	427 133
Gastos com o pessoal	813 289	799 854	803 992	803 992
Imparidade de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões (aumentos/reduções)				
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	48 858	50 298	51 781	53 309
Outros gastos e perdas	284 654	294 277	323 145	342 390
<b>EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imp</b>	<b>-86 377</b>	<b>90 812</b>	<b>141 943</b>	<b>161 470</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23 514	19 414	18 814	17 714
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
<b>EBIT (Resultado Operacional)</b>	<b>-109 891</b>	<b>71 397</b>	<b>123 129</b>	<b>143 755</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	1 264	1 058	1 317	1 703
Juros e gastos similares suportados	16 049	22 314	16 857	11 400
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>-124 676</b>	<b>50 141</b>	<b>107 589</b>	<b>134 058</b>
Imposto sobre o rendimento do período				26 812
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>-124 676</b>	<b>50 141</b>	<b>107 589</b>	<b>107 247</b>

\*Os valores apresentados para o ano de 2014 são valores estimados.

\*

### 7.3. Balanço

#### Balanço Previsional

	2014*	2015	2016	2017
<b>ACTIVO</b>				
<b>Activo Não Corrente</b>	<b>43 373</b>	<b>32 959</b>	<b>23 145</b>	<b>14 430</b>
Activos fixos tangíveis	41 934	31 519	21 705	12 991
Propriedades de investimento				
Activos Intangíveis	940	940	940	940
Investimentos financeiros	500	500	500	500
<b>Activo corrente</b>	<b>1 131 100</b>	<b>1 138 161</b>	<b>1 260 825</b>	<b>1 376 009</b>
Inventários	1 610	1 882	2 067	2 182
Clientes	21 133	31 802	40 283	48 817
Estado e Outros Entes Públicos				
Accionistas/sócios				
Outras contas a receber	921 877	947 537	1 024 518	1 075 839
Diferimentos				
Caixa e depósitos bancários	186 481	156 940	193 957	249 171
<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>1 174 474</b>	<b>1 171 120</b>	<b>1 283 970</b>	<b>1 390 439</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>				
Capital realizado	400 000	400 000	400 000	400 000
Acções (quotas próprias)				
Outros instrumentos de capital próprio				
Resultados Transitados	-414 605	-539 281	-489 140	-381 551
Reservas	129 421	129 421	129 421	129 421
Excedentes de revalorização				
Outras variações no capital próprio				
Resultado líquido do período	-124 676	50 141	107 589	107 247
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>-9 860</b>	<b>40 281</b>	<b>147 869</b>	<b>255 116</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo não corrente</b>	<b>336 738</b>	<b>254 390</b>	<b>172 043</b>	<b>89 695</b>
Provisões				
Financiamentos obtidos	336 738	254 390	172 043	89 695
Outras Contas a pagar				
<b>Passivo corrente</b>	<b>847 596</b>	<b>876 449</b>	<b>964 058</b>	<b>1 045 628</b>
Fornecedores	79 700	82 119	94 501	97 061
Estado e Outros Entes Públicos	8 819	9 592	7 838	35 527
Accionistas/sócios				
Financiamentos Obtidos				
Outras contas a pagar	759 077	784 738	861 719	913 040
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>1 184 334</b>	<b>1 130 839</b>	<b>1 136 101</b>	<b>1 135 323</b>
<b>TOTAL PASSIVO + CAPITALS PRÓPRIOS</b>	<b>1 174 474</b>	<b>1 171 120</b>	<b>1 283 970</b>	<b>1 390 439</b>

\*Os valores apresentados para o ano de 2014 são valores estimados.

## 7.4. Plano de financiamento

### Plano de Financiamento

	2014	2015	2016	2017
<b>ORIGENS DE FUNDOS</b>				
Meios Libertos Brutos	-86 377	90 812	141 943	161 470
Capital Social (entrada de fundos)	300 000			
Outros instrumentos de capital				
Empréstimos Obtidos				
Desinvest. em Capital Fixo				
Desinvest. em FMN	65 776		1 961	
Proveitos Financeiros	1 264	1 058	1 317	1 703
<b>Total das Origens</b>	<b>280 663</b>	<b>91 869</b>	<b>145 221</b>	<b>163 173</b>
<b>APLICAÇÕES DE FUNDOS</b>				
Inv. Capital Fixo	9 000	9 000	9 000	9 000
Inv Fundo de Maneio		7 748		5 211
Imposto sobre os Lucros				
Pagamento de Dividendos				
Reembolso de Empréstimos	75 000	82 348	82 348	82 348
Encargos Financeiros	16 049	22 314	16 857	11 400
<b>Total das Aplicações</b>	<b>100 049</b>	<b>121 410</b>	<b>108 205</b>	<b>107 959</b>
<b>Saldo de Tesouraria Anual</b>	<b>180 614</b>	<b>-29 541</b>	<b>37 017</b>	<b>55 214</b>
<b>Saldo de Tesouraria Acumulado</b>	<b>180 614</b>	<b>151 074</b>	<b>188 090</b>	<b>243 304</b>

\*Os valores apresentados para o ano de 2014 são valores estimados.